

SIGNE DAYSE CASTRO DE MELO E SILVA

TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM BEZERROS - PERNAMBUCO
A expansão da educação turística numa perspectiva de resgate da cidadania

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Política Ambiental, sob a orientação do Profº Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – 2002

SIGNE DAYSE CASTRO DE MELO E SILVA

TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM BEZERROS - PERNAMBUCO
A expansão da educação turística numa perspectiva de resgate da cidadania

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – 2002

É parte integrante desta Dissertação uma fita VHS e um CD ROM.

Comissão Julgadora:

Profº Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)

Profº Dr. Joaquim Corrêa Xavier de Andrade Neto (Examinador Interno)

Profª Drª Ana Cristina Saline Batistela de Oliveira (Examinador Externo)

Profª Drª Aline Maria Grego Lins (Examinador Externo)

Profº Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (1º Suplente)

Profª Drª Laise de Holanda Cavalcante Andrade (2º Suplente)

RESUMO

Este estudo representa um esforço no sentido de conhecer a expansão, dinâmica e repercussões dos programas voltados à “educação turística”, no município de Bezerros. Situado no interior de Pernambuco, esse município é conhecido por possuir atrações e experiências de interesse turístico: Parque Ecológico na Serra Negra, Folia dos Papangus e a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo/PNMT desde 1996, na tentativa de dinamização de estratégias para o desenvolvimento local sustentado.

Analisa a política pública brasileira para o desenvolvimento do turismo nas suas instâncias federal, estadual e municipal, bem como os seus pressupostos históricos, as imbricações, objetivos, diretrizes e estratégias implementados nas suas relações com a perspectiva do desenvolvimento local.

Estuda o processo de dinamização do desenvolvimento local integrado e sustentável através das parcerias entre o poder público, o empresariado e a comunidade local, analisando o discurso desenvolvimentista do turismo; bem como as ações relativas à educação da população em prol da atividade turística, gerando uma “educação turística” contínua e de repercussões nos âmbitos profissional e pessoal dos sujeitos envolvidos, num movimento constante de mobilização social.

Identifica as representações do turismo para os cidadãos bezerrenses envolvidos na corrida do desenvolvimento do turismo no município, destacando o que pensam, sentem e aspiram esses cidadãos, a partir da perspectiva de inserção, mediante a relação com o turismo.

Finaliza com a reflexão sobre a necessidade de se estabelecer indicadores de avaliação dos resultados efetivos de ambos os programas: o de municipalização do turismo e o de educação turística.

ABSTRACT

This study aims at gaining knowledge on the expansion, dynamics and the repercussions of the programmes related to “education on tourism” in Bezerros, a municipality which is located in the interior of Pernambuco State. Bezerros is renowned for having attractions and experiences in the field of tourism: *Parque Ecológico* in Serra Negra, *Folia dos Papangus* and the implementation of the *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* – PNMT (National Programme for Tourism Development at a Municipal Level) since 1996, aiming at rendering dynamic the strategies for local sustained development.

The work analyses the Brazilian public policy for tourism development at the federal, state and municipal level, as well as its historical presuppositions, the implemented overlappings, goals, guidelines and strategies in their relationships with the perspective of local development.

It investigates the process of invigoration of the local integrated and sustainable development through partnerships between the public sector, entrepreneurs and the local community by analysing the discourse of tourism development; as well as the actions relating to the education of the population in favour of tourism, generating a continuous “education on tourism” and the repercussions on the professional and personal lives of the involved actors, in a constant movement of social mobilization.

The work identifies what tourism represents for the citizens of Bezerros involved in the development of tourism in the municipality, highlighting what they think, feel and aspire to, from the perspective of insertion, through the relationship with tourism.

It concludes with a reflection on the need to set up indicators of evaluation of the actual results of both programmes: the programme of tourism development at a municipal level and the programme of education on tourism.

BEZERROS TERRA DO PAPANGU

Bezerros bela cidade
pacata e acolhedora
um clima bem agradável
uma gente trabalhadora
uma cultura avançada
inteligente e criadora.

Várias fábricas de doces
e de bolo saboroso
o famoso Barra-branca
por demais delicioso
terra de mulher bonita
e de homem caprichoso.

Temos belos casarios
feito na antiguidade
lindas praças de lazer
no coração da cidade
e a bela Igreja Matriz
tempo de paz e bondade.

A estação do trem hoje
é a estação a cultura
100 anos de fundação
de antiga arquitetura
foi tombada e restaurada
mantendo a origem pura.

Tudo isso e muito mais
em nossa cidade tem
com calma, paz e amor
o povo se sente bem
e tudo isso oferecemos
a todos que aqui vem.

Serra Negra fica ao norte
situada a uma altitude
800 metros e mais
temperatura que ilude
em média 18 graus
clima ótimo para saúde.

José Francisco Borges

DEDICATÓRIA

À Dona Olímpia, *in memoriam* mulher nordestina, forte e guerreira. Exemplo de mãe e avó.

Ao povo de Bezerros. Este povo batalhador e que de mãos unidas luta pelo sonho e pelo direito de viver melhor!

AGRADECIMENTOS

- **Ao meu Deus!**
- Ao meu orientador Profº Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho, pela paciência e orientação criteriosa;
- ao Profº Dr. Joaquim Correa Xavier de Andrade Neto, pelo apoio, incentivo e conselho amigo;
- à Solange de Paula Lima pelo eficiente apoio frente à secretaria;
- a todos os professores do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais;
- aos colegas de turma. E aos da turma posterior à nossa, pelo presente da convivência e pela lição de solidariedade;
- aos colegas das Universidades Católica e Federal de Pernambuco pelo companheirismo, colaborações e “pitacos”, em especial aos que colocaram as primeiras pedras: Zilah Torres, Fátima Paraym, Georgina Cavalcante, Olímpio Bonald, Zenaide Pedrosa e Vitória Santos;
- ao Profº Paulo César Nunes Fradique pelo apoio, incentivo e paciência;
- a Alfredo Sotero, Breno Carvalho, Elano Lorenzato, Nildo Ferreira, Léo Alfinete, Waleska Andrade e Múcio Pessoa, pela “super produção” digna de vários “Oscar’s”;
- aos meus alunos das Universidades Católica e Federal de Pernambuco por serem contínuas fontes de inspiração (e muitos cabelos brancos);
- a todos os entrevistados sem os quais esse trabalho não teria avançado;
- aos amigos Antônio Brito, Ednéia Morais e Roberval Lima, meus olhos e ouvidos em Bezerros pelas “boas prosas”;
- ao povo do Município de Bezerros;
- a Lucas Cardoso (*in memoriam*) e Samuel Domingues, por todo o apoio;
- a Ronaldo Souto Maior, grande pesquisador, por ter me contado a história de Bezerros;
- à Ivâmbia Moreira e Roberta Cajaseiras pela transcrição das entrevistas;
- a Marilourdes, pelas calorosas e profícuas discussões (nossas tentativas de consertar o mundo);
- aos meus familiares, em especial à Lavínia, por dividir o estresse destes “nossos mestrados”;
- aos meus pais Tibiriçá e Dayse, minha irmã Myrthes e meu sobrinho Lucas pelo alicerce sólido de amor, compreensão, respeito e admiração;
- **ao meu esposo, pelo seu amor.**

LISTA DE SIGLAS

AIEST	Associação Internacional de Especialistas em Turismo
AMPTUR	Associação de Municípios de Potencial Turístico
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEHM	Centro de Estudos de História Municipal
CEMAIC	Centro Municipal de Atenção à Criança e ao Adolescente
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COHAB	Companhia Habitacional Brasileira
COMBRATUR	Companhia Brasileira de Turismo
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CTI/NE	Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR	Empresa Pernambucana de Turismo
ETA	Escola Técnica do Agreste
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIAM	Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
FIDEPE	Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISO	International Organization for Standardization
ICV	Índice de Condições de Vida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MTb/RAIS	Ministério do Trabalho/Relatório Anual de Indicadores Sociais
NHT	Núcleo de Hotelaria e Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEA	População Economicamente Ativa
PEDT/PE	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PPA	Plano Pluri Anual
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
RINTUR	Roteiro de Informações Turísticas
SEBRAE	Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANDES	Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento
SESC	Serviço Social do Comércio
SETS	Secretaria Estadual de Turismo e Serviços
SISTUR	Sistema de Turismo
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
VARIG	Viação Aérea Rio Grandense

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 01: Adesões por Região ao PNMT	054
Quadro nº 02: Ações do PNMT em todo o Brasil no Ano de 1997	056
Quadro nº 03: Turismo em Pernambuco – 1998/2002	061
Quadro nº 04: Total de Alunos Matriculados por Rede, Tipo de Ensino e Zona Geográfica	083
Quadro nº 05: Diferenças Básicas entre Crescimento de Desenvolvimento .	098
Quadro nº 06: Dimensões e Impactos do Turismo	100
Quadro nº 07: Atores-Chave do Desenvolvimento Sustentável do Turismo ..	103

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01:	Metas Globais do PRODETUR/NE	051
Tabela nº 02:	Metas Globais de Pernambuco no PRODETUR/NE	059
Tabela nº 03:	Pessoas Ocupadas por Setor de Atividade Econômica	078
Tabela nº 04:	Número de Estabelecimentos por Setor de Atividade Econômica	079
Tabela nº 05:	Número de Estabelecimentos Agropecuários	081
Tabela nº 06:	Cursos de Qualificação e Requalificação Profissional Previstos para o Ano 2000	087
Tabela nº 07:	Cursos Realizados em Bezerros no Ano de 2001	128

LISTA DE BOX

Box nº 01:	Política Nacional de Turismo/1996-1999	038
Box nº 02:	Novos Programas da Política Nacional de Turismo/1996-1999	039
Box nº 03:	Programas de Turismo do PPA/2000-2003	048

LISTA DE ANEXOS

Anexo nº 01:	Roteiro de Entrevista com o Poder Público Local	166
Anexo nº 02:	Roteiro de Entrevista com o Empresariado	167
Anexo nº 03:	Roteiro de Entrevista com a Comunidade Local	168

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 01:	Região Fisiográfica do Agreste de Pernambuco e Bezerros	072
Figura nº 02:	Município de Bezerros	073
Figura nº 03:	Acesso à Serra Negra	074

SUMÁRIO

RESUMO	006
ABSTRACT	007
EPÍGRAFE	008
DEDICATÓRIA	009
AGRADECIMENTOS	010
LISTA DE SIGLAS	011
LISTA DE QUADROS	013
LISTA DE TABELAS	014
LISTA DE BOX	015
LISTA DE ANEXOS	015
LISTA DE FIGURAS	015
INTRODUÇÃO	018
1 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL	025
1.1 O Turismo no mundo contemporâneo: algumas definições e um breve histórico	025
1.2 A política brasileira e regional para o turismo	033
1.3 O plano estratégico de desenvolvimento do turismo em Pernambuco	057
2 BEZERROS: UM MUNICÍPIO DO INTERIOR À PROCURA DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS	066
2.1 A Vila de São José dos Bezerros	066
2.2 O espaço geográfico	070
2.3 Aspectos econômicos, sociais e culturais: estratégias e dinamização	076
3 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DO TURISMO NA TERRA DOS PAPANGUS	091
3.1. O PNMT e a dinâmica do turismo sustentável em Bezerros: entre o real e o ideal	091
3.2 Possibilidades para o turismo cultural e o ecoturismo: os Papangus e a	

Serra Negra	105
3.3 Educação turística: instrumento de mobilização social para o resgate da cidadania?	111
4 A CIDADE, O CIDADÃO E A CIDADANIA NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS	124
4.1 Uma breve antecipação metodológica da pesquisa	124
4.2 As representações do turismo para alguns dos sujeitos envolvidos	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO	151
BIBLIOGRAFIA	155
ANEXOS	166

INTRODUÇÃO

A escolha de Bezerros, entre tantos outros municípios de Pernambuco e do Brasil, deve-se a uma casualidade. É conseqüência do encontro entre a autora e a cidade de Bezerros, fruto de obrigações profissionais. Este relacionamento teve seu início em 1999, quando, a serviço do Núcleo de Hotelaria e Turismo/NHT da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, onde atuava como Professora Substituta, foi convidada a co-orientar um trabalho de conclusão de curso cuja temática eram os roteiros turísticos de Bezerros. O convite, a princípio, foi motivo de estranheza, uma vez que, em Bezerros não havia a atividade turística divulgada e as manifestações de mobilização da sociedade em prol do desenvolvimento do turismo estavam apenas iniciando.

Desde 1997, a UFPE adotou o município de Bezerros como “afilhado” do Programa Nacional e Municipalização do Turismo/PNMT e a partir de então, diversas ações e esforços passaram a ser direcionados ao cumprimento de tarefas e exigências do referido programa naquele município, entre os quais se destacava o estímulo ao desenvolvimento de projetos e pesquisas por docentes e discentes.

O desafio, pelo inusitado, motivou a autora a aceitar o convite e procurar conhecer melhor a referida cidade, aparentemente sem atrativos, que ousava tentar incluir-se na seleta lista de municípios turísticos de Pernambuco.

A primeira visita foi realizada no mesmo mês de maio de 1999. Havia dois grandes segmentos a serem trabalhados em Bezerros: o ecoturismo e o turismo cultural. Paralelamente, também existiam muitas incertezas, muitos interessados em “contribuir”, duplicidade em informações, incoerências em definição de metas, interpretações equivocadas de inúmeras informações e orientações oriundas dos governos do Estado e Federal e o pior de tudo: uma enorme sobreposição de projetos das mais diversas organizações. Por outro lado, era notável e contagiante a enorme vontade dos bezerrenses de acertar e de tornar o município em um novo destino turístico do Estado, favorecendo, assim, a concretização da busca de novas oportunidades à população local.

É verdade que as intervenções da autora constituíram-se de forma indireta e através de alguns interlocutores mais próximos; no entanto, muitas das ações estabelecidas são frutos da convivência com os gestores e executivos municipais, nos últimos três anos. Deste convívio e das intervenções realizadas, eclodiram alguns trabalhos de campo que originaram artigos publicados em anais de congressos e revistas¹.

Qualquer outro local poderia ter sido objeto deste estudo; no entanto a identificação da autora com algumas problemáticas sociais existentes no município e a forma como o turismo, seus benefícios e malefícios adentravam suas fronteiras, despertou, na mesma, o desejo de intervir, através da pesquisa, com o objetivo de mapear a dimensão de tais efeitos.

Abriram-se diversos caminhos e direções e o avanço das idéias facilitou, por demais, o confronto de perspectivas diferentes de entender o real. Poder-se-ia tentar compreender inúmeras manifestações e situações interessantíssimas, tais como:

- os espaços onde o ecoturismo iniciava-se na Serra Negra;
- as manifestações culturais provenientes da cultura do Papangu;
- os efeitos sócio-econômicos da atividade turística no município;
- os fluxos de turistas e suas convergências;
- a importância da participação da comunidade em projetos turísticos;
- as conseqüências da implantação do PNMT no município, desde 1997;
- o fenômeno do carnaval e suas múltiplas implicações, entre outros.

Entretanto, a opção pela temática do resgate da cidadania através da educação turística foi-se clareando, na medida em que o contato com os sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo no município favorecia a construção de conceitos, sentimentos e ações.

O fato de uma atividade econômica de grandes repercussões mundiais estar provocando fenômenos sociais de diversas amplitudes e dimensões num município do interior de Pernambuco, por si só, justificava a busca de respostas através de

¹ Constantes da Bibliografia consultada.

investigações mais aprofundadas. Frente a tantos argumentos e movida pelo desafio da descoberta, os trabalhos de campo e de levantamento de dados foram iniciados.

Nesses trabalhos, o que mais impressionava era o número de pessoas (crianças, jovens, adultos e até idosos) circulando entre os locais onde cursos, palestras, capacitações e *workshops* aconteciam, promovidos por organizações locais e pelas esferas estaduais e até federais.

Após três anos de investigação, pode-se dizer que o município é um modelo de perseverança, dinamismo, criatividade e resistência. Diante de tantas intempéries existenciais, Bezerros consolida-se como cidade modelo também em educação para a cidadania e para o turismo sustentável. Os espaços criados para o desenvolvimento destas ações continuam lotados e os cursos vão acontecendo de vento em popa.

Até a finalização deste trabalho, o mais novo local voltado exclusivamente para a educação de cidadãos estava com data de inauguração marcada para o dia 29 de agosto deste ano. No entanto, os cursos já vêm ocorrendo há três meses, em meio à construção do edifício: o Condomínio de Cursos.

Diante do envolvimento da autora com a comunidade de Bezerros, os procedimentos metodológicos necessariamente teriam que consolidar – como de fato consolidaram – este relacionamento e produzir frutos, a partir dele. Conhecer as dinâmicas de expansão e as repercussões da Educação Turística no município de Bezerros, após a implantação do PNMT, constituía-se no maior dos objetivos do estudo aliado à necessidade de verificar como se dá a relação entre o poder público, o empresariado e a comunidade local na perspectiva do desenvolvimento do turismo em Bezerros, bem como de identificar a existência de elementos ou indicadores de avaliação dos efeitos da educação turística no município.

Estes objetivos tinham sido estabelecidos a partir das hipóteses preliminares de que o município de Bezerros desenvolve, de forma assistemática no entanto crescente, ações e atividades voltadas à educação turística, não atingindo, desta forma, os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do turismo em Bezerros: o poder público, o empresariado e a comunidade local. Constituía-se em uma outra hipótese a de que a comunidade local não possui conhecimentos necessários a um

posicionamento consciente e crítico em relação à atividade turística, fruto da não socialização ou não participação da mesma comunidade em reuniões estratégicas de planejamento do turismo e do poder público não dispor de mecanismos ou indicadores de avaliação dos efeitos da educação turística no município.

Até então, as hipóteses estabelecidas não tinham sofrido nenhuma espécie de teste ou investigação para aferir sua ratificação ou rejeição. Os movimentos e projeções de ações em prol da educação preparatória ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo caminhavam, sem que indicadores de avaliação confirmassem ou refutassem sua real contribuição para o desenvolvimento social da comunidade local.

Não se tratava de uma questão isolada do município de Bezerros. Em todo o País estudiosos encaminham suas pesquisas para o estabelecimento destes indicadores de avaliação. Daí a relevância social e científica de estudos que, além de clarear a importância destes movimentos, mostrem a necessidade de se estabelecer formas de avaliação de seus efeitos, na busca de concretização do desenvolvimento local sustentável.

Com o objetivo de garantir o suporte científico necessário à validação de seus resultados, teoricamente, este estudo alicerça-se em documentos oficiais oriundos das esferas federal, estadual e municipal, bem como em diversos autores tais como Santos (1996 e 2000), Castilho (1999), Molina & Rodrigues (2001), Beni (2001), Barreto (1995), Ignarra (1999), Cruz (1996), Araújo (2000), Ruschmann (1997), Swarbrooke (2000), Demo (2001), Irving & Azevedo (2002), Portuguez (2001), Yázigi (1999), Morin (2000), Rebelo (1999), Toro (1995) entre outros. Os mesmos favoreceram reflexões sobre as dimensões pública e privada no desenvolvimento local pelo turismo, os papéis e contribuições dos sujeitos envolvidos, a dinâmica da mobilização social e as características e contribuições da educação turística, seu papel na economia e na formação do cidadão.

Após um levantamento bibliográfico e documental, necessário à construção da base teórica do estudo, foi realizada uma pesquisa de campo sob o enfoque qualitativo, orientada por Triviños (1987). Através da sistematização e análise de dados, fazendo uso do método de análise de conteúdo baseado na obra de Bardin

(1970), partiu-se para a elaboração do documento final, a seguir descrito, onde as representações do turismo para a comunidade de Bezerros são claramente expressas. Fez-se uso, para esta abordagem, das obras de Minayo (1999), Bourdieu (1998) e Castilho (2001).

No **Capítulo 1**, do referido documento, são analisadas as políticas públicas brasileiras de desenvolvimento do turismo, com uma breve passagem pela história do turismo contemporâneo no país e no mundo. Neste capítulo, são analisadas as diretrizes do governo do atual presidente Fernando Henrique Cardoso, através dos programas Brasil em Ação (1996/1999) e Avança Brasil (2000-2003), e ainda as estratégias de dinamização que apresentam como carros-chefe dois grandes programas: o Programa Nacional de Municipalização do Turismo/PNMT e o Programa de desenvolvimento do Turismo no Nordeste/PRODETUR/NE. O primeiro voltado à capacitação de agentes municipais de turismo e o segundo com ações voltadas à viabilização de grandes obras.

O **Capítulo 2** traça um perfil sócio-econômico-político e cultural do município de Bezerros, espaço objeto deste estudo. Trata-se de um município considerado “turístico” pelo Instituto Brasileiro de Turismo/EMBRATUR e que possui dois grandes atrativos turísticos: a Serra Negra, uma estação ecológica classificada como atrativo ecoturístico e a manifestação cultural dos Papangus de Bezerros; esta, classificada como atrativo cultural.

No **Capítulo 3**, a dinâmica do discurso do turismo, na terra dos Papangus, é analisada a partir das atuações dos sujeitos envolvidos: O papel do poder público em organizar a infra-estrutura básica, para que o empresariado pudesse investir na infra-estrutura turística, por consequência, gerando emprego e renda à comunidade local. A partir destas perspectivas, analisa-se a questão da mobilização social, visto que é fundamento essencial para o desenvolvimento sustentável do turismo e uma das bases teóricas do programa de municipalização. Chega-se, à educação turística (patrimonial, ambiental, musical etc.) que vem, gradativamente, crescendo, no município, em todas as instâncias relacionadas ao turismo local.

Por fim, no **Capítulo 4**, as representações sociais do turismo para os sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo em Bezerros são tratadas a

partir da representação da cidade, do cidadão e da cidadania. Destes três elementos partiram as perguntas norteadoras das entrevistas semi-estruturadas que subsidiaram a pesquisa de campo. É neste capítulo que se descortina a realidade da população envolvida no turismo, suas ânsias, seus desejos, suas visões e as perspectivas que o turismo lhes favorece.

Parte-se daí para a análise conclusiva, onde hipóteses básicas e preliminares são confirmadas, outras descartadas e outras, ainda, se apresentam como descobertas que, gradativamente, se foram delineando, no decorrer da pesquisa de campo. Terminado este estudo surgirão novas perspectivas de intervenção e novas perguntas inquietadoras. Abrir-se-ão novos caminhos que se consolidarão em novas pesquisas.

Espera-se que os resultados obtidos nesta intervenção resultem em grande contribuição para os habitantes de Bezerros e que os mesmos prossigam engajados na sua luta, de uma maneira mais consciente, felizes e esperançosos.

1. UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL

1.1. O TURISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS DEFINIÇÕES E UM BREVE HISTÓRICO

Inegável e por que não dizer, comprovadamente o turismo vem, de forma gradativa, alcançando patamares privilegiados na economia mundial, e apresentando os mais elevados índices de crescimento. Cresce em números e em perspectivas de investimentos e desenvolvimento, nas mais diversas regiões do mundo.

No Brasil, considerando o panorama da recepção de turistas estrangeiros, convém lembrar que, em 1994, o nosso país recebeu 1,8 milhão de turistas (por ano); em 1999, 4,82 milhões e, para o ano de 2006, as projeções são de 6,5 milhões. Embora sejam grandiosos, os números são pouco significativos levando-se em consideração que perfazem pouco mais de 1/3 dos 15,4 milhões da América Latina e 0,85% dos 664 milhões do mundo. Desta forma, o Brasil ocupa o 29º lugar em turismo receptivo internacional, no ranking da Organização Mundial do Turismo/OMT.²

A receita proporcionada pelo turismo mundial é cerca de US\$ 4,5 trilhões/ano. Vale ressaltar que este total representa 5% do Produto Interno Bruto/PIB de todo o mundo e que supera o total de todos os países, excetuando os Estados Unidos da América e o Japão.³

Podemos afirmar, ainda, que o turismo absorve 5,6% do total dos salários que são pagos no mundo inteiro, ou seja, 112 milhões de trabalhadores repartem US\$ 539 bilhões em salários. Para os sistemas fiscais governamentais, o turismo revela-se de importância vital para o desenvolvimento, proporcionando, em 1999, cerca de US\$ 310 bilhões em impostos diretos e indiretos.⁴

² Disponível em <http://www.embratur.gov.br>, acessado em 21 de dezembro de 2001.

³ Ibid.

⁴ Ibid.

No período de 1970 a 1980, o crescimento realizado pelo Brasil (468%), quanto ao ingresso de turistas internacionais, suplantou em muito o observado nas Américas (39%) e no resto do mundo (79%). Porém, no período de 1981 a 1990, apenas o turismo emissor aumentou. Esta queda, a partir de 1986, conduziu a uma revisão dos procedimentos adotados atualmente no âmbito promocional, no sentido de se fazer uma análise das causas para a montagem de uma estratégia visando à reversão deste quadro declinante. (EMBRATUR, 1995:78).⁵

Verificar os resultados e as repercussões econômicas da atividade turística não é, portanto uma tarefa difícil, não se podendo dizer o mesmo da definição de turismo. Desde os primórdios das suas manifestações, estudiosos travam batalhas conflituosas na tentativa de definir a atividade como um dos maiores potenciais de crescimento dos últimos anos.

Há um grande número de definições do turismo, o que se deve à diversidade do próprio fenômeno. Essa variedade justifica-se pela falta de uma definição oficial aceita por todos. Como consequência, ocorreu, então, o aparecimento de correntes mobilizadas por tendências.

Segundo Beni (2001:34), nos âmbitos da academia, das empresas e dos órgãos governamentais, existem três tendências claras consolidando-se na definição do turismo: a econômica, a técnica e a holística.

A **definição econômica**, que tem seu precursor em Herman von Schullern (1910), diz ser o turismo: a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região.

Várias definições se seguiram à de Herman von Schullern, mas, ainda segundo Beni, foi Robert McIntosh, em 1977, que ampliou as definições de turismo, acrescentando a ele uma faceta qualitativa. Para McIntosh, turismo pode ser definido

⁵ Não se pretende aqui, como não se constitui o objeto deste estudo, explorar exaustiva e minuciosamente dados que comprovem o crescimento econômico do turismo. Para maiores detalhamentos e com o intuito de subsidiar outras abordagens sugerimos consultar os Anuários Estatísticos da EMBRATUR referentes à última década ou, ainda, em <http://www.embratur.gov.br> ou <http://abav.com.br>. É possível encontrar dados e índices relativos aos mais diversos segmentos e movimentos da atividade turística.

como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos.

Com o crescimento da atividade turística e dos estudos que as mesmas passavam a demandar, nas esferas pública e privada surgiu a necessidade de se estabelecer uma **definição técnica**. A partir de 1930, as empresas e organizações governamentais ligadas ao turismo perceberam que a atividade deveria ser controlada pela sua tendência natural de crescimento. Para se definir o que era o turismo, era necessário definir o que eram os turistas. Daí, em 1937, a Comissão de Estatística da Liga das Nações Unidas definiria o turista internacional como a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas.

Ainda segundo Beni, em 1963, as Nações Unidas patrocinaram a Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, ocorrida em Roma, e de onde se estabeleceu uma definição de turismo, partindo-se das definições de “Visitantes” e “Turistas”. Objetivando facilitar os registros de dados oriundos de estatísticas internacionais, para fins das mesmas, o termo “Visitante” descreveria uma pessoa que *visita um país que não seja o de sua residência, por qualquer motivo, e que nele não venha a exercer ocupação remunerada*.

Em 1968 a OMT⁶, aprovou a definição abaixo transcrita, passando a divulgá-la e orientar os países para utilizá-la:

Turista – visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências; [...] Excursionista – visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos). (Beni, 2001:35)

A partir de então, o turismo passou a ser alvo de definições mais globais. O objetivo era que a *essência total*⁷ do assunto fosse contemplada na sua definição. Levantam-se as bandeiras da **definição holística** do turismo. Todavia, em 1942, os

⁶ Chamava-se, então, União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens.

professores suíços Walter Hunziker e Kurt Krapf, segundo Beni (2001:36) e Barreto (1995:11), definiram o turismo como sendo: o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.⁸

As preocupações não só com os deslocamentos, as conseqüências econômicas, mas acima de tudo, com as questões sociais de maneira muito discreta, mas precisa, definiam não só uma atividade, mas os rumos que a mesma tomaria a partir de então. O estudo da atividade turística não deixaria mais de contemplar o social.

Não cabe aqui elencar-se inúmeras outras definições, nem autores clássicos e contemporâneos que se propuseram a refletir sobre as interações do turismo e definir o que seria esta atividade. Em Jafari (*apud* Beni, 2001:36) e De la Torre (*apud* Barreto, 1995:13) encontram-se as definições com maior conotação holística do turismo, que são, segundo os mesmos, respectivamente: Turismo é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora. E ainda:

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Nesse sentido não se pode perder de vista que toda e qualquer definição de turismo deve considerar as suas múltiplas relações que favorecem a construção não só de um termo, mas a formação de sistemas indissociáveis inter-relacionados. Nesta perspectiva Castilho (1999:26) ressalta o seguinte:

⁷ Termo utilizado por Beni (2001:36), dada à amplitude que se pretendia na construção de uma nova definição.

Por ser uma prática sócio-espacial inerente à sociedade contemporânea, muito complexa e multifacetada, o turismo constitui também um fenômeno complexo e multifacetado definido constantemente e concomitantemente pelas suas dimensões: econômica, dimensão do aumento e da distribuição de rendas, promovidos pelo crescimento e pela diversificação do número de empregos; cultural, dimensão inerente ao sistema de valores e ao estilo de vida; social, mecanismo de integração social; ideológica, mecanismo de manutenção, com reformulação das práticas de poder, da ordem social estabelecida pelo capitalismo; política, intervenções do Estado nos seus mais variados estilos de gestão nas suas mais variadas instâncias político-administrativas; e espacial, produto e meio de produção, consumo, organização e controle do espaço e da sociedade.

Diante de tantas definições de turismo, no entanto, destaca-se, direta ou indiretamente, uma ligação muito particular entre todas elas: a de que viajantes e comunidade local interagem entre si, nas mais diversas formas. Ainda em Beni (2001:37), as várias definições de turismo apresentam em comum os seguintes elementos:

- *Viagem ou deslocamento*: onde este elemento implícito está ligado diretamente com o sentido etimológico do termo *tour*. Viagem em circuito, deslocamento de ida e volta. Com este termo, no começo do século XVIII, os ingleses formaram *tourism* e *tourist*.
- *Permanência fora do domicílio*: que deve estar estritamente ligado à viagem e demandar a solicitação de equipamentos de hospedagem somada ao comportamento de gastos do turista no local visitado;
- *Temporalidade*: que se apresenta como o terceiro elemento, ressaltando-se o cuidado em não confundir-lo com emigrantes, que embora viajantes, deslocam-se para fixar residência, mesmo que temporária;
- *Objeto do Turismo*: traduz-se como os elementos concretos do turismo e são, segundo Barreto (1995:39), a infra-estrutura⁹, que se entende por

⁸ Esta é a definição adotada pela AIEST (Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo).

⁹ Para melhor compreensão de infra-estrutura, a mesma está constituída pela soma de: infra-estrutura de acesso (estradas, aeroportos, portos, rodoviárias, estações de trem); infra-estrutura básica urbana (ruas, sarjetas, iluminação pública etc); equipamentos turísticos (alojamentos, núcleos receptores, agências, núcleos emissores, e transportadoras, entre ambos) e equipamentos de apoio ao turista (rede de atenção médico-hospitalar, rede de atenção ao automóvel, rede de entretenimento etc.)

base material e conjunto de edificações, obras e serviços públicos que garantam conforto quer seja ao cidadão local, quer seja ao turista.

No entanto, Barreto ainda ressalta um elemento pouco lembrado pela maioria dos autores: a procura do prazer por parte dos turistas. Turismo é uma das poucas atividades em que os indivíduos procuram prazer por livre e espontânea vontade (1995:13). Este último elemento estabelece a categoria de *livre escolha*, que não deve ser deixada de lado pelos estudiosos do turismo.

São estas, em suma, algumas das mais clássicas definições de turismo. O que não se pode deixar de considerar portanto é o fato de que além de uma atividade econômica, o turismo é um fenômeno social uma vez que as relações entre homens, sociedades e comunidades é o seu principal elemento impulsionador.

Aproximadas as definições de turismo e ressaltando-se as causas e os efeitos das relações entre os povos na atividade turística, e ainda lembrando o pesquisador suíço Arthur Haulot, que acredita que a origem da palavra turismo está no hebraico *Tur*¹⁰ que aparece na Bíblia com o significado de *Viagem de Reconhecimento* (Barreto, 1995:43), torna-se curiosa e necessária uma breve busca da origem histórica das viagens e do turismo.

O fenômeno turístico está relacionado às viagens, com deslocamentos e visita a locais diversos dos de residência dos indivíduos. Em termos históricos, portanto, o turismo teria iniciado a partir do momento em que o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar motivado pela necessidade de negócios com outros povos (Ignarra, 1999:15).

No entanto, é preciso diferenciar viagem de outros tipos de deslocamentos. Se, segundo Ignarra, os primitivos deslocavam-se em busca de subsistência, Barreto (1995:44) diz que viajar pressupõe retornar e o homem primitivo não tencionava retornar e mantinha-se em determinado lugar até que o mesmo não lhe garantisse

¹⁰ Barreto (1995:43) e Castilho (1999:23) dizem que o termo “turismo” surgiu na Inglaterra. No entanto, o primeiro no século XVII referindo-se à palavra *tour* (que quer dizer volta e tem seu equivalente no inglês *tour*, e no latim *tornare*); e, o segundo, no século XIX referindo-se à aristocracia inglesa ao utilizar-se da expressão “*faire um tour*”, ou seja, dar uma volta, fazendo referência à prática de viajar, geralmente pelo próprio continente europeu.

mais o sustento. Muitos deles eram nômades o que tampouco tem a ver com viagens e turismo.

Destituído o impasse e acreditando-se em deslocamentos ocorridos em períodos 4.000 anos a.C., entre os babilônios, e, ainda, na Idade Média, através das Cruzadas, e no Egito das Pirâmides, e nos Romanos, que teriam sido os primeiros a viajar por prazer, o que substancialmente resiste é a teoria de que os deslocamentos humanos remontam às primeiras civilizações. No entanto, encontra-se o consenso da origem na Grécia do século VIII a.C., com os deslocamentos para ver e participar dos Jogos Olímpicos de quatro em quatro anos (De la Torre *apud* Barreto, 1995:44; Ignarra, 1999:16).

Entre os séculos II e III d.C. registram-se intensas peregrinações à Jerusalém, à igreja do Santo Sepulcro, construída em 326 d.C. por Constantino O Grande (Barreto, 1995:45). Seriam as primeiras manifestações do turismo religioso?

Muitas outras civilizações passaram a se movimentar em deslocamentos contínuos, ora na busca da sobrevivência, ora na busca de entretenimento. Apenas séculos mais tarde, com a expansão do comércio no século XVI, apareciam os primeiros hotéis do mundo, sendo o Wekalet-Al-Ghury, no Cairo (Egito), o primeiro com objetivo de atender mercadores. Estaria nascendo o que hoje é a hotelaria moderna? Surgia o turismo e a hotelaria como esteio da atividade comercial?

Nos séculos que se seguiram surgiram os primeiros *spa's*¹¹. O florescimento do capitalismo, a circulação de grandes montantes financeiros e a melhoria dos meios e vias de transportes¹² levavam os mais abastados a estâncias litorâneas por puro prazer ou para recuperação de doenças do corpo e da alma (Barreto, 1995:49; Ignarra, 1999:18). Eram manifestas as primeiras demandas do turismo de saúde?

O turismo moderno, portanto, tem sua origem nos meados do século XIX, em Tomas Cook (na Inglaterra) e Henry Wells (nos Estados Unidos). O primeiro um vendedor de Bíblias que, em 1841, após andar quinze milhas para um encontro de

¹¹ *spa's*, segundo Houaiss: estabelecimento comercial com instalações para exercícios físicos e banhos de piscina, termas e/ou sauna.

¹² É importante o registro de que o desenvolvimento dos transportes (na Inglaterra) deve-se à necessidade de agilização do serviço postal. Em 1784, John Palmer passou a levar correspondências em diligências, que eram

uma liga contra o alcoolismo, teve a idéia de alugar um trem para levar outros colegas. Tendo juntado 570 pessoas, comprado e revendido todos os bilhetes protagonizou a primeira viagem agenciada. O segundo fundou a American Express Company, em 1850. Além dos dois, a Abreu Turismo (Cidade do Porto, Portugal) também precursora do turismo moderno, em 1940 vendia passagens de trem entre Lisboa e Porto (Rejowski, 2001:37) com o objetivo de prestar serviços aos ingleses que iam para o Porto no intuito de realizar negócios relacionados ao vinho (Castilho, 1999:27). Poder-se-ia dizer estarem-se iniciando as atividades do turismo de negócios?

No Brasil, o turismo como fenômeno social aparecia em 1923 com a Sociedade Brasileira de Turismo, anos depois denominada Touring Clube (Barreto, 1995:56). No entanto, a primeira agência de viagens a operar no Brasil apareceria, apenas em 1943. Segundo Rejowski, a Agência Geral de Turismo (ibid., p. 38)¹³.

Ainda, como diz Castilho (1999:32):

No Brasil, o “turismo aristocrático” teve seu início com os banhos de rio e, posteriormente, com os banhos de mar, este último tipo entre o final do século XIX e o começo do século XX. As instâncias hidrominerais proliferaram no Sudeste do país (Águas de Lindóia, Águas da Prata, Serra Negra e Águas de São Pedro) dos anos 20 até 1946 com a proibição do jogo no Brasil.

Autores, como Ignarra (1999:20), romantizam a chegada do turismo no Brasil com as caravelas. Registra, também, as primeiras manifestações do ecoturismo com as expedições de Von Humboldt, naturalista alemão que viajou pela Mata Atlântica, pesquisando a fauna e a flora brasileiras. Reporta-se, ainda, ao Visconde de Mauá que, com suas ferrovias, favoreceria o deslocamento de brasileiros e estrangeiros

transportes mais rápidos. Junto com as cartas, passageiros começavam a ser transportados mais rapidamente e em estradas.

¹³ Em 1943 foi fundada a primeira agência de viagem brasileira – Agência Geral de Turismo [...]. Na época São Paulo tinha menos de 2 milhões de habitantes, não havia grandes redes de hotelaria e nem a aviação comercial estava desenvolvida no Brasil. Mas havia uma procura relevante de turismo marítimo para viagens nacionais e internacionais. A Agência Geral começou criando excursões de ônibus, e [...] lançou o primeiro Carnaval Aéreo para o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que eram feitas reservas de hotéis nas estações balneárias (cura em 21 dias). Em entrevista realizada com o diretor-presidente da Agência Geral de Turismo, Modesto Matrorosa, sobre a história das agências de viagens da cidade de São Paulo.

pelo País. O mesmo ainda registra que, em 1927, a empresa aérea alemã Lufthansa criou, no Brasil, a Condor Syndicat que mais tarde daria origem à Viação Aérea Rio Grandense/VARIG e que, junto a Panair, impulsionaria, definitivamente, o Brasil a destinos internacionais.

Em detrimento dos fatos históricos e de classe social a que pertencesse, o brasileiro passou a viajar. As elites, utilizando-se de equipamentos luxuosos e exclusivistas oferecidos pelos segmentos do turismo de luxo; as classes menos favorecidas, em pacotes populares e deslocamentos de massa viabilizados pelo turismo social.

Desde então, uma política para o turismo passaria a ser tratada nas mais diversas instâncias e setores, buscando-se conciliar os interesses econômicos, políticos e sociais.

1.2. A POLÍTICA BRASILEIRA E REGIONAL PARA O TURISMO

Nos anos 60, através da criação do CNTur/Conselho Nacional de Turismo, o FUNGETUR/Fundo Geral de Turismo e EMBRATUR/Instituto Brasileiro de Turismo, o governo cria os primeiros órgãos e instrumentos de regulamentação do turismo no Brasil.

Embora a criação do CNTur, do FUNGETUR e da EMBRATUR datem dos anos 60, as iniciativas governamentais em prol da atividade turística e do desenvolvimento de políticas públicas de turismo remontam aos anos 30.¹⁴

¹⁴ Não se trata aqui da definição de políticas de planejamento global para o país, mas sim, as de desenvolvimento de ações para o comércio e as relações internacionais, nas quais o turismo se inseria na época. Para aprofundamento do tema e da lógica do planejamento no país, citamos Betty Midlin, em *Planejamento no Brasil*, (1997), que trata da história e fundamentos do planejamento do Brasil desde a década de 40 e Tânia B. Araújo, em *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro*, (2000), que também descreve com maestria as fases vivenciadas pelos governos brasileiros nas ações de planejamento, suas ideologias, concepção, funcionamentos avaliando-os, período a período. Segundo ambas, estas fases, 1944-1945, Relatório Simonsen; 1942-1943, Missão Abbink; 1951-1953, Comissão Mista Brasil-EUA; 1948, Plano Salte; 1956-1961, Plano de Metas; 1963-1965, Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social; 1964-1966, PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo; 1968-1970, Plano estratégico de desenvolvimento, culminam com os anos 90 que segundo Araújo (2000:118) “Num contexto mundial marcado por transformações importantes, o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças [...]. Dentre as principais, destacam-se uma política de abertura comercial intensa e rápida, a priorização à *integração competitiva*, reformas profundas na ação do Estado e finalmente a implementação de um programa de estabilização que já dura vários anos desde 1994. Paralelamente, o setor privado promove uma

A revolução de 30 e as rupturas que a ela se sucedem fizeram com que o Estado passasse a ter interferência direta na economia do País (Cruz, 2000:43). Neste contexto, são criados o Conselho Federal de Comércio Exterior e o primeiro organismo oficial de turismo do País, a Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda diretamente ligado à Presidência da República e que, na prática, tinha por atribuição fiscalizar as agências de viagens. Iniciava-se, portanto o controle da economia pelo Estado. E na medida em que a atividade turística mostrava-se como uma fonte constante de renda e empregos, o controle sobre a atividade também crescia.

A primeira menção legal da atividade turística no Brasil, segundo Ferraz (1992:30), é através do Decreto-Lei de nº 406, de 4 de maio de 1938, que dizia respeito à venda de passagens e cujo artigo 59 dispunha: “a venda de passagens para viagens aéreas, marítimas e terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, amadores, agentes, consignatários e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na forma da lei.”

Este Decreto-Lei é regulamentado pelo Decreto 3.010 de 20 de agosto de 1938, que dispõe sobre a regulamentação e funcionamento das agências de vendas de passagens e das agências de turismo.

Segundo Paiva (*apud* Benning, 2001:30):

A primeira experiência de uma gestão profissional, técnica do turismo no território nacional possui como marco a criação da Companhia Brasileira de Turismo – COMBRATUR, em 1958, seguindo-se, alguns anos depois, em 1966, a criação do Sistema Nacional de Turismo, Decreto de Lei de nº 55, de 18 de novembro.

A COMBRATUR funcionou até 1962, que teve um ano antes da atuação da Divisão de Turismo e Certamos, do Departamento Nacional do Comércio, do Ministério da Indústria e Comércio, ditando os caminhos do turismo até 1966. De 1966 a 1990, muitos foram os órgãos de turismo criados e extintos.

resstruturação produtiva, também intensa e muito rápida”. E é nesta perspectiva (1996) que a Política Nacional de Turismo com maiores repercussões na história do país é implantada e está em funcionamento até os dias de hoje.

Ainda, segundo Cruz (op cit., p.46), a criação da COMBRATUR, que tinha composição colegiada com a participação empresarial mas ligada à Presidência da República, imprime um marco à história das políticas públicas de turismo no Brasil. As atribuições da COMBRATUR, explícitas no Decreto que as instituía, dizia: a COMBRATUR terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional.¹⁵

Como diz Ferraz (1992:33), estava claro que se apresentavam as primeiras ações de planejamento do turismo. Mais claro ainda se tornavam estas ações como parte do elenco das atribuições da COMBRATUR:

- a) a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo do estrangeiro;
- b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas;
- c) a simplificação e a padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem;
- d) a promoção e estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, com especialidade aos que se referem à construção e à remodelação de hotéis;
- e) a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas;
- f) a realização, com a colaboração dos estados e municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados atração turística.

Três aspectos interessantes são percebidos nas atribuições do órgão: em primeiro lugar o especial interesse na melhoria da infra-estrutura, priorizando-se os meios de hospedagem; em segundo lugar, a perspectiva de trabalho junto aos municípios, o que se justifica pela grandeza do País e, em terceiro lugar, a preocupação com o patrimônio natural. Infelizmente a COMBRATUR é extinta em 1962 e a política pública que preconizava jamais foi posta em prática.

¹⁵ Decreto de nº 44.863 de 19 de abril de 1960, artigo 2º.

Foram muitas as mudanças decorrentes desta tentativa de se estabelecer uma política de turismo e a passagem das temáticas do turismo se sucederam governo a governo entre os anos 60 e 90; e embora em 1967 o Decreto-Lei de nº 60.224 de 16 de fevereiro estabeleça claramente o conceito de Política Nacional de Turismo¹⁶, apenas nos anos 90, a mesma passa a ser uma realidade no País, conforme registra Castilho (1999:33): a partir dos anos 90, com o governo Collor de Mello, o turismo passou a ser considerado como uma estratégia de inserção do País no mundo globalizado, mas calcado sobre políticas neoliberais e flexíveis.

No governo Collor de Mello (1990-92), com a extinção do Ministério da Indústria e Comércio e a criação da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, a EMBRATUR passa a fazer parte desta secretaria (Cruz, 2000:45).

A criação da EMBRATUR e do CNTur tiveram um relevante papel na ordenação das iniciativas de planejamento e política de turismo no Brasil. O CNTur não existe mais, mas a EMBRATUR, transformada em autarquia em 1991, recebeu as atribuições do antigo CNTur.

A EMBRATUR passaria a representar os papéis dela própria e de todos os órgãos e conselhos antes responsáveis pelos destinos do turismo do País. Segundo Beni (2001:123), “após muitos anos de infrutíferas tentativas de elaboração de uma Política Nacional de Turismo [...], ela é afinal formulada, em 1996, sob a responsabilidade da EMBRATUR”. Com ela, o conceito de desenvolvimento sustentável passaria a permear todas as discussões relativas ao planejamento do turismo e ao desenvolvimento de políticas públicas de turismo voltadas a, se não eliminação, pelo menos a diminuição das desigualdades regionais.

Ainda segundo Castilho (1999:33), “Em 1992, a EMBRATUR implanta o Plano Nacional do Turismo/PLANTUR, o principal instrumento da Política Nacional do Turismo. Nesse contexto, elabora-se o PRODETUR visando a promoção da regionalização da política do turismo no país”.

¹⁶ Compreende-se por Política Nacional de Turismo o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional. (Ferraz, 1992:38).

A Política Nacional de Turismo/PNT, conjunto de diretrizes, objetivos, estratégias e ações formuladas e executadas pelo Estado, através do MICT/Ministério da Indústria Comércio e Turismo e EMBRATUR, tem como finalidade promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento sócio-econômico do país.

Definem-se como idéias-força desta Política, segundo o MICT e a EMBRATUR, (1995:9):

- a) a ordenação das ações do Setor Público orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem estar social;
- b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais;
- c) a orientação referencial para o setor privado.

Os resultados pretendidos e as metas a se alcançar consideram as dimensões continentais do Brasil, o maior país tropical do mundo, e o desenvolvimento regional sustentável:

1. a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que vivem em regiões com potencial turístico;
2. a diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e da infra-estrutura receptiva do turismo nacional;
3. a geração de novos empregos e a manutenção dos existentes;
4. a qualificação e requalificação dos recursos humanos já envolvidos;
5. o aproveitamento de mão-de-obra não qualificada, com sua conseqüente capacitação;
6. a redução das desigualdades regionais;
7. o maior aporte de divisas ao balanço de pagamento;
8. a integração socioeconômica e cultural da população;
9. a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
10. a inserção do Brasil no cenário internacional, construindo-se uma imagem externa positiva.

Na verdade estas diretrizes eram as mesmas da COMBRATUR num nível maior de detalhamento.

A PNT, no documento que norteia suas Diretrizes e Programas, possui vinte e cinco programas que congregam as ações direcionadas ao turismo no Brasil, para o período 1996/1999. Editados posteriormente, os programas e as Diretrizes da Política Nacional de Turismo para o Brasil, segundo a própria diretriz, são:

Box nº 01: Política Nacional de Turismo/1996-1999

IMAGEM DO BRASIL: Programa institucional que tem como maior objetivo divulgar, de forma positiva, a gigantesca malha de aspectos que expressam a realidade brasileira.

VISIT BRAZIL: Visa a concentração de ações em marketing, buscando incrementar o fluxo turístico internacional para o país, atuando nos mercados emissores prioritários.

BRASIL EXPERT: A partir do treinamento de operadores turísticos, canadenses e americanos, visa a promoção do Brasil como destino turístico dos viajantes destes dois países.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS INTERNACIONAIS: Seu principal objetivo é colocar o “Produto Brasil” nas principais feiras internacionais de turismo, de forma competitiva.

CAPTAÇÃO DE EVENTOS INTERNACIONAIS: Visa a participação competitiva do Brasil nos mercado internacional de feiras e eventos, tendo como objetivo maior amenizar os problemas de sazonalidade em algumas regiões brasileiras.

INTERNET – SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS: Objetiva a intercambiação de ações dos diversos órgãos e entidades envolvidas com o desenvolvimento do turismo no Brasil, gerando um sistema de dados e informações turísticas para disseminação a nível nacional e internacional.

INSERÇÃO COMPETITIVA DO BRASIL EM FÓRUMS INTERNACIONAIS: Visa possibilitar o processo de negociação em fóruns prioritários de interesse turístico, buscando a captação de fluxos turísticos e investidores internacionais.

AMPLIAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS BÁSICAS DO TURISMO: Tem por principal objetivo dotar o governo brasileiro, as instituições ligadas ao turismo e os empresários do setor, de uma base de dados estatísticos capaz de permitir o planejamento e a tomada de decisões ágeis.

DEFESA DO CONSUMIDOR: Objetiva realizar gestões junto a distintos órgãos públicos, federais e estaduais, visando a intensificação dos esforços tendentes à fiscalização do cumprimento das normas relativas à segurança física, aos bens e aos direitos do turista.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TURISMO: Visa o fomento da formação e capacitação de pessoal para o desempenho de diversas funções pertinentes à atividade de turismo.

CONSCIENTIZAÇÃO E INICIAÇÃO ESCOLAR: Tem por objetivo a conscientização dos alunos do ensino fundamental sobre a importância sócio-econômica do Turismo enquanto atividade geradora de emprego e renda, a importância da preservação do patrimônio cultural e natural e do respeito ao turista e ao turismo.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ECOTURISMO: Busca contextualizar o ecoturismo como fator de desenvolvimento sustentável e produto âncora do turismo nacional, ainda que qualitativo e não quantitativo.

PROGRAMA NACIONAL DE ECOTURISMO: Visa o aproveitamento das potencialidades naturais de cada região, com vistas ao seu desenvolvimento, compatibilizando as atividades de ecoturismo com a conservação do meio ambiente, possibilitando a participação efetiva da comunidade e dos segmentos que atuam no setor.

PESCA ESPORTIVA/AMADORA: PNDPA – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora. Parceria entre o MET/EMBRATUR e MMA/IBAMA. Transformação da pesca amadora (uma das atividades de lazer mais praticada em todo o mundo) em instrumento de desenvolvimento social, econômico e de preservação ambiental.

CALENDÁRIO NACIONAL DOS DIAS AZUIS – BAIXA ESTAÇÃO: Na busca do combate a sazonalidade em diversas regiões brasileiras, o programa visa promover e incrementar o turismo doméstico, democratizando o acesso ao turismo nacional, com ofertas de pacotes turísticos baratos.

ALBERGUES DA JUVENTUDE: A necessidade de criar condições para que os jovens possam conhecer o Brasil originou o programa que visa possibilitar aos mesmos o conhecimento e valorização do seu país.

CLUBE DA MELHOR IDADE: Ação prioritária do MICT/EMBRATUR, na Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94 e Decreto que a regulamenta 1.948/96). Procura propiciar melhor qualidade de vida aos brasileiros com mais de 50 anos, pelo Lazer e pelo Turismo.

BOLSA DE NEGÓCIOS: Objetiva o cadastramento de potenciais investidores e oportunidades de negócios, o incremento da entrada de recursos e investimentos no setor e a implantação, modernização e ampliação da infraestrutura turística no Brasil.

PROGRAMA NACIONAL DE FINANCIAMENTO DO TURISMO (FUNGETUR): Fundo Geral de Turismo. Linha de crédito para financiamento de investimentos para a melhoria, implantação, conservação e manutenção de empreendimentos e serviços turísticos.

FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS DELEGADOS DA EMBRATUR: Visa a descentralização e fortalecimento do funcionamento do Sistema Oficial de Turismo.

DESENVOLVIMENTO DA MALHA AÉREA: Objetiva dotar os destinos turísticos de condições de acesso aéreo com capacidade adequada de transporte e preços compatíveis com a atividade turística e, ainda, tornar possível o transporte aéreo a segmentos de consumo alijados do mercado.¹⁷

Destes programas apenas o de QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TURISMO e CONSCIENTIZAÇÃO E INICIAÇÃO ESCOLAR estão em funcionamento no município espaço objeto deste estudo, além do PNMT.

Além destes, aparecem, posteriormente, mais dois programas divulgados através do *site* da EMBRATUR na Internet, que são:

Box nº 02: Novos Programas da Política Nacional de Turismo/1996-1999

TURISMO NÁUTICO: Conjunto de projetos distintos, porém afins, que visa o aproveitamento turístico dos 7.480 km do litoral brasileiro, 32.550 km de vias navegáveis internas além de represas hidroelétricas.

RINTUR: Roteiro de Informações Turísticas. Processo de identificação de municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo. Aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos e que encontraram no turismo diretrizes para o desenvolvimento sócio-econômico do município.¹⁸

Ainda fazem parte deste plano da EMBRATUR o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Regional/PRODETUR/NE e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo/PNMT, os quais serão detalhados mais adiante e que, para a participação nos mesmos, o município candidato deve estar no cadastrado no

¹⁷ Ibid, p.49.

Roteiro de Informações Turísticas/RINTUR, como é o caso do município de Bezerros.

Estava claro que o governo brasileiro, objetivando acompanhar a tendência mundial de investimentos no setor do turismo, associado à manutenção da sustentabilidade humana e ambiental, vinha articulando e implementando ações em prol do ordenado crescimento sustentável do turismo. O discurso do *desenvolvimento sustentável do turismo* crescia não só no Brasil mas em toda Europa e Estados Unidos.

Além da PNT, as ações governamentais são orientadas por planos, programas e projetos originados em documentos, tais como: o Programa de Governo *Avança Brasil* e posteriormente o *Brasil em Ação*¹⁹ nos quais o turismo não é visto mais apenas como fonte geradora de emprego e renda, mas também, como uma possibilidade de alavancar a mobilidade social dos agentes envolvidos. Daí surge uma crescente “onda” de preocupação com os problemas sociais brasileiros, inclusive os de ordem ambiental, o que gerou, com o *Avança Brasil*, um programa de governo atento às problemáticas sócio-ambientais.

Esta preocupação, vista claramente na Orientação Estratégica do Governo, foi organizada em torno de quatro grandes diretrizes que dão o sentido da mudança e dos compromissos da atual gestão, assumidos no *Avança Brasil*: Consolidar a Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentado; Promover o Desenvolvimento Sustentável Voltado para a Geração de Empregos e Oportunidade de Renda; Combater a Pobreza e Promover a Cidadania e a Inclusão Social e Consolidar a Democracia e a Defesa dos Direitos Humanos.²⁰

A consolidação da estabilidade econômica com crescimento sustentado depende, acima de tudo, da necessidade de adequar o País ao novo padrão de desenvolvimento, padrão este baseado no aumento da competitividade sistêmica da economia e das empresas, que ocorre através da modernização de seus parques produtivos e da integração mais equilibrada com os mercados externos. A

¹⁸ Disponível em <http://www.embratur.gov.br/programas/pnmt/htm>, acessado em 02 jan. 2001.

¹⁹ O *Brasil em Ação* entre os anos 1996 1999 e o *Avança Brasil* entre os anos 2000 e 2003.

²⁰ Plano Plurianual 2000/2003 – *Avança Brasil*, Ministério do Planejamento, Governo Federal, p. 22.

competitividade depende, também, da ampliação das exportações e dos investimentos produtivos. Segundo o PPA:

Para criar as condições macroeconômicas necessárias, é preciso consolidar o processo de estabilização econômica. O saneamento patrimonial e financeiro do setor público é fundamental para a consolidação deste processo e persistirá até a plena recuperação da sua capacidade de investimento nas áreas consideradas prioritárias.²¹

A promoção do desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda, pressupõe a revisão do papel do Estado. A adoção de um novo modelo de desenvolvimento, em bases sustentáveis, é proposta pela parceria do Estado com a iniciativa privada e outros setores da sociedade. Esta parceria amplia as oportunidades de investimentos no País. O PPA enfatiza, nas diretrizes estratégicas:

A promoção do desenvolvimento abrange, além das dimensões consagradas da produção de bens e serviços, que deverão continuar elevando seus níveis de competitividade, setores cuja importância é crescente: turismo e cultura, pelo grande potencial de geração de emprego e renda; ensino e qualificação profissional, cuja integração é vital para debelar as desigualdades sociais e ampliar as oportunidades pessoais, num mundo onde as transformações ocorrem rapidamente; e o agronegócio, cujo potencial exportador é enorme.²²

O combate à pobreza, a promoção da cidadania e a inclusão social exigem um Estado rápido e capaz de conceber, implementar e financiar políticas públicas e, sobretudo, mobilizar a sociedade.²³

A consolidação da democracia e a defesa dos direitos humanos partem do pressuposto de que o fortalecimento da sociedade civil é um instrumento imprescindível para a conquista do crescimento e progresso social. A proposta do PPA é a de radicalização da democracia. A ilusão de que a responsabilidade pela

²¹ Ibid, p. 25.

²² Ibid, p. 25.

²³ Ibid, p. 25.

provisão do bem-estar social é unicamente do Estado está sendo gradativamente debelada e abre as portas à participação coletiva na construção do mesmo.

Desta forma se comporta a construção da diretriz que diz respeito à redução de desigualdades inter-regionais. Essa preocupação norteia toda a estratégia do Governo Federal. O desenvolvimento sustentável de um país não ocorre sem que todas as regiões cresçam de forma integrada; daí a criação de um *portifólio* de investimentos públicos e privados dentro dos eixos nacionais de integração e investimentos.²⁴

Essa preocupação, ainda, constitui-se de extrema relevância considerando-se as origens históricas da desigualdade nacional. Como dito por Araújo (2000:129):

[...] parece claro que as tendências de mercado visam a aprofundar as diferenciações regionais do passado e fragmentar o Brasil, destacando os 'focos de competitividade e dinamismo' do 'resto' do país para articula-los à economia global. A *inserção seletiva* promovida pelas novas tendências terá, como contraface da mesma moeda, o abandono das 'áreas de exclusão' (ditas não-competitivas).

Embora haja uma considerável distância entre o discurso e a prática ao nível de planejamento, as preocupações são expressas de maneira clara e o elenco de diretrizes a serem perseguidas em prol da redução desta lacuna ensejam positividade.

È de ser ressaltado que havia uma outra lacuna a qual foi sanada pelo Congresso Nacional Brasileiro, através da inclusão de duas novas diretrizes na Lei de Diretrizes Orçamentárias. As duas novas diretrizes, também voltadas para as questões sociais, são: Reduzir as Desigualdades Intra-Regionais e Promover a Democracia e a Defesa dos Direitos Humanos.²⁵

O governo brasileiro passou a ver o desenvolvimento do País como uma ação integrada de desenvolvimento econômico e social. Segundo o próprio PPA, na Orientação Estratégica: É provável que nenhum outro período da História do País, os objetivos permanentes de desenvolvimento econômico e social e respeito à

²⁴ Ibid, p. 25.

pessoa humana tenham dependido tanto da conjunção de mudanças nas dimensões referidas.²⁶

A partir destas, agora seis diretrizes, a próxima etapa a ser planejada no contexto brasileiro é a adequação destas diretrizes à problemática social mundial. Ainda, segundo o PPA: (...) há um conjunto de desafios que dizem respeito, desde já, a todas as nações e que deverão transformar-se em grandes preocupações, durante significativa parte do próximo século [o 20].²⁷

Essas preocupações estão voltadas para mudanças no curso da economia mundial, nas relações internacionais e que contemplam o meio ambiente, a capacidade de regulação dos estados e a manutenção da coesão sócio-econômica das regiões no interior das fronteiras.

O PPA ainda compõe sua parte final com cinco Agendas, oriundas de temáticas que mobilizaram o governo brasileiro nos últimos cinco anos. Como diz o PPA, as Agendas são princípios observados durante a elaboração dos programas e espelham os novos desafios que perpassam toda a ação governamental.²⁸

Das cinco Agendas, três destacam-se pela relevância, concepção e propostas. As mesmas tratam de questões referentes à gestão e políticas ambientais e educacionais, assim como da ampliação da oferta de qualificação e empregos. São elas: Agenda Ambiental, Agenda de Empregos e Oportunidades de Renda e Agenda de Informação e Conhecimento. As outras duas são as Agendas dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e de Gestão do Estado.²⁹

Na Agenda Ambiental, o Governo prioriza a incorporação da dimensão ambiental ao desenvolvimento econômico, tendo como ponto de partida a seguinte visão:

O papel do Governo federal é construir uma nova geografia, apoiado em dois pilares: uma repartição mais eqüitativa da geração e distribuição da riqueza entre as regiões e a integração

²⁵ Ibid, p. 22.

²⁶ Ibid, p. 22.

²⁷ Ibid, p. 22.

²⁸ Ibid, p. 22.

²⁹ Ibid, p. 22.

das regiões para fazer de sua complementaridade a plataforma eficiente e competitiva para inserção econômica internacional do País.³⁰

A Agenda de Empregos e Oportunidades de Renda nasce das mudanças ocorridas no mundo, a partir das modificações do padrão mundial de produção e do esforço que as mesmas têm feito no sentido de reestruturar-se para tornarem-se mais competitivas.

Na prática, porém, a corrida provocada pela competitividade acentua as desigualdades sociais e desequilibra o mercado. Cada vez mais, mais pessoas buscam trabalho e menos postos de trabalho estão disponíveis para elas. Além disto, os que buscam ocupação no mercado de trabalho encontram-se, a cada dia, mais distantes da qualificação profissional exigida pelo mercado. Para a correção deste desequilíbrio o Governo Federal volta-se para a adoção de políticas compensatórias [públicas] tanto para a melhoria da oferta de empregos quanto para a capacitação de trabalhadores.³¹

Na Agenda de Informação e Conhecimento, a apropriação do conhecimento aparece como mola propulsora do desenvolvimento, uma vez que a sociedade do terceiro milênio está centrada na informação baseada na comunicação, informação e inovação permanente. Para a otimização desta agenda e suas diretrizes, segundo o PPA³²:

³⁰ Ibid, p. 35.

³¹ Ibid, p. 38.

³² O plano ainda se apresenta na forma de 28 macroobjetivos. Os mesmos são: Criar um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentável, Sanear as finanças públicas, Atingir US\$ 100 bilhões de exportação até 2002, Aumentar a competitividade do agronegócio, Desenvolver a Indústria Cultural, Promover a modernização da infra-estrutura e a melhoria dos serviços de telecomunicações, energia e transporte, Promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no mercado financeiro, Ampliar o acesso aos postos de trabalho e melhorar a qualidade do emprego, Ampliar a capacidade de inovação, Fortalecer a participação do País nas relações econômicas internacionais, Assegura o acesso e a humanização do atendimento na saúde, Combater a fome, Reduzir a mortalidade infantil, Erradicar o trabalho infantil degradante e proteger o trabalhador adolescente, Assegurar os serviços de proteção à população vulnerável à exclusão social, Promover o desenvolvimento integrado do campo, Melhorar a qualidade de vida nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, Ampliar a oferta de habitações e estimular a melhoria das moradias existentes, Ampliar os serviços de saneamento básico e de saneamento ambiental das cidades, Melhorar a qualidade do transporte e do trânsito urbanos, Promover a cultura para fortalecer a cidadania, Promover a garantia dos direitos humanos, Garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento, Mobilizar governo e sociedade para a redução da violência.

O papel do Governo neste contexto não se restringe aos investimentos em ciência, tecnologia e educação. Exige uma mobilização ampla de todo o Governo, articulado com a sociedade, para maximizar os benefícios proporcionados pela informação e conhecimento na solução dos problemas econômicos e sociais.³³

Existem ainda quatro macroobjetivos que possuem especial destaque neste estudo, por suas ligações com a educação, o turismo e à gestão ambiental: elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional; ofertar escola de qualidade para todos; melhorar a gestão ambiental e desenvolver a Indústria do Turismo.

No que diz respeito à educação, os macroobjetivos *elevar o nível educacional da população e ofertar escola de qualidade para todos*³⁴ trazem, no seu bojo, o estabelecimento de linhas norteadoras que têm como principal objetivo a redução das desigualdades sociais e o aumento da competitividade da economia nacional, assim como o desenvolvimento de nossa sociedade de forma avançada e democrática, não percebendo este movimento de outra forma que não seja através de um ensino de qualidade para todos.

Diante da expansão crescente do conhecimento e da inovação presentes na produção de bens e serviços, profissionais de maior nível educacional, capacitados de forma permanente para atender às transformações e exigências do mercado de trabalho são uma exigência e necessidade crescentes. Assim sendo, a orientação do Governo é orientada para:

- Concentrar os investimentos da educação para a melhoria da qualidade do ensino;
- Melhorar a qualificação do magistério no ensino fundamental e médio;
- Garantir a expansão do ensino médio;
- Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes adequados às exigências locais e regionais do mercado de trabalho estabelecendo parcerias entre os sistemas estaduais, municipais, federal e iniciativa privada;

³³ Ibid, p. 38.

³⁴ Ibid, p. 27 e 30.

Melhorar a qualidade do ensino universitário em sintonia com demandas de profissionais.³⁵

Quanto ao macroobjetivo *oferta de escola de qualidade para todos*, sua orientação é direcionada para o desenvolvimento de nossa sociedade de forma avançada e democrática, não percebendo este movimento de outra forma que não seja através de um ensino de qualidade democrático e acessível a todos.³⁶ Com isso, propõe:

Garantir uma escola de qualidade para todas as crianças de sete a quatorze anos;
Intensificar as ações para valorização do magistério;
Assegurar a participação da comunidade na gestão das escolas;
Valorizar o Sistema de Avaliação do Ensino Básico, definindo critérios para alocação de recursos aos Estados e Municípios com base em indicadores de qualidade e de rendimento escolar.³⁷

Percebe-se um exagerado interesse do governo brasileiro em fomentar ou gerar a imagem da fomentação de um plano educacional exemplar. Embora esta exigência faça parte de diversos acordos de âmbito mundial como, por exemplo, a Agenda 21, a melhoria do sistema de educação é pré-requisito de diversos agentes financiadores internacionais.

Sendo o Brasil um país de extensão continental, possuidor de diversidade ambiental, econômica e social, a gestão ambiental carece de descentralização e co-participação dos Estados, Municípios, Iniciativa Privada e Organizações Não-Governamentais. Ao governo brasileiro cabe a normalização de diretrizes gerais e coordenação das ações regionais, assim como a captação de comprometimento da iniciativa privada.

A melhoria da gestão ambiental, segundo o PPA, visa:

³⁵ Ibid, p. 27.

³⁶ Cabe lembrar que a priorização de uma educação e ensino de qualidade está relacionada com as exigências de agências de fomento internacional que têm condicionado a liberação de empréstimos aos países do chamado terceiro mundo a uma maior e melhor investida na educação de seus povos.

³⁷ Ibid, p. 30.

Estimular o desenvolvimento da gestão ambiental nas empresas, incentivando a certificação de acordo com as normas ISO 14000;

Estimular a recomposição florestal, assim como assegurar a gestão da cobertura florestal dos recursos pesqueiros;

Regularizar e melhorar a gestão das áreas protegidas;

Concluir a descentralização da gestão ambiental para os Estados, reduzir o tempo de expedição do licenciamento e estimular a melhoria da qualidade dos projetos de investimento quanto ao impacto ambiental;

Implementar a Lei das Águas e promover a gestão integrada das bacias hidrográficas.³⁸

Quanto ao turismo, o macroobjetivo *desenvolver a indústria do turismo*, favorece a realização de reflexões sobre a chamada “indústria do turismo”, ainda vista como “a salvação da lavoura”, por muitos, mas que traz nas suas diretrizes, e conseqüentes programas, uma leitura subliminar de que a “terra do sol” é a terra do litoral, provocando, em si, a pobre interiorização do turismo, em algumas áreas em detrimento de uma grande e rica, litoralização de outras. O que se vê nos dias de hoje é um novo discurso voltado à interiorização do turismo como uma possibilidade de apaziguamento das desigualdades sociais.

Por sua capacidade de geração de emprego e renda, além de divisas e atração de investimentos, o setor de turismo demanda atenção especial do Governo Federal, principalmente as áreas com maior potencial para o desenvolvimento do mesmo. Ainda, segundo o PPA, as ações buscarão: Promover junto aos Estados, Municípios e setor privado, a concepção de novos produtos e a melhoria da qualidade dos serviços; aumentar as opções de acesso ao território; promover a qualificação profissional no setor de turismo.³⁹

Por possuir grandes belezas naturais (um litoral privilegiado com sol durante quase todo o ano) e ao mesmo tempo possuir grandes desigualdades sociais e intra-regionais, a região Nordeste do Brasil foi alvo do Brasil em Ação (1996/1999) e continua sendo alvo de grandes investimentos no Programa Avança Brasil (2000-2003).

³⁸ Ibid, p. 29.

³⁹ Ibid, p. 28.

No PPA Avança Brasil, o Turismo é contemplado praticamente em todas as diretrizes e programas citados anteriormente; no entanto, com uma nova formatação. Como já dito, percebe-se em todas as esferas uma preocupação com a manutenção das desigualdades intra-regionais, inclusive quando tratadas as localidades litorâneas em detrimento das interioranas, que não possuem sol e mar, muito menos durante todo o ano.

Vale ressaltar que o esporte ganha lugar de destaque e assume caracterizações próprias, tendo uma ação, a de GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO, como convergente das duas grandes competências do Ministério: Esporte e Turismo.

Cabe ao Ministério do Esporte e Turismo a aglutinação e gestão dos 11 grandes programas de atuação do Governo nestas áreas, assim divididos e chamados:

Box nº 03: Programas de Turismo do PPA Avança Brasil/2000-2003

BRASIL 500 ANOS: Objetiva ações comemorativas aos 5º Centenário de Descobrimento do Brasil;

BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA: Visa melhorar o desempenho e rendimento do atleta brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do Brasil no exterior;

ESPORTE DIREITO DE TODOS: Têm por objetivo a contribuição para a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania por meio da ampliação da prática desportiva e do lazer, considerando as dimensões culturais e educacionais;

ESPORTE SOLIDÁRIO: Sua principal meta é diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática esportiva;

GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO: Visa apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas nas áreas de esporte e turismo;

MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO: Objetiva promover o desenvolvimento do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade organizada, de forma a gerar emprego e renda duradouros;

TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL: Tem como principal objetivo aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas na Região Centro-Oeste do País;

TURISMO NO NORDESTE: Tem como principal objetivo aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas na Região Nordeste do País;

TURISMO NO SUDESTE: Tem como principal objetivo aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas na Região Sudeste do País;

TURISMO NO SUL: Tem como principal objetivo aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas na Região Sul do País;

TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO: Tem como principal objetivo aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas no País.

No município de Bezerros, o Programa de MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO é o único em funcionamento, dentro desta nova apresentação da PNT.

O detalhamento, em vinte e cinco programas da Política Nacional de Turismo (1996/1999), foi enxugado e aglutinado praticamente por critério de localização/espço, em 11 programas, no Avança Brasil.⁴⁰

Nesta nova versão, o PRODETUR/NE consolida-se, praticamente, como um programa “guarda-chuva”, numa visão e perspectiva macro e onde planos, programas e projetos menores seriam planejados, fomentados, executados, acompanhados e avaliados, e tendo os recursos financeiros distribuídos.

Fato curioso é o de que na Política Nacional de Turismo, fruto do Brasil em Ação (ambos 1996 e 2000), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo e o PRODETUR/NE aparecem como programas de semelhante importância e peso.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste/ PRODETUR/NE é um dos quatro programas (os outros são o PRODETUR Sul, Sudeste e ainda o programa Turismo no Coração do Brasil) que o Governo Federal criou para o incentivo ao desenvolvimento do turismo em regiões específicas do País. O mesmo é resultado de uma parceria entre o Governo Federal, os Governadores dos Estados do Nordeste, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste/CTI/NE, municípios e Organismos Internacionais e de Iniciativa Privada.

Segundo Cruz (1996:268),

Sob o aspecto operacional, o PRODETUR está vinculado a três instâncias gestoras: em âmbito nacional: a EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo); em âmbito regional: a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), CTI-NE (Comissão de Turismo Integrado do Nordeste) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

O programa se divide em cinco sub-programas: político-institucional, gestão, infra-estrutura, equipamentos e serviços, promoção e divulgação, pólos e corredores turísticos.

⁴⁰ Ibid, p. 348.

Ainda segundo Cruz, por sua vez,

O quadro de ações do PRODETUR/NE prevê intervenções em infra-estrutura aeroportuária, rodoviária e hidroviária; saneamento básico; energia; telecomunicações; recuperação do patrimônio histórico; equipamentos e serviços; estudos e projetos; marketing e desenvolvimento de recursos humanos.

Segundo o Banco do Nordeste (2001), os objetivos do programa são:

Reforçar o potencial turístico do Nordeste via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional;

Melhorar as condições de infra-estrutura básica e serviços públicos nas áreas atualmente em expansão turística;

Gerar oportunidades de emprego e aumentar os níveis de renda e de receitas públicas via atração de investimentos privados.⁴¹

O PRODETUR/NE reúne aproximadamente 500 projetos e dispõe de US\$ 800 milhões para aplicações. Destes, US\$ 400 milhões são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID através do agente repassador, o BNB. A regulamentação da linha de financiamento previu uma contrapartida de recursos próprios ao nível de 50%. O contrato entre o BNB e o BID foi firmado em 12 de dezembro de 1994, pelo prazo de 25 anos. O PRODETUR/NE está dividido em duas etapas:

A 1ª etapa: PRODETUR/NE I – No período 1996/1999, com investimentos na ordem de 670,5 milhões, já revertidos em 8 aeroportos, 46 trechos rodoviários, ou, 612 km de estradas, 34 projetos de saneamento, preservação de ambientes em 43.669 hectares, capacitação de órgãos de planejamento e recuperação de patrimônio, sendo 147.032 metros quadrados. Os mesmos distribuídos da seguinte forma: 12%, ou 80 milhões, em transportes; 24%, ou 160 milhões em saneamento;

⁴¹ Disponível em <http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne>, acessado em 04 de maio de 2001.

30%, ou 202 milhões em outros investimentos e 34% ou 228 milhões em aeroportos.⁴²

A 2ª etapa: PRODETUR II – 600 milhões no financiamento de novas obras de infra-estrutura, saneamento básico, recuperação de patrimônio histórico e conservação do meio ambiente e ainda, na capacitação de agentes nos pólos turísticos que permitirão a realização de projetos de infra-estrutura, saneamento e recuperação de patrimônio artístico e cultural, com recursos da união.

Com 1,34 bilhões de dólares investidos na região Nordeste do Brasil e quase a sua totalidade na estruturação do litoral, ratificando-se o pensamento geral de que o nordeste brasileiro é “sol, mar e lazer”.

As metas globais do PRODETUR/NE e seu acompanhamento constam da Tabela 01, a seguir:

Tabela 01: Metas Globais do PRODETUR/NE

Descrição	Unidade de Medida	Metas Globais	Realizado (até mar/99)	Execução (%)
Empregos Diretos	Unid.	1.687.000	806.666	47,8
Empregos Indiretos	Unid.	2.183.000	1.046.424	47,9
Esgoto sanitário e abastecimento d'água	Mil hab.	681,2	462,2	67,9
Implantação/melhoria de rodovias	km	625,3	554,8	88,7
Recuperação de Patrimônio Histórico	m ²	166.213,4	144.530,4	87,0
Preservação do Meio Ambiente	ha	24.679	20.549	83,3
Ampliação/Modernização de Aeroportos	%	100,0	56,1	56,1
Estrutura/capacitação órgãos do Governo	Projeto	172	69	40,1

Fonte: BNB, Março/1999⁴³

Os recursos do programa estão direcionados a projetos de infra-estrutura em inúmeras obras; no entanto compreendem basicamente ações de saneamento, administração de resíduos sólidos, os diversos módulos e necessidades de transportes, reforma ou construção de aeroportos, desenvolvimento institucional dos órgãos estaduais e municipais e preservação do patrimônio histórico e ambiental. Todas as obras com uma grande visibilidade, construídas no tempo mínimo possível.

⁴² Revista Inside Brasil, n. ° 33/2000.

⁴³ Disponível em <http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne>, arquivo C:\APP TURISMO 2001\GET4ISO6.DOC – 04/10/01, acessado em 04 de maio de 2001.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo, PNMT, foi criado pela Portaria n.º 130, de 30 de março de 1994, por determinação do MICT, na gestão do então Ministro Élcio Álvares, para ser implantado e implementado pela EMBRATUR, a partir de metodologia desenvolvida e adotada pela Organização Mundial do Turismo/OMT.

A portaria de criação do PNMT instituiu, também, o Comitê Executivo que tem por finalidade coordenar as ações de implantação do programa, acompanhar e avaliar o desenvolvimento destas entidades e coordenar a divulgação do mesmo, a nível nacional.

O Comitê é composto de representantes das seguintes entidades: Secretaria Estadual de Turismo e Serviços/SETS, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; EMBRATUR, também do MITC; Banco do Brasil S/A; Associação de Municípios de Potencial Turístico/AMPTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC. Estas entidades indicaram a SETS, coordenadora do programa, um titular e um suplente, no prazo de cinco dias a partir da publicação da portaria para a composição do Comitê.

O programa conta com o apoio técnico e consultoria da OMT e no decorrer dos sete anos de existência tem agregado novos parceiros nas esferas nacional, estadual e municipal.

De acordo com a EMBARTUR: ⁴⁴

O Programa Nacional de Municipalização do turismo – PNMT é um programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do turismo – OMT, adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia da administração da atividade turística. Como instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação, o PNMT apóia as funções gerenciais de planejamento, tomadas de decisões e controle operacional, abrangendo órgãos da Administração Pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como Autarquias, Fundações e empresas públicas e privadas.

⁴⁴ Disponível em <http://www.embratur.gov.br/programas/pnmt/htm>, acessado em 02 jan. 2001.

O principal objetivo do PNMT é fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. O fomento ao desenvolvimento é parte de um processo que, através de ações de conscientização da população, envolvimento da iniciativa privada e mobilização do poder público local, beneficiaram as diversas ações realizadas pelo município em prol do desenvolvimento do turismo no mesmo.

Outra premissa do programa é a de que, como a atividade turística se desenvolve através de atrativos localizados com a geração de impostos primordialmente municipais, os processos de planejamento e gerenciamento dos investimentos fomentados por recursos oriundos desta captação de impostos sejam realizados pelo próprio município e suas representações.⁴⁵

As ações devem ser resultado do consenso entre os moradores e das autoridades municipais. Desta forma, os residentes dos municípios envolvidos nas decisões que definirão as estratégias para o planejamento do turismo municipal, estariam mais dispostos e comprometidos a colaborar para que os resultados sejam positivos para todos, o que se constitui numa realidade no município de Bezerros, conforme será tratado à frente.

Por sua amplitude e abrangência, o programa é coordenado e possui competências, nos níveis nacional, estadual e municipal, embora a gestão do programa esteja a cargo dos municípios com potencial turístico, cabendo aos estados e órgãos federais oferecer suporte técnico a sua implementação. Na esfera nacional, compete à Coordenação Geral do PNMT, exercida pela EMBRATUR e pelas instituições participantes, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do programa em nível nacional.

Já, na esfera estadual, compete ao Comitê Estadual do PNMT, formado por representantes da unidade gestora e das instituições parceiras estaduais, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do programa nos Estados. E no âmbito e esfera municipal, compete ao Conselho Municipal de Turismo, criado dentro da filosofia do PNMT, iniciar e coordenar o processo de elaboração do Plano de

Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por uma metodologia simplificada de planejamento, com enfoque participativo.⁴⁶

Operacionalmente o programa desenvolveu algumas ações básicas. A nível nacional, o lançamento do programa aconteceu na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, no dia 30 de março de 1994. No dia 18 de agosto do mesmo ano, na cidade de Brasília/DF, o programa foi apresentado aos municípios considerados prioritários para o desenvolvimento da atividade turística.

O processo de conscientização das autoridades estaduais e municipais consolidou-se com a promoção de encontros regionais. O programa foi apresentado a 1.447 municípios, tendo recebido adesão de 490. Nota-se, no Quadro 01, que o Nordeste do Brasil constituiu-se em terceiro lugar no número de adesões. Isto se deve a uma série de fatores, entre os quais, se destaca o fato dos municípios nordestinos estarem, durante anos, despreparados para a lida com o turismo e este se dar, de maneira forte, apenas no litoral e também à busca de uma “atividade panacéia”. Com a criação do programa e passados sete anos de implantação do mesmo, a interiorização é fato em diversos municípios do Nordeste e do Brasil.

Quadro 01: Adesões por Região ao PNMT no ano do lançamento

Região	Data de Adesão	Nº Total	Nº de Adesões
Norte	17 de Novembro/94	131	39
Nordeste	19 de Novembro/94	393	86
Centro-Oeste	21 de Novembro/94	89	30
Sul	25 de Novembro/94	397	129
Sudeste	10 de Abril/94	437	206

Fonte: EMBRATUR/1995⁴⁷

No nível estadual o Comitê Nacional do PNMT visitou vários Estados, com a missão de apresentar o programa em seminários e palestras; consolidou a criação dos comitês estaduais com os mesmos parceiros do comitê nacional; realizou o treinamento de técnicos estaduais; promoveu a divulgação do programa, através de ações de comunicação social, utilizando veículos da imprensa em geral e os

⁴⁵ Programa Nacional de Municipalização do Turismo, Procedimentos, Versão Preliminar, MICT/EMBRATUR, 1995, p. 05.

⁴⁶ Ibid.

especializados em promoção e *marketing* de eventos e acompanhou a implantação do programa pelos agentes municipais em alguns municípios.

Por sua vez, no nível municipal, foram realizadas oficinas de conscientização junto a comunidades em todo o País. No tocante às ações de divulgação do programa de treinamento de técnicos nos municípios, foram semelhantes às estratégias utilizadas no âmbito estadual.

Quanto aos técnicos indicados para atuação junto aos municípios como agentes do PNMT, os pré-requisitos básicos foram estabelecidos seguindo dois aspectos: aceitável e ideal. Portanto, era aceitável que o mesmo possuísse o segundo grau, mas o ideal seria que tivesse nível superior; era aceitável que conhecesse o município, mas seria ideal que conhecesse a realidade local; era aceitável que possuísse algum conhecimento de turismo, no entanto, seria ideal que fosse um profissional da área de turismo; era, ainda, aceitável que tivesse facilidade de comunicação, mas habilidade gerencial e de articulação seriam ideais; por fim, era aceitável nível de compromisso e comprometimento, mas o ideal seria que o técnico pudesse dedicar-se exclusivamente ao programa.⁴⁸

Os técnicos indicados deveriam ter, ainda, facilidade de relacionamento, vínculo empregatício com a entidade que o indicasse e fosse remunerado pela mesma.

Um último aspecto relevante do programa diz respeito aos critérios para a implantação do mesmo nos municípios:⁴⁹

1. O município será considerado prioritário para o desenvolvimento turístico, quando através do Relatório de Informações Turísticas – RINTUR, atingir a pontuação máxima necessária, considerando-se critérios e categorias definidas pela EMBRATUR;
2. O município estará engajado no PNMT quando, junto com a Coordenação Geral, tiver cadastrado seus agentes municipais.
3. O município será considerado pelo PNMT como de interesse turístico quando as ações básicas do PNMT – Conselho Municipal, Plano de Desenvolvimento e Fundo, estiverem cumpridas.

⁴⁷ Programa Nacional de Municipalização do Turismo, Procedimentos, versão Preliminar, 1995, p. 07.

⁴⁸ Ibid, p. 09.

4. Os municípios [sic] receberão o selo município turístico, quando:
- 4.1 estiver sinalizado;
 - 4.2 o acesso for bom;
 - 4.3 houver um trabalho efetivo de capacitação profissional de mão-de-obra, ligada direta ou indiretamente ao turismo;
 - 4.4 os equipamentos turísticos forem satisfatórios;
 - 4.5 as campanhas promocionais do município forem consideradas de boa qualidade;

Atendidos esses critérios, o município interessado e que se julgar “apto”, deverá solicitar o selo de “Município Turístico” à EMBRATUR.

Vale ressaltar, no entanto, que até o presente momento não se tem conhecimento de um documento oficial emitido pelo Comitê Nacional do Programa, ou por algum dos órgãos ligados ao MICT, explicitando dados sobre a posição do PNMT no Brasil, ou resultados alcançados. Sabe-se que nas esferas interiores dos órgãos envolvidos, a sistematização e o controle de informações enviadas de diversas partes do País, é realizada. Também é possível encontrar alguns poucos registros do PNMT, de forma extremamente resumida, na Internet. No entanto, segundo a EMBRATUR, até julho de 1997, os principais resultados foram os seguintes:

Quadro 02: Ações do PNMT em todo o Brasil no ano de 1997

Ações do PNMT em Todo o Brasil	1997⁵⁰
Total de Oficinas de Planejamento	28
Total de Oficinas de 1ª Fase	79
Total de Oficinas de Micro Regiões Piloto do PNMT	23
Total de Oficinas de 2ª Fase	35
Total de Oficinas de Moderadores	02
Total de Oficinas de Integração Instituição – PNMT	05
Total de agentes multiplicadores nacionais	32
Total de agentes multiplicadores estaduais	268
Total de municípios engajados	843
Total de monitores municipais treinados	1.843
Total de entidades envolvidas	152
Total de Comitês Estaduais formados	18
Total de Comitês Estaduais em formação	09
Total de oficinas realizadas	172

⁴⁹ Ibid, p. 11.

⁵⁰ Ibid; (*, ** e ***: cálculo médio de 1 pessoa por 50 pessoas).

Média de oficinas realizadas por mês em 1 ano	9,55
Total de municípios treinados por mês	70
Total de pessoas envolvidas diretamente com o PNMT *	2.143
Total de pessoas envolvidas indiretamente com o PNMT**	92.150
Média de pessoas treinadas por mês em 1 ano ***	178

O que se vê na prática é que, para as dimensões do Brasil, a atuação do PNMT nestes sete anos de atuação é significativa, no entanto, pequena. Sobretudo para a Região Nordeste, considerando sua grandeza potencial e seus atrativos naturais e histórico-culturais.

A importância desta política de turismo para os estados e municípios consolida-se em ações para o desenvolvimento a nível local. Quer seja através do PRODETUR/NE - fomentador de investimentos e mediador da captação de recursos internacionais -, quer seja através do PNMT - voltado à capacitação e sensibilização dos agentes locais -, o turismo tem crescido e alcançado posições consideráveis como instrumento para a alavancagem de pessoas e grupos e atores sociais.

De uma política nacional reflete-se diretrizes para as políticas locais de desenvolvimento do turismo. Do âmbito das políticas públicas federais passa-se a estabelecer as políticas estaduais e municipais. No entanto, um número considerável destas políticas servem apenas para consolidar os grupos hegemônicos como os detentores do poder local.

1.3. O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco, inserido no PRODETUR/NE e tendo implantado o PNMT em diversas cidades, foi orientado para a busca de estratégias de desenvolvimento do turismo.

Viabilizar estas estratégias, através do fomento do PRODETUR e das metodologias do PNMT, constituiu-se em emergência e possibilidades para os governos estadual e municipal.⁵¹ O alvo do estado com o programa é transformar

⁵¹ Vale ressaltar que enquanto o PRODETUR dispõe de US\$ 670 milhões para investimentos em infra-estrutura, projetos diversos e treinamento, enquanto o PNMT dispõe de muito pouco recurso e assim mesmo relacionados

Pernambuco, a médio e longo prazos, num destino integrado nos grandes roteiros do mercado turístico internacional.

Do ponto de vista tático, visa a atender às necessidades pontuais e emergências demandadas no dia a dia pelo “*trade*”⁵² turístico, através de atuações da Empresa Pernambucana de Turismo/EMPETUR. Do ponto de vista estratégico, todas as ações estarão concentradas na implementação de projetos que permitam transformar o espaço receptivo do Estado. Ressalte-se, ainda, o desenvolvimento de ações pragmáticas voltadas à valorização da cultura e melhoria da infra-estrutura dos serviços públicos.⁵³

Não se pode deixar de ressaltar que as ações passam a constituir-se em ações conjuntas e orquestradas para o atendimento de alguns privilegiados que, já detentores de negócios no setor, lançam mão da possibilidade de acesso aos financiamentos e à informação para manterem-se e aos seus negócios.

As relações entre o *trade* turístico e o poder público definem e redefinem as políticas de atuação dos estados e municípios, também pelas mudanças ocorridas na economia e na política nas últimas duas décadas.

De acordo com Castilho (1999:169) “a crise econômico-financeira do Estado, incapacitado de continuar a atender à sociedade na sua totalidade tem sido vista como o principal motivo da citada parceria a partir dos anos 80”.

Numa perspectiva de planejamento estratégico voltado ao atendimento de ações prioritárias, as metas globais de Pernambuco no PRODETUR/NE expressam-se através da Tabela nº 02, a seguir. Observa-se em todo o Estado de Pernambuco uma expressiva modificação nas infra-estruturas turísticas e de apoio ao turismo, no entanto não se vêem ações voltadas para a capacitação de agentes locais, a não ser aquelas já existentes fomentadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador/FAT.

apenas com o deslocamento de multiplicadores e fomento de pequenos investimentos nas áreas de artesanato e atendimento.

⁵² *Trade* Turístico: conjunto de atores e sujeitos que desenvolvem a atividade turística.

Tabela 02: Metas Globais de Pernambuco no PRODETUR/NE

Descrição	Unidade de Medida	Metas Globais	Realizado (até mar/99)	Execução (%)
Empregos Diretos	Unid.	256.781	160.010	62,3
Empregos Indiretos	Unid.	332.277	207.055	62,3
Esgoto sanitário e abastecimento d'água	Mil hab.	21	21	100,0
Implantação/melhoria de rodovias	km	46,8	46,8	100,0
Recuperação de Patrimônio Histórico	m ²	141.544	141.544	100,0
Preservação do Meio Ambiente	ha	2.344	2.344	100,0
Ampliação/Modernização de Aeroportos	Unid.	01	01	100,0
Estrutura/capacitação órgãos do Governo	Projeto	30	21	70,0

Fonte: BNB, Março/1999 ⁵⁴

Estas ações são, ainda, fortalecidas pelo projeto “Iniciativa por Pernambuco” através do *Cluster*⁵⁵ Turismo e mediado por ações do Condepe, que estabelece em prioridades de diversos níveis (macro, mediana e menor) as diretrizes para o desenvolvimento de ações voltados ao turismo local. No entanto não se constitui em objetivo deste estudo avaliar em que medidas estes investimentos estão efetivamente sendo aplicados no município ou qual o montante a ele destinado.

Nestas coligações ficam claras as junções de interesses do Estado e de empresários, no sentido de direcionar as linhas de trabalho e definir as prioridades para investimentos. Enquanto uns mantêm-se na atividade, outros se mantêm em seus cargos, reelegendo-se.

No entanto, Castilho (ibid. p.167) alerta que,

⁵³ Disponível em <http://www.bnb.gov.br/prodetur/pe>, capturado em 06 de março de 2001.

⁵⁴ Disponível em <http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne>, arquivo C:\PP TURISMO 2001\GET4ISO6.DOC – 04/10/01, capturado em 04 de maio de 2001.

⁵⁵ *Cluster*: segundo Amorim (s/data), a idéia de *clusters* de pequenas e médias empresas tem sido apresentada na literatura como mecanismo eficaz de promoção do desenvolvimento local (Piore & Sabel, 1984; Pyke *et al*, 1990; Becattini, 1990; Schmitz & Musyck, 1994; Tandler & Amarin, 1996; Saxenian, 1994). *Cluster* denomina um conjunto numeroso de empresas, em geral pequenas e médias, operando em regime de intensa cooperação, onde cada uma das firmas executa um estágio do processo de produção. Essas empresas participam de um mesmo negócio [...] embora cada uma das firmas seja uma entidade autônoma. [...] As firmas integrantes de um *cluster* se concentram em uma certa área geográfica definida. Em um *cluster* típico, vários estágios de produção e serviços produtivos relacionados são desenvolvidos por um número expressivo de pequenas e médias empresas (Pyke & Sengenberger, 1990, 1992; Cossentino, Pyke Sengenberger, 1996).

Nesse sentido, organizam-se espaços para expandir, diversificar e modernizar atividades ligadas ao turismo, tentando criar pólos turísticos para atração de investimentos diretos. Ao mesmo tempo, no plano do discurso sócio-político, as elites locais usam as obras realizadas nos espaços turistificados como realizações feitas no sentido do desenvolvimento da cidade.

Como resultado concreto das discussões dos grupos temáticos de trabalho⁵⁶, foram estabelecidas as seguintes diretrizes a serem encaminhadas em conjuntos de ações:

- Delimitação de Corredores Turísticos;
- Elaboração de cartas aos Ministros do Planejamento e ao presidente do BNDES com sugestões de modificações nos esquemas de financiamento para empreendimentos turísticos;
- Elaboração de Calendário Turístico e apresentação de um projeto para exploração do turismo de aventura;
- Implementação de um batalhão da Polícia Militar para ampliação da cobertura da Praia de Porto de Galinhas;
- Melhoria do ambiente físico (ação ambiental-paisagística) dos corredores turísticos;
- Treinamento de 150 policiais militares para lidar diretamente com as áreas turísticas;
- Elaboração de pesquisas que subsidiem a definição de prioridades de treinamento de profissionais da área de turismo;
- Conclusão do estatuto da Câmara do Turismo, subsidiada pela proposta do *Convention and Visitors Bureau* do Recife⁵⁷.

Estas estratégias amparam-se nas estatísticas do turismo em Pernambuco (1998) e suas respectivas projeções (2002). O turismo em Pernambuco teve um fluxo de aproximadamente 1,8 milhões de visitantes e US\$ 550 milhões em receitas ao longo de 1998. Espera-se que até 2002 esses índices alcancem um crescimento de 35% e 50% respectivamente. Nesse período estima-se a geração de 61 mil empregos.⁵⁸

⁵⁶ Seguindo-se a metodologia dos *Clusters* definiram-se, para Pernambuco, os seguintes grupos temáticos de trabalho: Mobilização e Articulação, Infra-Estrutura, Capacitação, Financiamento e Crédito, Meio Ambiente e Patrimônio, e Marketing.

⁵⁷ O *Convention and Visitors Bureau* do Recife está em funcionamento desde 2001.

⁵⁸ CONDEPE, em www.condepe.pe.gov.br/clturismo.htm em 03 de outubro de 2001.

Segundo o Condepe⁵⁹, os dados refletem o crescimento da demanda de turistas no Estado e são os seguintes:

Quadro 03: Turismo em Pernambuco – 1998/2002

Indicador	Posição 1998	Meta p/2002	Crescimento no Período
Fluxo Global de Visitantes	1.757.112	2.368.800	35%
Visitantes Domésticos	1.636.398	2.127.372	30%
Visitantes Internacionais	120.714	241.428	100%
Receita Global (US\$)	534.421.365	802.907.580	50%
Receita Turismo Receptivo Doméstico	467.224.554	670.122.180	43%
Receita Turismo Receptivo Interacional	67.196.811	132.785.400	98%
Receita Turística Global (US\$)	1.009.153.880	1.551.152.205	54%
Renda Turismo Receptivo Doméstico	817.642.969	1.172.713.815	43%
Renda Turismo Receptivo Internacional	191.510.911	378.438.390	98%

Fonte: CONDEPE, 1999

Diante das perspectivas de investimentos, o Governo do Estado concebe o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Pernambuco o qual tem, por marco conceitual, refletir sobre a decisão do mesmo em eleger a atividade turística em suas ações prioritárias. Contempla, também, dotar o setor de um marco referencial de desenvolvimento sustentável que agregue valor à economia municipal e mesorregional.⁶⁰

O principal objetivo do plano é promover o desenvolvimento do turismo integrado à conservação ambiental e à valorização cultural, dinamizando a economia e ampliando a oferta de trabalho para a população local (PEDT/PE, 1999:s/p). O mesmo tem como objetivos específicos:

- Estabelecer, estruturar e desenvolver zonas turísticas, compostas por municípios que reúnam atrativos naturais, culturais, equipamentos, serviços e infra-estrutura local e de acesso (segurança, transporte e comunicação) de expressivo valor efetivo ou potencial;
- Promover a interiorização do turismo;

⁵⁹ Projeto Iniciativa por Pernambuco – Cluster Turismo, sendo os dados da Secretaria de desenvolvimento Econômico, Turismo e esportes – 1999, capturado em www.condepe.pe.gov.br/clturismo.htm em 03 de outubro de 2001.

⁶⁰ Síntese do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do turismo em Pernambuco, 1999, s/p.

- Consolidar o Recife como portão de entrada do Nordeste e pólo receptor e redistribuidor de fluxos turísticos para a região;
- Consolidar Fernando de Noronha como principal destino ecoturístico do Nordeste;
- Aumentar o fluxo receptivo e a permanência média dos visitantes.

Para sua efetiva consolidação, o PEDT/PE, atendendo algumas diretrizes Nacionais, tem por diretrizes locais:

- Implantar roteiros integrados, com funções turísticas diferenciadas e complementares com os municípios ressaltando a singularidade e a diversidade dos atrativos;
- Viabilizar a implantação de roteiros que integrem os pólos litorâneos com áreas contíguas do interior do estado, num raio de 75 km, dando ênfase ao aprimoramento da infra-estrutura de acesso rodoviário, dos serviços de segurança, informação e sinalização turística dos principais corredores estaduais;
- Estruturar em termos de serviços e infra-estrutura rodoviária, os principais corredores estaduais de interligação das diversas zonas;
- Aprimorar a estrutura receptiva dos municípios que dispõem de meios de hospedagem, de modo a estimular a permanência e favorecer a recepção e distribuição dos visitantes para os diversos atrativos componentes de cada zona, com ênfase para as áreas com forte potencial ecológico e cultural;
- Trabalhar o desenvolvimento turístico integrado à conservação ambiental, à valorização cultural, à promoção social e às atividades produtivas locais, de modo a agregar valor à sociedade, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável;
- Aprimorar a qualidade dos serviços turísticos, em nível gerencial operacional, através de programas de capacitação com financiamento do FAT⁶¹;
- Dinamizar o calendário de eventos culturais, esportivos, agrícolas, industriais, profissionais e técnico-científicos dos municípios prioritários;
- Estimular a melhoria e a dinamização de negócios turísticos;⁶²
- Fortalecer o *marketing* turístico nos mercados internos e externos.

⁶¹ Fundo de Amparo ao Trabalhador, programa do Ministério do Trabalho voltado à qualificação de mão-de-obra de trabalhadores e fomento de micro e pequenos negócios.

⁶² Via linhas de crédito federais e estaduais voltadas para o micro, o pequeno e o médio produtor urbano ou rural.

Como prioritários, apresentam-se os seguintes segmentos do turismo: Ecológico, Rural, Agroturismo, Cultural, Religioso, Arqueológico, Geocientífico; Compras, Eventos, Feiras e Convenções.

É nessa perspectiva e direção que o município de Bezerros enquadra-se nas metas de investimento do governo do estado.

Considerando-se os principais elementos da Metodologia para Classificação e Hierarquização do Espaço e dos Atrativos Turísticos de Pernambuco⁶³, Bezerros, localizada no Agreste de Pernambuco, apresenta as seguintes funções no Quadro Síntese de Função Turística e Hierarquização dos Atrativos dos Municípios Prioritários de maio de 1999: é uma ZTI 2 de Hierarquia III⁶⁴, considerada Núcleo de Excursão e tem como principais atrativos o Parque Ecológico da Serra Negra, a Plataforma de Asa Delta, o Circuito Pernambucano de Vaquejada, Artesanato e a manifestação dos Papangus de Bezerros.

O município de Bezerros é considerado *Núcleo de Excursão* por possuir atrativos de expressivo valor hierárquico que motivam o deslocamento de visitantes; no entanto, por período inferior a um dia.⁶⁵

Encontra-se, ainda assim, classificado como nível de prioridade III, nos documentos originais do PRODETUR/NE, segundo Cruz (2000:115), considerando que a prioridade I é para municípios litorâneos e a prioridade II é para a Região Metropolitana do Recife, segundo o Referido plano.

Na esfera municipal, o turismo aparece expresso em apenas um documento, a Lei Orgânica Municipal, no Título III, Capítulo I, Seção I, Artigo nº 98, Parágrafo Único, Inciso III, letra c), que diz:

⁶³ Sistematizada por PAGANO, Sandra, 1999, a partir da Teoria do Espaço Turístico, desenvolvida por Roberto Boullón, do CICATUR/OEA, México, 1974 e adotada pela UNESCO, OMT, EMBRATUR, CONDEPE e EMPETUR; para entender melhor ver Planejamento do Espaço Turístico de Roberto Boullón, São Paulo, EDUCS, 2002.

⁶⁴ ZTI 2 = 1 pólo hierarquia III ou 1 Complexo Turístico ou 2 Centros de Atração/Estadia, 10 Atrativos Hierarquia III e IV.

⁶⁵ O valor intrínseco do atrativo associado à qualidade dos equipamentos e serviços a ele relacionados determina esta hierarquia de núcleo de excursão.

O Município nos limites de sua competência e com observância dos preceitos estabelecidos na Constituição da República e na Constituição Estadual, promoverá o desenvolvimento econômico, conciliando à liberdade de iniciativa com os princípios superiores da justiça social, com a finalidade de assegurar a elevação do nível de vida e bem estar da população; [...] Para atender a estas finalidades, o município [...] Incentivará o uso adequado dos recursos naturais e a difusão do conhecimento científico e tecnológico, através, principalmente [...] Da promoção e do desenvolvimento do turismo.

O discurso explícito é o de que o turismo provocará as mudanças sociais e alavancará o desenvolvimento, o que se constitui em uma percepção equivocada. Nesse sentido é válido ressaltar o que foi dito por François Ascher (*apud* Castilho, 1999:174) quando se refere a um tipo semelhante de relação: **“Não é o turismo que promove o desenvolvimento de uma região subdesenvolvida mas, ao contrário, é o desenvolvimento de uma região que promove o desenvolvimento turístico”**. [destaque nosso]

Cabe aqui, por um lado, refletir se Bezerros possui efetivamente estrutura e atrativos capazes de sustentar a atividade turística, independentemente de novos investimentos; e, por outro, se as condições sócio-econômicas e políticas locais privilegiam um desenvolvimento social paralelo ao crescimento da atividade turística. Nessa perspectiva, questionamos: será que o turismo em Bezerros constitui-se, ou pode constituir-se, fator concreto de desenvolvimento local sustentável?

Não seria, mais uma vez, o caso de um lugar que, mediante a “aceitação” cega do discurso único, tenta inserir-se na dinâmica do turismo como panacéia?

|

|

2. BEZERROS: UM MUNICÍPIO DO INTERIOR À PROCURA DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

2.1. A VILA DE SÃO JOSÉ DE BEZERROS

O território onde está localizado o município de Bezerros teve sua ocupação iniciada no início do século XVIII. Embora mais próxima da Zona da Mata, onde as facilidades de acesso ao litoral e aos portos favoreceram sua rápida ocupação, a região Agreste, ao contrário do que se pensa, teve sua ocupação após o povoamento do Sertão.

No entanto, não é difícil de se compreender este fenômeno. O sertão de Pernambuco foi rapidamente ocupado em função da busca dos colonizadores pelo Grande Rio, o São Francisco, que tinha, em suas margens, uma excelente localização para o desenvolvimento de pastos, lavouras e criação pecuária, atividades complementares e dependentes da lavoura da cana-de-açúcar e mercado açucareiro que se desenvolvia galopantemente no litoral (FIDEPE, 1983:17).

Havia, também, o bloqueio geográfico, favorecido pela difícil acessibilidade ao Agreste pelo Maciço da Borborema, que por sua localização e topografia servia de esconderijo aos negros fugidos e índios revoltosos que lá se escondiam, tornando a região perigosa.

Com o desenvolvimento da pecuária nas margens do São Francisco, tornou-se necessário escoar o gado para junto do mercado consumidor. A viagem era longa e carecia de cuidados especiais para que as perdas das rezes fossem as menores possíveis. Buscavam-se, então, os leitos dos rios que, por sua arborização e frescor, diminuía consideravelmente o sofrimento dos vaqueiros e a morte do gado. Os rios escolhidos eram os que tinham nascentes pelos sertões ou os que percorressem o Agreste, a Mata e desaguassem no litoral. O rio São Francisco foi um dos escolhidos e com ele os rios Capibaribe e Ipojuca.

Naturalmente, nas margens dos rios, foram aparecendo e instalando-se currais e pousadas que tinham por serventia a recuperação da boiada e o descanso

dos boiadeiros e tangerinos.⁶⁶ Alguns desses currais, por terem os pastos crescidos durante o inverno, eram chamados de “paradas de internada”. Neles, as paradas eram mais longas e duradouras, assim como restauradoras. E eram justamente nesses locais que nasciam os pequenos povoados e de onde surgiriam as cidades que hoje margeiam a BR-232.

Com o desenvolvimento dos negócios e a ainda difícil acessibilidade, Azeredo Coutinho, então Governador de Pernambuco, mandou abrir “um caminho que ligasse a praça de Olinda com os sertões do São Francisco”. Esse caminho nascia, objetivando atender o mercado consumidor do litoral e o escoamento das produções do Sertão.

No mapa do Capitão Custódio Moreira dos Santos constava (op cit., p. 19)⁶⁷:

São José dos Bezerros, povoação com Igreja Matriz, a seis léguas depois de Crauatá,⁶⁸ povoação com 50 casas situadas ao lado esquerdo do rio Ipojuca, bem contígua a ele; do lugar acima [Crauatá] tem várias fazendas e moradores, estrada com 30 palmos de largura, contém 2 currais e está sob o comando de João Pais de Lira.

No entanto, a estrada que o governador estava mandando abrir já estava aberta desde 1738. São José dos Bezerros já existia e estava com dois currais e algumas fazendas.

Como já dito, o município de Bezerros teve o início de seu povoamento durante o século XVIII. Nesta época, pertencia administrativa e politicamente a Santo Antão da Mata, hoje Vitória de Santo Antão.

As datas e os fatos relativos ao seu povoamento são imprecisos; no entanto, há registros de que um senhor chamado Brainer, que vivia em Recife, instalou naquele local uma fazenda e um curral. Posteriormente o senhor Brainer teria vendido a fazenda, já desmembrada em duas, a dois irmãos: Taciano e Zenóbio Torres, que as teriam vendido aos também irmãos José e Francisco Bezerra.

⁶⁶ Tangerino são tangedores de animais.

⁶⁷ Não encontrados registros deste mapa nos arquivos públicos municipais ou estaduais.

⁶⁸ Crauatá: nome referente e original do município de Gravatá.

Embora exista apenas uma versão para a origem histórica da cidade, são duas as versões da origem do nome da mesma. Uma relacionada ao sobrenome dos antigos proprietários da fazenda e outra ao local.⁶⁹

No entanto, segundo o Plano de Desenvolvimento Municipal de Bezerros, na sua versão 2000, s/p:

Contrário a essa versão, o historiador Ronaldo Souto Maior defende que a origem deste povoado remete-se à distribuição de terras 'sesmarias' pelo governo como recompensa aos que tomaram parte na guerra contra os holandeses. Um membro da família Torres obteve a posse dessas 'sesmarias', abrangendo uma extensão de terras que hoje corresponde aos municípios de Vitória e Cumaru. Posteriormente esta terra foi desmembrada em duas fazendas passando ao domínio da família Bezerra.

Independentemente da polêmica em torno da origem do povoado, a consolidação político-administrativa de Bezerros, segundo o CEHM-FIAM,⁷⁰ tem os seguintes atos instauradores, registrados: Em 19 de agosto de 1811, a freguesia de Bezerros foi incorporada ao território da Vila de Santo Antônio, através do Alvará Régio de 19/08/1811: "... o termo da vila de Santo Antônio compreenderá os distritos das duas freguesias de Santo Antônio e São José dos Bezerros".⁷¹

Segundo a relação dos distritos criados em Bonito, e enviada pela Câmara ao Conselho do Governo de Pernambuco, no ano de 1834, foi criado o 6º distrito de paz de Bonito por um ofício datado de 08/11/1834.⁷²

Após este evento, em 09 e maio de 1865, ocorreu a elevação à Vila e Criação de Termo (juntamente com Gravatá), segundo a Lei Provincial nº 616 de 09/05/1865:

⁶⁹ Na primeira versão, segundo conta-se até os dias de hoje, os Irmãos Bezerra edificaram uma capela em homenagem a São José, no lugar onde teriam encontrado um filho desaparecido do fazendeiro José, que havia se perdido na mata. No entorno da capela começaram a ser erguidas casas de moradores e este pequeno povoado passou a ser conhecido como São José dos Bezerros. Pela importância da fazenda e dos fazendeiros junto ao povo da região o mesmo teria masculinizado o sobrenome Bezerra ao referir-se aos proprietários da fazenda, e à própria fazenda, os "Bezerros" e "dos Bezerros". Uma outra versão, diz respeito ao local onde estava instalada a sede da fazenda, que em tempos remotos teria sido uma queimada de bezerros. Independentemente da origem o fato é que ao ser elevada à categoria de povoado, o mesmo já era conhecido por Bezerros.

⁷⁰ Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco – Coleção Documentos Históricos Municipais – 2, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1994, p. 33-34.

⁷¹ Coleção das Leis Brasileiras, 1808-1822. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1837, p.76-77, ibid.

⁷² Série CÂMARAS MUNICIPAIS – Códice nº 13, p. 385-388, ibid.

Art. 1º - “Fica elevada à categoria de vila a povoação de São José dos Bezerros, cuja freguesia, reunida à de Gravatá, formará um termo anexo ao do Bonito.”⁷³

No dia 20 de julho de 1866, sucedeu a instalação da Câmara através do Ofício da Câmara de Bom Conselho, datada de 28/01/1861, comunicando haver sido instalada a mesma, nesse mesmo dia.⁷⁴ E, em 20 de maio de 1867, por força da Lei Provincial de nº 720, Art. 6º, de 20/05/1867, foram revogadas a Lei nº 616 de 09/05/1865 e mais as disposições, extinguindo, assim, a Vila de Bezerros.⁷⁵

Em 18 de maio de 1870, foi criado o Município de Bezerros (juntamente com Gravatá) através da Lei Provincial nº 919, Art. 1º, de 18/05/1870. As freguesias de Gravatá e Bezerros ficam constituindo um município, separado do de Bonito. O povoado de Bezerros passa à categoria de Vila”.⁷⁶ Em 09 de janeiro de 1873, ocorre a reinstalação do município, pelo Ofício da Câmara de Bezerros comunicando haver sido reinstalada em 09/01/1873.⁷⁷

A partir de então, o município passou a ter destaque no mapa do Estado. Suas belezas e vocação turísticas ainda não tinham a importância e o reconhecimento que têm nos dias de hoje; iniciava-se, porém, o processo de crescimento econômico ainda lastreado na agricultura e pecuária; anos depois, na indústria.

A criação da Comarca de Bezerros ocorreu em 28 de maio de 1873, através da Lei Provincial nº 1.093 de 28/05/1873, Art. 1º, § 5º, e que a desmembrava da comarca de Bonito.⁷⁸ Em 30 de maio de 1881, Bezerros foi elevada à categoria de Cidade pela Lei Provincial nº 1.560 de 30/09/1881, Art. 1º, junto com a antiga Vila de Limoeiro.⁷⁹

O município de Bezerros foi constituído em 20 de abril de 1893, com base no art. 2º das disposições gerais da lei nº 52 de 03/08/1892, através de Ofício do prefeito de Bezerros ao governador, com data de 20/04/1893, declarando e

⁷³ Leis Provinciais de Pernambuco. S.N.T. p. 21-22, *ibid.*

⁷⁴ Série CÂMARAS MUNICIPAIS – Códice nº 46 – ano 1861, p. 325, *ibid.*

⁷⁵ Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco do ano de 1867. Pernambuco, Tipografia de M. F. de Farias e Filhos, 1867, p. 13-14, *ibid.*

⁷⁶ S. N. T. p. 06, *ibid.*

⁷⁷ Série CÂMARAS MUNICIPAIS – Códice nº 64 – ano 1873, p. 415, *ibid.*

⁷⁸ Leis Provinciais do ano de 1873. Recife, Tipografia M. F. de Farias e Filhos, 1873, p. 16.

⁷⁹ Leis Provinciais do ano de 1881. S.N.T., p. 31-32.

comunicando a constituição do município nesse dia.⁸⁰ No entanto, constituiu-se em um município autônomo apenas pela força da Lei nº 52 de 3 de agosto de 1892. O primeiro governo eleito foi empossado em 23 de abril de 1893. Era o Prefeito Joaquim José Bezerra da Silva e o Sub-Prefeito Joaquim José Bezerra de Vasconcelos.⁸¹ Sua data cívica é comemorada em 18 de maio.

Em ofício datado de 27 de maio de 1893, o prefeito de Bezerros comunica ao Secretário do Governo que o município fora dividido em 2 distritos administrativos, como preceitua o art. 2º das disposições gerais da Lei nº 52 de 03/08/1892. Esses distritos eram: 1º distrito a cidade de Bezerros; 2º distrito, Camussim (Camocim de São Félix – hoje município).⁸²

Entre os anos de 1893 e 2002, diversos foram os prefeitos que administraram o município de Bezerros. Do ponto de vista do estabelecimento de uma política de turismo, destaca-se, no entanto, o administrador que implementou a atividade turística no município, Dr. Lucas Carneiro Soares Cardoso⁸³ o qual, dentre as suas ações em prol do desenvolvimento da atividade turística, ressalta-se a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

2.2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Segundo Santos (1997:81) “espaço é o resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”. Nesta perspectiva temos o município de Bezerros estudado, a partir das relações entre a cidade, os distritos, suas paisagens e as relações sociais estabelecidas.

Faz-se necessário, neste ponto, distinguir espaço de paisagem considerando-se que, no senso comum, são freqüentemente confundidos. Nesse sentido ainda, segundo Santos (ibid, p. 83):

⁸⁰ Série PREFEITURAS MUNICIPAIS – Códice nº 3 – Ano de 1893, p. 140.

⁸¹ FIDEPE, 1983, p. 21.

⁸² Série PREFEITURAS MUNICIPAIS – Códice nº 3, p. 137-138.

⁸³ Falecido em Dezembro de 2001.

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. [...] A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.

O município de Bezerros está localizado na mesorregião fisiográfica do Agreste Pernambucano (Figura 01) e inserido na microrregião homogênea do Vale do Ipojuca (108), também conhecida como região de desenvolvimento, por Agreste Central.⁸⁴ Sua superfície territorial é de 545.7 km², que correspondem a 1,73% da região do agreste, 5,26% da microrregião e 0,55% do Estado de Pernambuco.⁸⁵

Seus limites são: ao norte, os municípios de Cumaru e Passira; ao sul, os municípios de São Joaquim do Monte e Agrestina; a leste, os municípios de Gravatá, Sairé e Camocim de São Félix; e a oeste, os municípios de Riacho das Almas e Caruaru. (Figura 02)

Distante 105 km da capital do Estado, Bezerros está ligada a ela, em linha reta, por 99,3 km da rodovia federal BR-232. Até o final da década de 90, o município também possuía ligação com a capital através da ferrovia da Rede Ferroviária Federal/RFFSA, que tinha a distância de 112 km da cidade do Recife. O município ainda é formado pelos distritos de Serra Negra (Figura 03), Encruzilhada de São João, Sítio dos Remédios, Boas Novas, Sapucarana e Cajazeiras.

O município acha-se numa altitude de 470m, tendo, no entanto, sua altitude máxima de 1.200m, aproximadamente, no distrito de Serra Negra, e encontra-se situado na coordenada geográfica latitude (s) 8° 12' 00" e longitude (W. Gr.) 35° 49' 00".⁸⁶

Do total de sua área, Bezerros possui 44,73% inserida na bacia do rio Capibaribe e 55,73% na bacia do rio Ipojuca, ambos com rios perenes⁸⁷, com a área

⁸⁴ Bezerros – Séries Monografias Municipais, Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco – FIDEPE, 1983, p. 11.

⁸⁵ Perfil Municipal 2001, Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM, 2001, s/p.

⁸⁶ Enciclopédia dos Municípios, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco – FIAM, 1986, p. 146.

⁸⁷ FIDEPE, 1983, p. 11.

dos rios pertencente ao município de 2,48% e 7,13% respectivamente.⁸⁸ Da bacia do rio Capibaribe, o município é banhado pelo afluyente riacho dos Cocos e riacho Salgado, com regime fluvial de intermitência. A bacia do rio Ipojuca está representada por ele próprio, que cruza a cidade de Bezerros transversalmente e por seus afluentes riachos Verde, Cágados e Pitombas, pela margem direita e os riachos Maravilha e Manuíno, ou Serra Negra, pela margem esquerda do rio.⁸⁹ Embora o rio Ipojuca e o Capibaribe sejam perenes, alguns de seus afluentes possuem regime de intermitência.⁹⁰

O clima predominante é o As' (quente e úmido, segundo a classificação de Köppen), com períodos chuvosos de outono-inverno e máximas mensais entre os meses de fevereiro a maio. Sua pluviosidade média anual varia de 1.000 a 1.300mm, com uma temperatura média de 24°C, com registros de baixa elevação, na região do distrito de Serra Negra.

O solo é calcário e rochoso, tendo a predominância da Caatinga Agreste na vegetação representada por espécies xerófitas, de portes variados, como também, de um grande número de Bromeliáceas e Cactáceas. Em suas áreas mais elevadas, encontra-se uma vegetação mais densa e de maior porte – a Mata Serrana – que corresponde a disjunções da Floresta Tropical Atlântica.⁹¹ Em todo o município 23,65% das terras cultivadas são de cultivos temporários enquanto que 75% são utilizadas apenas para culturas permanentes ou usos da pecuária.⁹²

Localizado na porção oriental do maciço da Borborema sobre uma superfície aplainada, onde cotas altimétricas estão situadas acima dos 400m, encontram-se registros de altitudes de 600 a 800m. Percebem-se, ainda, algumas representações de formas isoladas denominadas “inselberges”.⁹³

Quanto à geologia, está localizado na província cristalina e litoestratigraficamente representada por Granitos, encontrados em todo o município. Existe, ainda, a presença do Complexo Migmatítico – Granitóide situados na faixa

⁸⁸ FIAM, 1986, p. 146.

⁸⁹ Bezerros – Banco do Nordeste, 1989, p. 11.

⁹⁰ FIDEPE, 1983, p.15.

⁹¹ Ibid. p. 14.

⁹² FIAM, 1986, p. 146.

leste – oeste, que cruza toda a sede do município e os xistos, gnaisses e metarcósios, situados ao norte da cidade de Bezerros. As unidades litoestratigráficas estão presentes no pré-cambriano indiviso e no pré-cambriano superior. Destaca-se, ainda, a Serra Negra localizada distante cerca de 10km da sede do Município de Bezerros. Segundo Morais (2002:s/p): “O distrito da Serra Negra está localizado a 10km da sede do Município de Bezerros no Agreste Setentrional, com clima de montanha e aproximadamente 1000m de altitude”.

Apresentam-se no município duas grandes unidades estruturais: o “Lineamento Pernambuco”,⁹⁴ que o cruza transversalmente, e uma falha de empurrão que se situa ao norte da cidade. Há duas ocorrências minerais presentes no município: amianto e feldspato. A existência do “Lineamento Pernambuco” pode indicar a presença de mananciais subterrâneos, dependendo de sua espessura e profundidade. No entanto, por se tratar de uma região sobre rochas de província cristalina, a qualidade química dos mananciais de águas encontradas, é, na maioria das vezes, salinizada.⁹⁵

No que concerne ao conjunto de objetos naturais (altitude, resquícios de Mata Atlântica, afloramentos rochosos, vegetação xerófita etc.) eles tem favorecido ações no sentido da busca de diferenciais para o turismo: ecoturismo, aventura, trilhas etc.

2.3. ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS: ESTRATÉGIAS E DINAMIZAÇÃO

Quanto às características sócio-econômicas, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (1996), a população residente no município de Bezerros é de 52.432 habitantes, sendo 38.133 de população urbana distribuída em 10.422 domicílios e 14.299 habitantes distribuídos em 3.681 residências rurais, num total de 14.103 domicílios. Do total dos

⁹³ Forma geográfica.

⁹⁴ Estrutura geomorfológica.

⁹⁵ FIDEPE, 1983, p. 15.

habitantes 25.105 são do sexo masculino e 27.327 do sexo feminino.⁹⁶ O município possui 3.7 moradores por domicílio, 0.71% da população do Estado de Pernambuco, com uma taxa de urbanização de 73% e densidade demográfica de 76 hab/km².⁹⁷

Segundo os dados preliminares do Censo 2000, a população de Bezerros cresceu para 57.390 habitantes, sendo 44.578 população urbana e 12.812 rural. A taxa de urbanização elevou-se para 77.68% com elevação, também, da densidade demográfica para 105.17 hab/km². Dos habitantes 27.605 são homens e 29.785 mulheres. Entre 1991 e 1996 o município apresentou uma taxa de crescimento anual da população de 0.11% e entre 1996 e 2000 a mesma taxa apresentou-se com índice de 2.28%.⁹⁸ Talvez isso se deva a uma melhor qualidade de vida, em relação aos lugares vizinhos.

No que tange à qualidade de vida do cidadão bezerrense, o crescimento do comércio e da indústria, assim como da atividade turística, apresenta-se como uma possibilidade de satisfação das necessidades primárias (em curto prazo) e alavancagem, quando não mobilidade, de sua posição social.

A proximidade do município de Caruaru, o fato de estar localizado no principal corredor rodoviário do Estado, a BR 232, e por ser rodeada por dezenas de pequenos povoados, distritos e municípios, torna a economia do município de Bezerros ativa e desenvolvida. Isto se levarmos em consideração as dificuldades que os municípios do interior de Pernambuco enfrentam em função de fatores econômicos, climáticos e de deslocamento.

Embora as populações da vizinhança mantenham o comércio local em atividade, é válido ressaltar um fenômeno típico do interior e que ocorre também em Bezerros, o que torna a assertiva anterior incongruente, mas não uma inverdade, não desestabilizando, no todo, o comércio local, que em detrimento de ter tido seus dias de pujança, mantém-se de maneira a suprir necessidades urgente e primárias. Segundo o Banco do Nordeste/BNB:

⁹⁶ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/contagem/pecont96.sshhtm>, acessado em 03 de outubro de 2001.

⁹⁷ FIDEM, 2001, s/p.

O bezerrense de modo geral não está habituado a fazer compras na praça local sem que antes consulte o comércio de Caruaru, tradicionalmente desenvolvido, com inúmeros representantes de empresas do sul do País para todo o Nordeste. Além disso, ao longo dos 28 km que separam as duas praças, há um fluxo rodoviário muito intenso que facilita o intercâmbio das atividades do setor.⁹⁹

A População Economicamente Ativa/PEA do município de Bezerros é de 37.226 habitantes, considerando-se os maiores de 14 anos. Desta população, 65,5% dos chefes de domicílio tem renda de até um salário mínimo e 87,2% de até dois salários mínimos.

A renda média anual do chefe de domicílio é de em torno de 1 salário mínimo¹⁰⁰ e a renda familiar *per capita* média é de 0.48% do salário mínimo. Registram-se, no município, 72,3% de pessoas com renda inferior a 50% do salário mínimo.

Os dados, em si, retratam a situação em que vive grande parte da população do Estado de Pernambuco. Famílias inteiras mantidas por seus chefes que percebem quantias ínfimas que, muito mal, suprem à necessidade de “matar a fome”, quanto mais as demais necessidades tais como vestuário, moradia, saúde, transporte, lazer etc.

Quanto ao número de pessoas ocupadas, por setor de atividade econômica, o município apresenta o seguinte desempenho, segundo a Tabela 03:

Tabela 03: Pessoas Ocupadas por Setor de Atividade Econômica

Atividade	1997	1999
Indústria	492	473
Comércio	183	197
Agropecuária (Comercial)	85	79
Construção Civil	09	04
Serviços	1.579	1.620
Outros	00	05
Total de Pessoas Ocupadas	2.348	2.378

Fonte: Emprego Formal MTb/RAIS¹⁰¹

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Bezerros – Banco do Nordeste, 1989, p. 23.

¹⁰⁰ Salário mínimo em 2002: R\$ 180,00.

¹⁰¹ FIDEM, 2001, s/p.

Na Tabela 04, a seguir, vemos o número de estabelecimentos por setor de atividade do município:

Tabela 04: Número de Estabelecimentos por Setor de Atividade Econômica

Atividade	1997	1999
Comércio Varejista	72	82
Comércio Atacadista	03	02
Indústrias	56	60
Construção Civil	04	06
Agropecuária (Comercial)	08	13
Serviços	38	43
Outros	00	01
Total de Empresas	181	207

Fonte: Emprego Formal MTb/RAIS ¹⁰²

Nas Tabelas 03 e 04 percebe-se o crescimento inversamente proporcional do número de pessoas ocupadas no setor de serviços ao número de estabelecimentos em funcionamento. De fato, o setor de serviços, considerando inclusive o turismo, cresce, enquanto a indústria desemprega.

No setor de serviços está incluído o financeiro. Segundo o Banco Central do Brasil/BANCEN ¹⁰³, funcionam no município cinco agências bancárias, sendo três públicas (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal) e duas privadas (Bradesco e o antigo que hoje é Banco Real). As agências bancárias ocupam lugar de destaque por atuarem não apenas como agências operadoras mas, também, como agentes de desenvolvimento, uma vez que através delas, grande parte dos programas e projetos são implantados no município.

Destaca-se o Banco do Nordeste/BNB, a agência de desenvolvimento de maior atuação através do Farol de Desenvolvimento e da Rádio Desenvolvimento. O mesmo tem viabilizado programas de desenvolvimento que vão desde reuniões setoriais até a capacitação de pessoas através de cursos e treinamentos. O BNB também mantém em funcionamento, no programa Rádio Nordeste, uma série de sete

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Base de Dados do Estado de Pernambuco – BDE/CONDEPE/FISEPE, 2001, recebido via e-mail em 13 de dezembro de 2001.

programas dos quais cinco são relacionados ao turismo. Os mesmos são acompanhados de cartilhas em forma de fascículos.¹⁰⁴

O Distrito Industrial de Bezerros se encontra a 5 km da sede, às margens da BR 232. Foi criado com o objetivo de estimular o desenvolvimento agro-industrial, industrial, a construção civil e o setor de comércio e serviços. O mesmo possui uma área de 53 hectares, dividida em 57 lotes medindo 2.400 m², 5.000 m², 10.000 m² e 20.000 m². O município é também considerado um pólo graniteiro e ceramista.

Bezerros possui uma legislação favorável ao desenvolvimento de negócios no município. No caso da indústria, elas são contempladas com a Lei Municipal de Isenção de nº 008/99 de 19 de abril de 1999, que isenta de impostos e taxas, pelo período de quatro a vinte anos, para novos investimentos, concedendo lotes para implantação de empresas e realizando os serviços básicos de infra-estrutura para a implantação das mesmas.

O município também isenta do Imposto Predial e Territorial Urbano/IPTU, em percentuais de até 80% e concede redução de cotas, ou seja, parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias/ICMS a que o município tem direito num percentual de até 50%, por períodos, também, de quatro a cinco anos.¹⁰⁵ É interessante a constatação de que os privilégios considerados isenção portam-se, de uma forma ou de outra, como elementos de subjugo criando uma aura de ilusão aos olhos dos administradores que se vêem, por anos a fio, isentando impostos e vendo empresas falirem ou irem embora do local. Neste sentido Castilho (2000:164) alerta que estes incentivos beneficiam apenas os segmentos sócio-econômicos da sociedade local que dispõem de capital para fazer investimentos.

No sentido de implementar a instalação e desenvolvimento dos empreendimentos do setor da indústria, o município conta com diversos programas.¹⁰⁶ São muitas as empresas instaladas atualmente no distrito.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Os fascículos 04/Turismo Um Bom Negócio e 05/O Empreendedor e as Oportunidades do Turismo Sustentável tratam do turismo. Para maiores informações consultar: www.banconordeste.gov.br ou clienteconsulta@banconordeste.gov.br ou, ainda, 0800-78-3030.

¹⁰⁵ Dossiê do Centro Regional de Produção de Bezerros, Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Bezerros – Departamento de Indústria e Comércio, 2001, s/p.

¹⁰⁶ PROMIND, FUNDO CRESCER PERNAMBUCO, FEMICRO, FUNDESPE, FNE, BNDES, FINOR, PRODEPE, CONDIC, FAMPE (SEBRAE).

Ressaltando-se as empresas de lapidação e beneficiamento de granito¹⁰⁸ e lembrando que outras estão em fase de instalação.¹⁰⁹

Entretanto, por se tratar de um município de interior, os dados referentes ao desempenho agrário tornam-se relevantes para a economia local. Existem no município 774 imóveis rurais, com uma área total de 19.942.1 hectares dos quais 528 possuem uma área de até 10 hectares, num total de 1.904.8 hectares; 203 imóveis têm de 10 a 100 hectares, num total de 6.640.9 hectares; 43 imóveis, de 100 a 1000 hectares, com 11.396.4 hectares, não havendo imóveis com mais de 1000 hectares em Bezerros.¹¹⁰

No setor agropecuário são 2.761 estabelecimentos, conforme a Tabela 05, abaixo:

Tabela 05: Número de Estabelecimentos Agropecuários

Estabelecimentos Agropecuários	Nº	%
Lavouras Temporárias	1.248	45.2
Lavouras Permanentes	377	13.7
Pecuária	640	23.2
Produção Mista	287	10.4
Horticultura	198	7.2
Silvicultura e Exploração Florestal	05	0.2
Pesca e Aquicultura	02	0.1
Produção de Carvão Vegetal	04	0.1
Total de Estabelecimentos	2.761	-

Fonte: IBGE/95-96¹¹¹

Constitui-se característica do município a rotação de lavouras o que permite que os agricultores em lavouras temporárias possam ter condições de trabalhar durante todo o ano. Um comportamento também percebido é a utilização de mão-de-obra agrícola em prestação de serviços em festejos sazonais. Nas temporadas de

¹⁰⁷ Fábrica de Biscoitos Iron, Ebaves (avicultura), Djalma e Filhos (engarraamento de bebidas), Curtume Serra Negra (beneficiamento de couro), SERTA AGROINDUSTRIAL (matadouro), OXIME (oxigênio Hospitalar), PROMIL (produtos de milho), HIDROPLAST (Tubos de PVC), RECAP Amazonas (recapeadora de pneus), Fernando Lajes e Pisos (pré-moldados) e Cartaxo's (indústria de produtos químicos).

¹⁰⁸ Fuste, Granine, Pergran, Bergran, Bricon e Costa Gran.

¹⁰⁹ Pignordeste (corantes), Fritex (produtos de milho), Savoy Agroindustrial (torrefação de grãos), J. B. TAPATAIO (Medicamentos), Cerâmica Rochedo (cerâmica), BIOCAMP (produtos veterinários), SERTA (indústria de colchões) e Beneficiamento de Soja (torrefação de grãos).

¹¹⁰ FIDEM, 2001, s/p.

¹¹¹ Ibid.

Carnaval, São João e Natal um crescente número de nativos ocupa-se com a venda de alimentos, serviços e mão-de-obra especializada para as festividades.

Parte do movimento financeiro local, provocado pelo Fundo de Participação dos Municípios/FPM e impostos tem sido de fato, reinvestido¹¹² em ações e melhoria da infra-estrutura do município e em programas de ação social. Percebe-se, também, uma crescente melhoria das condições de acesso e à infra-estrutura dos dois principais atrativos turísticos de Bezerros: a Serra Negra e ao Espaço Papangu e as escolas Papangu (dança, música, teatro e artes), todas voltadas à educação comunitária e mantidas pela prefeitura.

Quanto ao sistema de educação, este é um dos maiores e principais desafios da gestão municipal. Embora o município conte com uma rede de ensino que atende desde o pré-escolar até o segundo grau, com distribuição segundo a natureza pública e privada, as taxas de analfabetismo são de 27.1% na população com idade entre onze e quatorze anos e 50.5% para os maiores de quinze anos. O município ainda tem 31.0% de crianças em idade escolar, ou seja, entre sete e quatorze anos, que não freqüentam a escola, o que se constitui em uma grave problemática dadas as lacunas existentes entre as crianças que estão na escola, amparadas por dezenas de programas de educação, cultura e esportes, e as crianças alijadas destes benefícios, as quais sequer têm recebido o básico que é um direito constitucional.

Uma outra grave deficiência no município é relativa ao número insuficiente de creches e vagas que ofereçam atendimento a crianças na faixa etária de zero a três anos. Atualmente existem sete creches, três de caráter filantrópico, duas mantidas pelas associações comunitárias e três creches que fazem parte da rede municipal.

A população escolarizável é de 9.088 habitantes entre sete e quatorze anos e 5.557 habitantes entre quinze e dezenove anos. Em 1998, foram matriculados, no ensino fundamental 9.632 alunos e no ensino médio 368 alunos. A taxa de escolarização do município é de 106.0% na educação fundamental; no entanto, no ensino médio é de apenas 6.6%.

¹¹² Tal como atestam relatórios da TELPE, CELPE e outros analisados por nós.

O município obteve o índice de aprovação de 72.5% na educação fundamental e de 91.3% no ensino médio em 1998, segundo a Secretaria Estadual de Ensino/SEE. Quanto à reprovação os índices foram de 25.5% na educação fundamental e 8.7% no ensino médio. As taxas de evasão escolar alcançadas foram de 12.6% na educação fundamental e 13.1% no ensino médio. O município justifica as mesmas em função da falta de ambiência prazerosa ao ensino, falta de acompanhamento dos pais, falta de integração dos currículos à realidade local e as condições sócio-econômicas precárias, que obrigam as crianças a trabalhar para ajudar na manutenção da família.

Ainda segundo SEE, são 20 escolas com atendimento de 1.672 crianças no pré-escolar; 77 escolas com atendimento a 11.707 estudantes de educação fundamental e 04 escolas para atendimento ao ensino médio.¹¹³

O total de alunos matriculados no município em 1998 foi o seguinte:

Quadro 04: Total de Alunos Matriculados por Rede, Tipo de Ensino e Zona Geográfica.

Rede	Tipo de Ensino	Zona Urbana	Zona Rural	Total
Particular	Pré-escolar	159	00	159
Estadual		00	00	00
Municipal		703	384	1.087
Total Geral		862	384	1.246
Particular	Educação Fundamental	824	00	824
Estadual		4.134	273	4.407
Municipal		2.402	3.640	6.042
Total Geral		7.360	3.913	11.273
Particular	Ensino Médio	343	00	343
Estadual		718	00	718
Municipal		00	62	62
Total Geral		1.061	62	1.123

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Bezerros

O município busca amparar suas crianças de maneira integral. Os programas educacionais estão diretamente relacionados com a cultura, o esporte e também a saúde. Há uma crescente preocupação em se manter o maior número possível de crianças na escola, dado este nitidamente perceptível nas estatísticas municipais e estaduais. O município de Bezerros encontra-se atualmente, dentro do programa de municipalização também da saúde, na condição de gestão incipiente, trabalhando no

sentido de enquadrar-se na gestão plena¹¹⁴ da atenção básica, onde o município passa a assumir efetivamente o sistema de saúde local.

O município de Bezerros tem se destacado nas ações de prevenção, no caso da saúde, por exemplo, evitando-se gastos desnecessários com a cura. Neste sentido, segundo Bitoun (2000:01):

[...] a estratégia de desenvolvimento consiste em inverter prioridades, dando maior atenção à educação em saúde, prevenção e acesso ao sistema da população pobre, de modo a permitir uma paulatina redução dos gastos ligados à cura de doenças que provém das péssimas condições de vida e da falta de atenção básica;

As ações sociais no município são assistidas pela Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS. Através delas são realizadas ações que têm garantido a melhoria da qualidade de vida e o acesso ao atendimento básico, dentre as quais destacam-se: Atendimento ao Idoso, Casa Familiar Rural, Programa Brasil Criança Cidadã.¹¹⁵

A Secretaria Municipal de Serviço Social e Cidadania desenvolve suas ações em parceria com as demais secretarias municipais, entidades da sociedade civil organizada e conselhos municipais, dos quais, faz parte e atua em diversos níveis de envolvimento: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Merenda Escolar, Comissão Municipal de Alimentos, Conselho Municipal de Emprego e Renda, Comissão para Ações Emergenciais de Combate aos Efeitos da Seca e Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

As diretrizes e metas de atuação são o foco principal de todos estes agentes de desenvolvimento e cidadania. O município atua em sintonia com as diretrizes e linhas de trabalho do Estado o que facilita sua inserção em planos, programas e projetos dos governos federal e estadual.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Gestão Incipiente: ainda distante das metas estabelecidas pelo município e Governo do Estado; Gestão Plena: próxima ou completamente inserida.

¹¹⁵ Plano de Desenvolvimento Municipal de Bezerros, Versão 2000, s/p.

O plano de trabalho denominado de Plano de Desenvolvimento Municipal de Bezerros – Exercício 2000, elaborado e apresentado pela Comissão Municipal de Emprego, segue as orientações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador/CODEFAT. Ele define as prioridades de ação para a formação profissional no município, seguindo as potencialidades e vocação econômica do mesmo e foi criado para contribuir com a Comissão Estadual de Emprego, visando a construção de ações que minimizem o problema crescente de desemprego.¹¹⁶

Os objetivos da Comissão Municipal de Empregos, para o Plano de Desenvolvimento Municipal de Bezerros – Exercício 2000, são:

- Atender às necessidades existentes no município de mão-de-obra qualificada e profissionalizada;
- Buscar alternativas para a população que se encontra em estado de risco social;
- Entender as dificuldades do município e buscar formas de solucioná-las;
- Aprimorar a mão-de-obra qualificada para que se torne mais competitiva e atenda ao mercado cada vez mais exigente;
- Ampliar a oferta de empregos e renda à comunidade de Bezerros;
- Fortalecer e proporcionar a criação de novos negócios.¹¹⁷

Seguindo as prioridades definidas para o exercício de 2000, a Comissão Municipal de Emprego propôs ao município as seguintes ações;

- Aperfeiçoamento da mão-de-obra ligada ao setor de artesanato, em especial a madeira, cerâmica e papel *marchê*;
- Aperfeiçoamento da mão-de-obra ligada aos setores de agroindústria e pecuária;
- Qualificação de mão-de-obra para as atividades turísticas;
- Capacitação de mão-de-obra para as pequenas indústrias do setor de alimentos;
- Capacitação para especialização de mecânicos e oficinas de automóveis;
- Qualificação de jovens com perspectivas de uma profissionalização dentro de uma das vocações econômicas do município;
- Atendimento às cooperativas e associações nas suas necessidades quanto a legalização, legislação fiscal, cooperativismo, associativismo, gerenciamento e elaboração de projetos;

¹¹⁶ Plano de Trabalho de Desenvolvimento Municipal de Bezerros – Exercício 2000, s/p.

Capacitação e apoio aos pequenos empreendimentos do setor informal, dotando-os de conhecimento necessário de gerenciamento de seu negócio;
Viabilização de financiamento para a economia informal;
Viabilização de financiamento para o pequeno e micro empreendedor;¹¹⁸

A identificação de necessidades e demandas foi realizada através de um estudo da potencialidade e viabilidade econômica executado pelos técnicos da secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Comissão Municipal de Empregos e do SEBRAE e Arconsult.

As áreas envolvidas, prioritariamente, são as de artesanato, indústria, comércio e serviços, esta com atenção especial aos serviços turísticos e hoteleiros. Os parceiros envolvidos são a Adm & Tec, o ITC, o COONAP, o SENAI, o SENAC, a SEPLANDES, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o SEBRAE e as Universidades. No que se refere ao planejamento e a definição de rumos para o desenvolvimento econômico Bitoun (s/data) questiona:

Até que ponto a sociedade local poderia assumir a tarefa de definir rumos para o desenvolvimento econômico no ambiente da globalização dos anos 90? Para isto, exigia-se “dos agentes locais associar a uma análise crítica da identidade do local uma aguda identificação de oportunidades que a posição e conjuntura permitem explorar” e constatava-se que uma ação coletiva de valorização era dificultada “em ambientes urbanos marcados pela dominação colonial: esta gerou valores conformistas de imitação por parte das elites e negou, ignorou ou destruiu valores que carregavam setores pobres da sociedade”.

Na construção das ações, o município de Bezerros avança numa tentativa de definir seus destinos afastando-os de eventual reprodução dos grilhões coloniais. A crescente demanda de pessoas em busca de qualificação não demonstra, apenas, a busca de uma maneira de sobreviver ou de estar atrelado a uma possibilidade de emprego e renda; contempla, também, a busca por inserção na sociedade.

O Programa de Qualificação e Requalificação Profissional do Município de Bezerros previu, para o exercício de 2000, os seguintes cursos:

¹¹⁷ Ibid.

Tabela 06: Cursos de Qualificação e Requalificação Profissional previstos para o ano 2000

Curso	Clientela/ treinandos
Capacitação em Turismo Rural	50
Capacitação em Animação Turística	50
Capacitação em Guias Turísticos	30
Capacitação em Hotelaria com Ênfase do serviço de Garçom	50
Capacitação em Atendimento ao Público (Setor Privado)	50
Capacitação em Gestão de Criação de Associações/Cooperativas	50
Capacitação em decoração de Festas	20
Capacitação em Doces e Salgados Populares	40
Qualificação na Área de Reciclagem e Aproveitamento de Lixo	50
Capacitação em Atividades Agroindustriais e Pecuária	80
Qualificação de Trabalhadores Manuais ligados ao Artesanato	50
Capacitação em Costura em Geral	25
Capacitação de Gerenciamento de Pequenos Negócios	200
Capacitação de Cabeleireiros e Serviços Afins	70
Qualificação de Bombeiro Hidráulico	30
Qualificação de Eletricista Predial	30
Qualificação/Requalificação no Setor de Eletromecânica	50
Qualificação/Requalificação dos Profissionais de Cerâmica e Marmoaria	50
Capacitação em Artesanato com Palha de Bananeira	50
Capacitação de Embalagens Comerciais	30
Capacitação de <i>Designer</i> Comercial e Artesanal	50
Capacitação em Confecção de Bijouterias	80
Qualificação/Requalificação dos Profissionais das Indústrias de Bolos e Doces	80
Qualificação em Gestão Pública e Políticas Públicas de Empregos	160
Capacitação em Assistência de Creches	30
Capacitação em Iniciação Musical	30
Qualificação/Requalificação dos trabalhadores da Limpeza Pública	100
Capacitação em direção Defensiva	100
Qualificação/Requalificação em Informática (iniciação e avançada)	100
Capacitação dos Beneficiários PROGER (Urbano – Setor Informal)	400
Total de Treinandos	2.215

Fonte: Plano de Desenvolvimento municipal de Bezerros, 2000

Cabe lembrar que, se considerados os dados da PEA e das Tabelas 03 e 04, ainda é muito incipiente a projeção de capacitação de pessoas envolvidas com o trabalho e especialmente com o turismo. Vislumbrando-se uma ação de cidadania pontual usando-se a educação como instrumento de alcance da mobilidade e da mobilização, as informações e representações detalhadas no capítulo quatro possibilitam um panorama mais otimista.

¹¹⁸ Ibid.

Válido também é salientar que este estudo se propõe a verificar em quais pontos a educação voltada à atividade turística tem provocado a mobilização social da população, quer esta se manifeste coletivamente quer individualmente. O turismo representa, neste momento, para o município de Bezerros, uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho dada a sua múltipla abrangência em serviços. Representa também a mudança nos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida.

Neste sentido cabe ressaltar que segundo o IBGE (1991), o município de Bezerros apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano/IDH de 0.412, enquanto que a capital do Estado, Recife, teve o IDH de 0.790, Pernambuco de 0.572 e o Brasil, apresentou o índice de 0.742. Em relação ao Índice de Condições de Vida/ICV¹¹⁹, Bezerros alcançou o índice de 0.545, enquanto Recife: 0.747, Pernambuco: 0.616 e o Brasil: 0.723. A taxa de mortalidade Infantil do município é de 122.3 p/mil nascidos e a esperança de vida ao nascer é de 56.4 anos.¹²⁰

No que tange às ações voltadas para a criação de objetos espaciais destaca-se aqueles de interesse turístico. O município de Bezerros tem uma grande vocação para o Turismo¹²¹, fato este comprovado através dos atrativos reconhecidos e considerando sua posição de “prioridade” no PRODETUR/NE e no PEDT/PE, para ações prioritárias no que se refere ao desenvolvimento da região.

Um dos fatores que contribuem com esta vocação é a sua localização privilegiada. Bezerros encontra-se situada numa das mais importantes regiões culturais do Estado de Pernambuco, a região Agreste, que tem no seu clima, gastronomia, folclore, artesanato elementos captadores de turistas e do turismo.

¹¹⁹ O ICV é uma extensão do Índice de Desenvolvimento Humano/IDH, que incorpora além das dimensões de longevidade, educação e renda, outros indicadores destinados a avaliar as infâncias e habitação.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Bezerros apresenta dados de demanda singulares: a faixa etária dos visitantes varia entre 20 e 70 anos e são na sua maioria estudantes, profissionais liberais e funcionários públicos; a viagem que realizam não é organizada por agências de turismo com exceção para o período de carnaval; a mesma é realizada com amigos e parentes; a permanência em Bezerros é de 03 a 05 dias em eventos como carnaval, vaquejada, São João e nas festas de final de ano; a hospedagem divide-se entre a casa de amigos ou familiares e as pousadas locais; os deslocamentos são motivados pelos atrativos: o parque ecológico da Serra Negra, artistas plásticos, artesanato, carnaval e gastronomia local; no carnaval rebe cerca de 50.000 turistas no entanto nos demais dias do ano não mais que 500 turistas/mês. (Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Bezerros).

Além do que Bezerros possui luz própria, quando se fala em natureza e folclore: a Serra Negra (estação ecológica) e os Papangus (tradição e folia).

O município vem conquistando novos investimentos no setor turístico. Com a sua integração ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo/PNMT, o mesmo vem se destacando em nível nacional como modelo de desenvolvimento do turismo em curto espaço de tempo.

A iniciativa privada e o poder público estão empenhados no desenvolvimento do turismo no município. Destacando-se, na esfera municipal, o Programa de Incentivo ao Turismo que viabiliza a isenção de impostos por 10 anos aos empreendedores que investirem no município e a criação do Conselho de Desenvolvimento Turístico.

Além da tradição dos Papangus, que tem sua culminância na Folia dos Papangus, durante os festejos carnavalescos, a Estação Ecológica da Serra Negra, favorável a passeios e a trilhas ecológicas, Bezerros possui, no Distrito de Encruzilhada de São João, um dos mais competitivos pólos gastronômicos do Agreste.

Vale ainda ressaltar o artesanato de Bezerros como forte potencial competitivo, destacando-se as Máscaras de Papangus, os Brinquedos em Madeira e a Xilogravura de J. Borges. Lembrando, ainda, atividades culturais, feiras e festas regionais que fazem parte do calendário nacional, estadual, regional e local de eventos.¹²²

Bezerros também procura integrar-se aos circuitos de Vaquejada e do Frio, ambos fomentados pelo governo estadual com apoio do governo federal. Daí, fundamentando-se no discurso único do turismo desenvolvimentista em níveis federal e estadual. É verdade que o turismo se faz importante *in loco*; porém não se deve perder de vista a importância das demais atividades econômicas aqui

¹²² 1º de Janeiro – Grito de Carnaval; 12 de Janeiro – Festa de São Sebastião; Fevereiro – Folia dos Papangus no Carnaval; 19 de Março – Festa do Padroeiro São José; Março – Feira de Artes de Bezerros – FEARTEBE; 16 de Maio – Feira de Arte e Cultura; 18 de Maio – Festa da Emancipação Política; Maio – Festa Regional dos Seresteiros; Junho – Festejos Juninos; Julho – Festival de Violeiros; Agosto – Circuito de Vaquejada; Setembro – Corrida de Jericos; Novembro – Cavallhada; 08 de Dezembro – Festa de Nossa Senhora da Conceição; Dezembro – Festa do Fim do Ano.

apresentadas que são desenvolvidas no município, a exemplo da indústria e da agropecuária.

3. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DO TURISMO, NA TERRA DOS PAPANGUS

3.1. O PNMT E A DINÂMICA DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM BEZERROS: ENTRE O REAL E O IDEAL

É na dinâmica da busca de alternativas de desenvolvimento do turismo sustentável que surge o PNMT. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi criado¹²³ tendo como principal missão melhorar a qualidade do produto turístico brasileiro, através de um trabalho de conscientização sobre a importância econômica e social do turismo e favorecer um ambiente próprio ao planejamento do turismo sustentável em comunidades; temos como base a idéia de descentralização do planejamento e da gestão do mesmo, o que é reforçado pela dinâmica dos ritmos das relações dos objetos com as ações anteriormente descritos (capítulo 2).

Segundo Harvey (1996:49) “os governos urbanos tinham que ser muito mais inovadores e empreendedores, abertos para explorar diferentes meios, para aliviar suas condições miseráveis e assim assegurar um futuro melhor para as suas populações”.

O programa tem por diretrizes básicas, inovadoras e empreendedoras, segundo Botelho (1997:1)¹²⁴: descentralização, formação de parcerias, articulação com a Organização Mundial do Turismo – OMT, adesão voluntária e programa de treinamento.

Além dos objetivos gerais (capítulo 1), o programa tem por objetivos específicos conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio Natural e Cultural.

Seguem-se a estes os objetivos de disponibilizar aos municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o

¹²³ O comitê Executivo do PNMT foi criado a partir da Portaria de nº 130, de 30 de março de 1992, do Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT.

¹²⁴ Relatório da Oficina “Treinamento de Monitores Municipais de Bezerros – PE – 1ª Fase”.

desenvolvimento da atividade turística, assim como descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal.

É neste sentido que Harvey (1996:52) diz que “o poder de organizar o espaço advém de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais. É um processo tão mais conflituoso quanto mais variada a densidade social num determinado espaço ecológico”; donde se conclui que a tarefa de organização é o grande desafio do programa.

E, ainda, visa o PNMT estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, tendo como meta o estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade.¹²⁵

O município de Bezerros implantou o PNMT em junho de 1997¹²⁶. Neste período, entre os dias cinco e sete, aconteceu a 1ª oficina¹²⁷ do programa, intitulada “Treinamento de Monitores Municipais” a qual foi realizada no Centro Municipal de Atenção à Criança e ao Adolescente/CEMAIC.

A oficina contou com a participação de 53 participantes¹²⁸, representantes dos setores público e privado, envolvidos em atividades turísticas no município, e a sua realização foi uma iniciativa conjunta da Prefeitura do Município de Bezerros e da EMBRATUR, estando a mesma inserida e presente no programa em diversas fases.

¹²⁵ Disponível em <http://www.embratur.gov.br/programas/pnmt/htm>, acessado em 02 jan. 2001.

¹²⁶ É válido lembrar que as negociações para a implantação iniciaram-se em 1996.

¹²⁷ O PNMT possui uma dinâmica de operacionalização voltada para capacitação em oficinas que ocorrem em três fases. Na 1ª fase, chamada de fase de conscientização, o programa capacita os agentes multiplicadores nacionais, estaduais e monitores municipais, para a mobilização, sensibilização e conscientização das comunidades. A 2ª fase, a de capacitação, qualifica os agentes multiplicadores nacionais, estaduais e monitores municipais para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal do Turismo. Por fim, a 3ª fase, a de planejamento, na qual se capacitam os agentes multiplicadores nacionais, estaduais monitores municipais, como facilitadores na Metodologia Simplificada de Elaboração da Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

¹²⁸ Os participantes da oficina foram agrupados por segmento visando desencadear o processo de conscientização da população. Os segmentos foram os seguintes: Secretaria Municipal de Serviço Social e Cidadania, de Infra-Estrutura, de Agricultura e Meio Ambiente, de Educação, de Saúde, de Desenvolvimento Econômico, CEMAIC, Câmara Municipal, Polícia Militar, CDL, ONG's e representantes de entidades de classe (Artesãos, Mototaxistas, Imprensa e donos de Restaurantes).

Os trabalhos foram desenvolvidos sob a orientação de um moderador¹²⁹, fundamentados nas técnicas de visualização, moderação e enfoque participativo. Os temas objeto de discussão durante a oficina resultaram das prioridades definidas por módulo, a partir do “Guia para Treinamento dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e Municipais”, quando da realização do Treinamento de Multiplicadores Estaduais, realizado em Brasília, no período de 4 a 8 de dezembro de 1995.

A partir da realização da primeira oficina esperava-se que a mesma funcionasse como elemento motivador para as fases que se seguiriam gradualmente (Botelho, 1997:2): Conscientização da Comunidade, Criação do Conselho Municipal de Turismo, Elaboração do Plano Turístico Municipal e Criação do Fundo Municipal de Turismo.

As atividades realizadas na 1ª oficina foram norteadas por perguntas. As perguntas feitas pelo moderador foram: Quem somos?, O que queremos?, Como vamos trabalhar?, Quais os temas? e Quando?

Para que os participantes pudessem responder às perguntas foi utilizada a metodologia de exposição visualizada e dialogada. Após este primeiro momento as etapas seguintes eram realizadas em grupos de trabalho que fariam uso das seguintes ferramentas: a Tempestade de Idéias, a Ordenação das idéias, a Avaliação e a Conclusão.

Nos dias subseqüentes, as atividades divididas em módulos tinham as seguintes perguntas norteadoras¹³⁰, segundo Botelho (1997:5-7):

- Módulo A:
- O que você entende por turismo?
 - O que o turista espera quando visita o seu município?
 - Quais os benefícios e prejuízos que o turista pode trazer para o município?
 - O que é preciso para a preservação do turismo no seu município?
 - O que você entende por capacidade de carga?
- Módulo B:
- Qual o cenário que você projetaria para o seu município no ano 2.000?
 - De que forma a comunidade pode contribuir para a criação de uma imagem turística para o município?

¹²⁹ O Moderador da 1ª oficina em Bezerros foi o Engenheiro Mardônio Botelho Filho.

¹³⁰ Para as quais as respostas encontram-se no Capítulo 4 deste estudo.

- Módulo C: De que forma você faria um levantamento da situação turística do seu município?
O que você entende por diagnóstico?
- Módulo D: Quais as condições necessárias para elaborar um Plano de Desenvolvimento Turístico?
De que forma a área onde funciona o Batalhão da Polícia Militar poderia ser utilizado como equipamento turístico?

Por se tratar das perguntas iniciais do trabalho de moderação e de ter tamanha representação do município presente na 1ª oficina, estas perguntas norteadoras, de extrema importância para a construção de uma proposta de planejamento participativo, apresentam uma lacuna divergente com relação ao Manual de Municipalização do Turismo.

Em nenhum momento há registro de que este grupo tenha refletido a real importância e necessidade da implantação e implementação do turismo no município. Entretanto, o programa deixa claro nas suas cartilhas e manuais que o turismo não é um bom negócio para todos, em todas as comunidades.

Como pode ser visto no Manual de Municipalização:¹³¹

No entanto, o turismo não é necessariamente desejável ou viável em todas as localidades. O potencial para o desenvolvimento de turismo ter de ser examinado pontualmente para cada comunidade. Benefícios do desenvolvimento Turístico para as comunidades locais: criação de novos postos de trabalho e negócios, rendimentos adicionais, novos mercados para produtos locais, melhoria da infra-estrutura, instalações e serviços da comunidade, novos conhecimentos e tecnologias, maior consciência e proteção do ambiente e cultura locais e aperfeiçoamento dos padrões de utilização dos terrenos.

É nesse contexto que Castilho (1999:164), pensando no turismo como “fator” de mobilidade sócio-espacial, questiona o seguinte:

[...] devido ao agravamento da crise sócio-econômica brasileira, a sociedade local tem reivindicado a ampliação das possibilidades de empregos e/ou ocupações. Mas em que

¹³¹ Manual de Municipalização do Turismo, EMBRATUR-MICT/OMT.

medida esses empregos são capazes de promoverem a mobilidade social da população urbana como um todo?

A partir destes indicadores, os atores envolvidos têm um passo inicial a dar, o de avaliar se o seu município contempla estas possibilidades e enseja estas manifestações. Só daí, deste primeiro passo, se poderá pensar em levar a termo o objetivo do programa na sua totalidade, não se esquecendo de contemplar todas as possíveis representações da comunidade. Após a 1ª oficina, as linhas de ação programadas foram estabelecidas.

Em setembro do mesmo ano, entre os dias 5 e 7, aconteceu a 2ª oficina. Neste segundo encontro, representantes da EMBRATUR estiveram no município¹³². Os temas abordados fundamentalmente foram o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município, o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo.

Nesta fase as temáticas foram desenvolvidas em quatro sessões. Botelho, (ibid) esclarece:

1ª Sessão: Avaliação – Onde estamos? O que foi realizado após a 1ª oficina e quais as dificuldades para realizar as ações programadas?

2ª Sessão: Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal – O que você entende por Plano de Desenvolvimento Turístico e quais os passos para montar o Plano de Desenvolvimento Turístico de Bezerros?

3ª Sessão: Conselho Municipal de Turismo – Quais os passos para a formação do Conselho Municipal de Turismo e como legalizá-lo?

4ª Sessão: Fundo de Desenvolvimento Municipal do Turismo – O que é o Fundo de Desenvolvimento Municipal do Turismo, qual a sua finalidade, quais os passos necessários para a sua constituição e quais as alternativas de fontes de recursos para a sua constituição?

Com as respostas construídas, os segmentos representados estabeleceram as linhas de ação para a segunda fase¹³³.

¹³² A Coordenadora Nacional do PNMT, Sra. Ana Maria Marcondes Machado e a Assessora do programa Sra. Ingrid Lück.

¹³³ O PNMT está dividido em 3 fases que ocorrem com a realização de, também, 3 oficinas. As duas primeiras já foram realizadas no município. A terceira fase está em processo de planejamento.

A realização da 2ª oficina gerou no PNMT a expectativa de contribuir para que o município de Bezerros pudesse dar continuidade às ações desenvolvidas após a realização da 1ª oficina, de forma planejada e com o efetivo envolvimento da comunidade, para que alcançasse a médio e longo prazos a consolidação do turismo sustentável.

Estiveram presentes, na 2ª oficina, 60 pessoas representantes de diversos segmentos do setor público e do privado valendo-se ressaltar que a prefeitura de Bezerros realizou uma grande exposição de produtos locais, com destaque para o rico artesanato. Apresentaram-se, também, artistas locais com o objetivo de demonstrar a criatividade e a riqueza das manifestações culturais, das quais o município é possuidor.

Cabe aqui ressaltar que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável do turismo, quer conceitualmente, quer na prática, não norteou as oficinas do PNMT em Bezerros, embora se constitua em reflexo das inúmeras reuniões ocorridas na década de 90, em prol da tentativa de se achar uma solução para as problemáticas econômicas, sociais e ambientais mundiais. Além do que, segundo a EMBRATUR (1992:11), no próprio manual de municipalização do turismo, o desenvolvimento sustentável possui três dimensões vitais:

- A **sustentabilidade do ambiente** assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como com a diversidade e recursos biológicos;
- A **sustentabilidade social** e cultural assegura que o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre as suas vidas, é compatível com a cultura e os valores morais do povo por ele afetado e que mantém e fortalece a identidade da comunidade;
- A **sustentabilidade econômica** assegura que desenvolvimento é economicamente eficaz e que os recursos são geridos de modo que possam suportar as gerações futuras.

Percebe-se, na sua dinâmica, um discurso muito mais voltado ao econômico do que ao ambiental e social. Ademais, percebe-se muito mais um discurso político do que uma tentativa de solução de problemáticas sociais e ambientais através do incremento de uma atividade econômica. O discurso do “turismo na terra dos Papangus”, tal como Castilho (Ibid.:167) pensou para o Recife, pode aventar a conjectura de um turismo que se desenvolve muito mais no campo do discurso político-ideológico, com vistas a solução de problemas sociais de forma imediata, do que no plano da concretização efetiva do mesmo.

A partir deste pressuposto, e enfatizando-se os equívocos e lacunas existentes entre o discurso político e a prática do planejamento das ações para a sustentabilidade do turismo, ainda é válido ressaltar que após a Eco-92, no Rio de Janeiro, com a publicação da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (a **Agenda 21**), há um reforço na perspectiva do desenvolvimento sustentável que provoque além do crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e da preservação do meio ambiente, fazendo com que o ser humano tenha prioridade nas ações mundiais para o desenvolvimento. Com isso, o Princípio 1 da **Declaração do Rio** (*apud* Benning, 2001:37) reforça que o desenvolvimento sustentável tenha três atributos básicos:

- **desenvolvimento das pessoas**, aumentando as suas potencialidades e direito de escolha;
- **desenvolvimento para as pessoas**, garantindo a apropriação equitativa dos resultados do desenvolvimento;
- **desenvolvimento pela pessoas**, alargando o grau de participação dos indivíduos e comunidades no processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários.
[grifos da autora]

Há em todas as instâncias a preocupação com o desenvolvimento da pessoa humana. Considerando-se que os objetivos do PNMT são bem definidos e que há uma série de ações estratégicas,¹³⁴ é incoerente a lacuna ocorrida. No elenco de

¹³⁴ Ações Estratégicas do PNMT: Promover o fortalecimento das relações entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com a iniciativa privada dos municípios envolvidos e incentivar as atividades do

diretrizes do programa, a amplitude de atuação do mesmo mostra a responsabilidade e a preocupação com o desenvolvimento da atividade, não contemplando de forma clara as repercussões sociais que as mesmas provocarão, muito menos as perspectivas deste desenvolvimento sustentável pretendido.

Neste sentido, fica claro que o programa só encontrará a sua própria sustentabilidade, e em especial no município de Bezerras, se lançar mão dos valores dos atores locais na sua totalidade, quer sejam atuantes no setor público, quer o sejam na iniciativa privada, quer sejam apenas moradores e que todos reflitam o desenvolvimento pretendido a partir de sua essência: o desenvolvimento sustentável e não apenas o crescimento econômico da região.

No intuito de esclarecer as diferenças entre desenvolvimento e crescimento, no quadro abaixo, elaborado por Molina & Rodríguez (2001:30), pode-se ter uma pequena mostra dos principais elementos divergentes entre ambos:

Quadro nº 05: Diferenças Básicas entre Crescimento e Desenvolvimento.

Conceito	Âmbito	Indicadores
1. Crescimento	1.1. Econômico	1.1.1. Aumento no Produto Nacional Bruto
2. Desenvolvimento	2.1. Econômico	2.1.1. Aumento na produção dos setores primário e secundário
	2.2. Social	2.2.1. Distribuição da renda nacional 2.2.2. Mobilidade social

Conselho Municipal de Turismo para a viabilização de novos projetos; Acelerar a expansão e melhoria da infraestrutura básica, buscando parcerias e investimentos na região e orientar o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria das condições gerais da infra-estrutura municipal; Incentivar o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais a fim de promover a captação e a geração de eventos para os municípios no sentido de minimizar os efeitos da sazonalidade; Conscientizar e sensibilizar para a formação e capacitação profissional através de cursos de acordo com as demandas municipais e contribuir para a formação e capacitação dos profissionais que prestam serviços para o turismo, visando qualidade e produtividade; Difundir os modelos de Conselhos, Fundos e outros investimentos de municipalização e na criação de mecanismos de incentivo à atividade turística (ex: preservação do patrimônio histórico x redução do IPTU); Formar o Comitê Executivo Estadual do PNMT, constituído pelos parceiros do Comitê Executivo Nacional e outros; Assessorar Tecnicamente na Formação de Conselhos Municipais de Turismo, na criação dos Fundos Municipais e na geração e captação de eventos; Orientar a elaboração do Plano Diretor de acordo com a Lei Orgânica do município que deverá conter entre outros o Plano de Desenvolvimento do Turismo e sua implantação e o Plano de Zoneamento; Criação de oportunidades de negócios com atividades específicas, tais como Turismo ecológico, Turismo Cultural e Histórico ou Turismo de Eventos etc.

O desenvolvimento abrange não só o crescimento econômico, mas a mobilidade social entendida aqui como a disponibilidade de oportunidades que um indivíduo pode encontrar para incorporar-se a camadas superiores da sociedade.

Vale, ainda, destacar o que Araújo (2000:69-72) diz ser “uma concepção de desenvolvimento sustentável com uma abordagem multidimensional”: Pressupõe continuidade e permanência da qualidade de vida e das oportunidades da sociedade; baseia-se numa visão holística da realidade complexa e numa *abordagem sistêmica* da totalidade e integra os propósitos econômicos, sociais e ambientais orientados para a qualidade de vida. E não apenas pensando o tempo presente mas, acima de tudo, garantindo as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras. Pretende-se, desta forma, a harmonia entre: presente e futuro, escassez de recursos, ambiente e relações sociais.

Neste sentido Sachs (*apud* Araújo, 2000:69) ainda diz que “o desenvolvimento sustentável cria duas solidariedades: *sincrônica*, com a sociedade com a qual pertencemos e *diacrônica*, com as gerações futuras”.

Numa perspectiva mais voltada ao âmbito da educação, Demo (1999:14) ainda recomenda:

É preciso distinguir acuradamente crescimento e desenvolvimento; enquanto o primeiro aponta para uma evolução tipicamente econômica, o segundo se volta para um olhar interdisciplinar, abrangendo todas as dimensões consideradas relevantes da sociedade; para sinalizar mais concretamente esta distinção, a ONU [Organização das Nações Unidas] optou pela definição de desenvolvimento como ‘oportunidade’, traduzindo desde logo sua face política como a mais estratégica, em vez das infra-estruturais, que obviamente dentro do horizonte estratégico, continuam essenciais, mas de teor instrumental.

Para Ruschmann (1977), Swarbrooke (2000a) e Beni (2001), o desenvolvimento do turismo sustentável constitui-se num movimento e numa relação entre os seres humanos com o espaço no qual ele está inserido e desenvolve suas atividades, suas raízes e valores na busca de oportunidades. A estes elementos acrescenta-se, para Demo (*ibid*) “a educação como fator mais próximo da geração de oportunidades, seja no sentido de “fazer” oportunidade, seja no sentido ainda mais

próprio de “fazer-se” oportunidade; ganha realce maior, imediatamente a questão da cidadania”.

Por conseguinte, em se tratando de espaço, as dimensões a serem tratadas prioritariamente são a ambiental, a econômica e a social. Para os três autores, estas três dimensões são impreteríveis ao desenvolvimento do turismo sustentável. Beni (ibid., p. 86), que define estas inter-relações em subsistemas (ecológico, econômico e social), diz existir, ainda, um quarto subsistema, o cultural.

Na perspectivas dos três autores, estes subsistemas ou dimensões sofrem impactos com o desenvolvimento do turismo. Estes impactos podem ser negativos e positivos. Segundo Ruschmann (1997) as dimensões e impactos do turismo são assim configurados:

Quadro nº 06: Dimensões e Impactos do Turismo

Dimensão	Impactos Positivos	Impactos Negativos
Econômica	Incremento da renda dos habitantes; Elevação do nível cultural e profissional da população; Expansão do setor de construção; Industrialização básica na economia regional; Modificação positiva da estrutura economia e social; Atração de mão-de-obra de outras localidades.	Abandono das atividades primárias pela população para dedicação ao turismo; Sazonalidade; Colapso econômico na sazonalidade; Inflação e especulação imobiliária.
Social Cultural	Interação entre os povos; Valorização do artesanato; Valorização da herança cultural; Orgulho étnico; Valorização e preservação do patrimônio histórico.	Estímulo aos hábitos desconhecidos e inacessíveis à população local; Alterações na moralidade com aumento da prostituição, criminalidade e alcoolismo; Disseminação de doenças; Estabelecimento de um novo “colonialismo”; Conflitos religiosos; Descaracterização do artesanato; Vulgarização das manifestações tradicionais; Arrogância cultural; Destruição do patrimônio histórico.
Ambiental	Criação de planos e programas de conservação; Investimento em medidas preservacionistas pelos empreendedores locais; Valorização de regiões antes pouco ou nada valorizadas; Reinvestimento financeiro em medidas preservacionistas; Recuperação psicofísica dos indivíduos; Utilização racional dos espaços.	Barreiras sociopsicológicas entre os povos; Concentração de renda em mão-de-obra desqualificada para o meio ambiente; Ocupação e destruição de áreas naturais.

Fonte: Palomo (1979:190), Lea (1988:70), Krippendorf (1989:89), Kardt (1984:252), Mathieson & Wall (1988:147), Boissevain & Inglot (1984:201), D.Greenwood (1977:86-107), Cipollaro (1981:168) *apud* Ruschmann (1997) e sistematizado pela autora.

O município de Bezerros enquadra-se nesta perigosa perspectiva de impactos do turismo, por possuir no seu discurso desenvolvimentista, propagado através do

PNMT e dos seus precursores, as dimensões ambiental e cultural quando evidencia em seus planos, programas e projetos seus dois maiores atrativos: a Estação Ecológica da Serra Negra e a manifestação dos Papangus.

Hoje, após uma leitura mais acurada não só dos benefícios, mas dos prejuízos que o turismo pode trazer à comunidade, incluiu-se nas discussões uma preocupação com o social. Não o social desenvolvido através de oportunidades de emprego e renda (discurso sempre presente do turismo em todo o mundo), mas o voltado à mobilização e ao resgate da cidadania. Desse modo, minimizando os efeitos perversos do turismo, para torná-lo mais uma nova possibilidade (Santos, 2000:17-20) para a população.

Por sua vez, quando se trata de impactos provocados pelo turismo e a necessidade de evitá-los e combatê-los, Irving & Azevedo (2002:21) dizem que a discussão ética passa pelo conceito de turismo sustentável como um novo modelo de desenvolvimento do turismo em escala global e que em 1994 a OMT publicou a Agenda 21 para a “Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável”.

Esse documento estabelece as diretrizes para o funcionamento da atividade e as define através de oito áreas de prioridade para ações do poder público e para a iniciativa privada:

- a) avaliação da capacidade do quadro regulatório, econômico e voluntário para a viabilização do turismo sustentável, no sentido de apoiar o desenvolvimento de políticas que facilitem o alcance de metas desejadas;
- b) avaliação das implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações da organização/instituição, no sentido de examinar sua própria capacidade para atuar na direção da perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- c) treinamento, educação e consciência pública, no sentido do desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo e com o objetivo de viabilizar a capacidade necessária para a execução de tarefas nesta direção;
- d) planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável, a partir do desenvolvimento e da implementação de medidas que assegurem o planejamento efetivo do uso do solo e mecanismos que maximizem benefícios ambientais e sociais, e minimizem danos potenciais culturais ou ambientais;

- e) facilitação de intercâmbio de informações, habilidades e tecnologias relativas a turismo sustentável entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento;
- f) fomento ao envolvimento da participação de todos os setores da sociedade, inclusive o de minorias;
- g) monitoramento permanente de progresso e desempenho, no sentido do alcance de metas de desenvolvimento sustentável, partir de indicadores realistas de turismo sustentável, aplicáveis no âmbito local e nacional;
- h) desenvolvimento de parcerias no sentido de facilitação de iniciativas responsáveis.

Embora as ações prioritárias sejam concernentes ao poder público e à iniciativa privada, a comunidade local far-se-á presente na medida em que ela é causa e consequência destas ações, além do que apenas com a efetiva participação da mesma, ele poderá legitimar as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Enfim, considerando-se que a proposta do PNMT é a de incrementar o “turismo sustentável”, e esclarecidas as perspectivas desta sustentabilidade, as dimensões da mesma têm que estar explicitadas não só em conceitos e formas de atuação, mas principalmente nos atores-chave¹³⁵ do turismo sustentável.

Nesta perspectiva Swarbrooke (2000a:64) diz que “a natureza política do debate sobre o turismo sustentável significa que o **turismo sustentável refere-se a quem tem o poder** – comunidades, governos, a indústria do turismo e os turistas – e como eles o utilizam”. Mas as comunidades nem sempre percebem e usam este poder.

Daí a importância dos atores-chave: o Poder Público, a Iniciativa Privada e a Comunidade Local. O turista aparece no último plano. Só depois de definidas as linhas de atuação destes três atores é que as ações junto ao turista podem ocorrer.

No entanto não é o que se vê em muitos municípios turísticos do País. Muitas vezes o turista chega primeiro e a população só entra em cena quando os desconfortos começam a surgir. Muito pelo contrário, em vez das comunidades se prepararem para uma consciente, efetiva e política atuação rumo ao desenvolvimento do turismo, através de estratégias claras e pertinentes a suas realidades, o turismo e o turista chegam a reboque da atuação da mídia e dos apelos

que ela provoca e para os quais é necessário levantar uma nova defesa: a da proteção dos espaços e dos atores locais.

O que se pretende é um turismo forte e promissor, lucrativo e principalmente planejado com competência. A busca de ações que se constituam na satisfação do turista, da preservação do patrimônio cultural e ambiental, mas acima de tudo na preparação da população receptora (Portuguez, 2001:123).

Para Swarbrooke (2000b) as atuações destes atores-chave são imprescindíveis e apresentam vantagens e desvantagens. No quadro abaixo pode-se ver, de forma sistematizada, as vantagens e desvantagens de cada ator-chave:

Quadro nº 07: Atores-Chaves do Desenvolvimento Sustentável do Turismo

Ator Social	Vantagens	Desvantagens
Poder Público	Tem o poder de representar toda a população, não apenas grupos ou indivíduos; É considerado imparcial, sem interesses comerciais, sem interesses a serem protegidos; É capaz de adotar visão de longo prazo;	Em muitos locais o turismo é prioridade menor; Numa era de privatizações os conceitos de planejamento e regulamentação não se enquadram com suas ações; Não dispõem de recursos para investimentos imediatos; Falta profissionalismo e qualificação de alguns; Os ciclos eleitorais afetam planos em longo prazo; Seus sistemas de planejamento são lentos e incapazes de acompanhar os movimentos rápidos do mercado.
Empresariado	Na medida em que é comprometida com a comunidade local: Deve ser sensível à situação local, em termos de ecossistemas e cultura; Deve ter altos níveis de compromisso com o futuro da área; Deve reter grande proporção da receita gerada pela comunidade; Não está interessada na maximização dos lucros a todo custo, e sim em como ganhar o bastante para desfrutar de um padrão de vida razoável.	Está excessivamente interessada em lucros em curto prazo; Explora mais que conserva o meio ambiente e as populações locais; Por ser livre, mas controlada por determinadas organizações internacionais, demonstra pouco comprometimento com algumas destinações; Não se esforça muito para disseminar as idéias d sustentabilidade junto aos seus clientes; Somente defende a sustentabilidade do turismo se houver perspectivas de boa publicidade e redução de custos.
Comunidade Local	Têm o controle total da política estratégica e decisões táticas em relação ao turismo na área; Tem o poder de veto contra as políticas e decisões que estejam nas mãos de entidades do setor público; Estabelecem os parâmetros e prioridades da política e decisões do setor público;	Pode acrescentar em muito o custo do planejamento e desenvolvimento do turismo; Estende muito o tempo de desenvolvimento de projetos controvertidos; Prioriza interesses de grupos locais recusando-se a oportunizar lazer e trabalho a pessoas de fora da área; Permiti discriminação de grupos étnicos minoritários.

Fonte: Swarbrooke, sistematizado pela autora.

A cada um dos atores cabe um papel e uma posição no campo das políticas e atuações voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo. Cabem, também as

¹³⁵ Termo utilizado por Swarbrooke (2000b).

ações voltadas à mobilidade da comunidade como um todo. Esta mobilidade se dá a partir da mobilização e integração social. Nesse sentido, lembramos, com Castilho (1999:38), que os atores-chave “a sociedade, as empresas e as instituições” podem ser definidos como:

A sociedade refere-se aos indivíduos enquanto turistas, trabalhadores, empresários, planejadores; às organizações sociais, aos sindicatos, às associações dos empresários, etc. As empresas referem-se aos hotéis, aos restaurantes, às agências (de viagens e locação de veículos), aos parques temáticos, aos centros de convenções, às casas de diversão, etc. As instituições referem-se ao Estado que, na suas instâncias municipal, estadual, regional e federal (no Brasil), legisla leis e executa projetos para o desenvolvimento do setor. [grifo da autora]

É na vivência e na convivência destes atores-chave que as propostas e decisões são construídas com o intuito de alavancar o desenvolvimento, tendo por conseqüência o resgate da cidadania e a mobilização social.

Neste sentido, sugere-se o entendimento de mobilização a partir do conceito de Toro (1995:26):

Mobilizar é convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. [...] Se mobilizar é convocar, quer dizer que mobilizar é, antes de tudo, um ato de liberdade. Esta é a diferença entre a mobilização e os atos de manipulação, de persuasão, de chantagem pública que, às vezes ocorrem. Se é voluntário, é um ato de paixão, ou seja, não é possível mobilizar uma sociedade se não se despertar, previamente, a paixão. Se é um propósito, quer dizer que é um ato de precisão, ou seja, de precisão pública. Não se convoca para qualquer coisa ambígua ou vaga, é algo que tem de ser claramente delineado, delimitado. Se é compartilhada com interpretações e sentidos, a convocação é um ato de comunicação. [grifos da autora]

No município de Bezerros, a harmonia desejada ainda está a alguns passos da existente. A necessidade de se superar as dificuldades e os impasses dependem não só da decisão política dos atores, mas das circunstâncias determinantes do desenvolvimento da consciência política e cidadã dos atores e da população. Há,

sim, uma predisposição à mobilização, mas muito direcionada aos interesses dos atores que detêm historicamente o poder local.

Na medida em que atores são definidos em seus papéis e as diretrizes para atuação em conjunto são estabelecidas, resta a eles (os atores chave) o início das práticas em prol da viabilização dos investimentos e locais a serem otimizados para o uso turístico. No caso de Bezerros a decisão foi a de se estruturar e infra-estruturar o Distrito da Serra Negra, por tratar-se de uma Estação Ecológica com grande potencialidade para o Ecoturismo e os Papangus como representação pontual da manifestação da cultura popular local.

O ideal é que o turismo possibilite a mobilização social e esta resgate a cidadania dos moradores envolvidos com a atividade turística. O real constitui-se num processo lento e gradativo que, por vezes, é atropelado pela idealização do turismo como panacéia através de um discurso inconsistente, mas convincente.

3.2. POSSIBILIDADES PARA O TURISMO CULTURAL E O ECOTURISMO: OS PAPANGUS E A SERRA NEGRA

O Ecoturismo e o Turismo Cultural são dois segmentos do turismo reconhecidos pela OMT. No entanto, há divergências entre os teóricos sobre os conceitos destes segmentos. Para Beni (2000:428):

Ecoturismo é a denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados pelo estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

Enquanto que,

Turismo cultural refere-se a afluências de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do

patrimônio e do acervo cultural, encontrado em ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte.

Portanto, para Beni (Ibid. p. 423), o chamado popularmente de turismo cultural é, na verdade, o Turismo folclórico e artesanal:

Turismo folclórico e artesanal refere-se à demanda específica por áreas receptoras em que se realizem periódica ou ocasionalmente festividades de cultura popular, com eventos e manifestações tipicamente folclóricos, combinados na maioria das vezes com exposições e feiras de produtos artesanais e semimanufaturados.

Consideradas estas definições e percebendo-se que o turismo cultural (popularmente conhecido e vendido com este nome comercialmente) é uma manifestação do turismo folclórico e artesanal, torna-se imperativo a decisão de seguir, ou não, a definição de Beni. Portanto, os segmentos aqui tratados serão denominados de ecoturismo e turismo cultural, uma vez que o mercado e o senso comum os denomina desta forma.

Acertada esta divergência conceitual, faz-se necessário o entendimento do ecoturismo e do turismo cultural como parte do sistema de turismo. Conforme já comentado, Beni (ibid:51-93) define o turismo como um sistema [SISTUR] composto de um conjunto de relações ambientais constituído de quatro subsistemas, os quais são o ecológico, o social, o econômico e o cultural. Para ele, o SISTUR mantém um processo contínuo de relações dialéticas.

Beni (ibid:55) ainda diz que o subsistema ecológico abrange, em grande medida, o subsistema cultural. Nele são analisados os fatores: espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e conseqüências do turismo sobre o meio ambiente, preservação da fauna, flora e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um desses fatores.

Não significa que um subsistema tenha maior importância do que outro, mas dadas as inter-relações concernentes ao meio em que vivem os indivíduos, o espaço se constitui em campo onde estas inter-relações ocorrem. O uso de espaço e as

relações estabelecidas nele são desafios à sustentabilidade do turismo. Segundo Ruschmann (2000:87):

O uso turístico de áreas naturais, em meios insulares ou não, e a implantação de equipamentos específicos devem considerar os impactos que a visitação pode ocasionar, tanto ao meio natural, às características sócio-culturais da área e no setor econômico da região. A sustentabilidade turística de um meio depende: do respeito ao meio ambiente natural – o turismo não pode colocar em risco ou agredir irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolve; da harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora, sem agredi-la ou transformá-la; da distribui o equitativa dos benefícios da atividade entre a comunidade receptora, os visitantes e os empresários do setor; de um turista ou visitante mais responsável e atencioso, receptivo às questões de conserva o ambiental, sensível às intera es com o meio natural visitado e com as comunidades receptoras, educado para ser o menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados.

Por sua vez, o subsistema cultural, onde está inserido o turismo cultural   também, segundo Beni (ibid, p.91) inter-relacionado com o subsistema ecológico uma vez que a interpreta o do patrimônio natural e cultural trabalha em sintonia com a biodiversidade, a cultura e a história.

Para Swarbrooke (2000c:35) “o turismo cultural e o turismo sustentável são virtualmente sinônimos. O primeiro é visto como um turismo sensível, suave e “inteligente”, complementar ao turismo sustentável”. E ainda para ele, (ibid. p. 56), um dos problemas para se definir o ecoturismo   que o termo varia dependendo de quem você é. Se você é um turista, pode significar férias modernas e conferir *status* elevado por se tratar de uma manifesta o de turismo de qualidade; já para a indústria o ecoturismo é um mercado amplo e em crescimento e que oferece boas margens e lucro; por sua vez o ecoturismo   para as comunidades-destino uma atividade altamente rentável, seletiva e que se constitui em diferencial frente   concorrência.

Em Bezerros, parte do sistema, nas configura es ecológico e cultural, é composto de dois expoentes para a atividade turística: uma Esta o Ecológica, a

Serra Negra e a tradição popular dos Papangus; o primeiro ligado ao segmento do ecoturismo e o segundo ao turismo cultural.

A área onde se encontra a Serra Negra tem como cobertura vegetal o brejo de altitude e pode ser considerada de grande interesse turístico em função de suas belas paisagens, pelas condições climáticas e dos acidentes naturais próprios ao repouso e à recreação e esportes. Possui um núcleo com habitações, a vila, e seu ponto mais alto, o pico onde se encontram o mirante, o anfiteatro, um pequeno restaurante e um edifício com infra-estrutura para atendimento a idosos e adolescentes, nos programas de ação social da prefeitura¹³⁶.

Por sua vez, a tradição dos Papangus, origina-se do agrupamento de homens da cidade para, mascarados, brincar o carnaval e andar de casa em casa saboreando o “angu”, sendo anunciados e aclamados com os “papa angu”. Esta manifestação tem seu ponto alto, e sua principal “saída”, durante o Ciclo Carnavalesco, mais precisamente no domingo de carnaval, no entanto não deixando de estar presente durante todo o ano, nas festas locais (festas dançantes, ciclo do forró, São João, Circuito do Frio etc.).

A beleza do ecoturismo e a do turismo cultural estão no seu caráter multifacetado e ainda nas possibilidades de multiadaptação. Uma serra que esconde mil cantos e encantamentos e uma tradição que se renova a cada carnaval e a cada manifestação de sua expressão.

Neste sentido, a riqueza da diversidade cultural e ecológica de Bezerros, inquestionável, torna-a um atrativo de grande dimensão em função dos apelos da mídia globalizada, que, por um lado, populariza-a mas tende a homogeneizá-la, por outro, favorecendo, ainda, uma possibilidade para o desenvolvimento sustentável do turismo. Desta feita, segundo Scace (*et al.*, 1992) *apud* Swarbrooke (2000c:65) o ecoturismo deve ser gerenciado com o objetivo de tornar-se “Uma experiência de viagem esclarecedora que contribua para a preservação do ecossistema, ao mesmo tempo respeitando a integridade da comunidade local”.

¹³⁶ Até 1997 esta área no pico da serra era apenas mato e pedras (parte da constituição geomorfológica). Toda a infra-estrutura existente lá nos dias de hoje fazem parte do plano de investimentos do município dentro do PNMT.

Segundo, Wight (*apud* Swarbrooke) estão identificados nove princípios que fundamentam o ecoturismo sustentável:

- não deve degradar os recursos e deve ser desenvolvido de forma completamente ambiental;
- deve possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;
- deve envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governo, organizações não-governamentais, indústrias e turistas (antes, durante e depois das viagens);
- deve incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos;
- deve implicar a aceitação dos recursos tais como são e reconhecer os seus limites, o que pressupõe uma administração voltada para o abastecimento;
- deve promover a compreensão e as parcerias entre os muitos dos envolvidos, e isso pode incluir o governo, organizações não-governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);
- deve promover responsabilidade e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos.

Cultura, educação, comportamento ético e moral, parcerias e reconhecimento de valores, estão contemplados nestes princípios. Não como facilidades, mas como elementos que devem ser duramente priorizados. Não podendo se deixar de lembrar que a vontade de todos os atores é um determinante do sucesso ou do fracasso nos investimentos e desenvolvimento destes atrativos (quando não ordenados, ainda, potenciais), e não cabendo neste processo ingenuidades e desorganização (Yázigi, 1999:9).

Ecoturismo e turismo cultural são segmentos que promovem atrativos que carecem de ações educativas nos mais diversos sentidos. Na perspectiva de sustentabilidade dos segmentos, Beni (2000:61) ressalta duas medidas de intervenção no turismo sustentável, através de medidas educativas:¹³⁷

¹³⁷ Estas duas de interesse dos dois segmentos aqui citados: ecoturismo e turismo cultural.

Educação Ambiental [e patrimonial]: fundamental para a conservação de áreas receptoras do turismo ecológico [e cultural], deve atingir a população residente como os turistas, a fim de preservar a atividade turística e garantir as oportunidades;

Capacitação Profissional: a preservação e utilização dos atrativos naturais [e culturais] para o turismo também dependem da formação de guias especializados para orientar e acompanhar a permanência dos turistas no espaço natural [e cultural]. [grifos da autora];

Diante destas perspectivas, tão simplistas, a educação ambiental e patrimonial, contidas na educação ambiental não seriam suficientemente amplas para atender às necessidades de se educar, num todo, para o turismo.

Os impactos e a possibilidade de vivência do ecoturismo e do turismo cultural sem o adequado planejamento e preparação do ambiente em que se realizarão enfraquece-os e corre os riscos de sofrer o que Holder (*apud* Ruschmann, 1997:95) chama de “teoria de autodestruição do turismo” que, na sua essência, quer dizer que o mesmo se desenvolve e sucumbe em quatro fases cíclicas:

1ª Fase – Um local distante e exótico oferece descanso, sossego e relaxamento, proporcionando refúgio para os ricos que lá vivem isolados da população local;

2ª Fase – Promoção turística – atrai pessoas de classe média que vêm muito mais para imitar os ricos do que em busca de descanso e de relaxamento; constroem-se mais hotéis e outras facilidades para atrair e acomodar os turistas; o local perde a característica de refúgio paradisíaco, transforma-se em uma série de conturbações, com as seguintes conseqüências: a população local transforma-se em empregada do turismo, abandona a agricultura e seu rendimento é maior do que o anteriormente auferido; os turistas ricos mudam para outros lugares; o aumento do número de turistas torna inevitável a interação com a população local, provocando uma série de conseqüências, geralmente negativas; o aumento de equipamentos e alojamentos levam ao excesso da oferta sobre a demanda, deteriorando o produto e o preço;

3ª Fase – Os equipamentos para o turismo de massa atraem pessoas de poder econômico e de padrões e comportamentos sociais mais baixos, conduzindo à degradação social do meio turístico;

4ª Fase – Quando a localidade perde sua atratividade e decai social e economicamente, os turistas “fogem”, deixando para trás de si equipamentos turísticos abandonados, [...] o local desordenado, e uma população residente que não conseguirá voltar ao modo de vida anterior.

Além deste, a sazonalidade e a má administração dos “picos” agravam a situação de abandono de alguns municípios, antes da derrocada completa. Desta lacuna, a de um plano abrangente e preciso de educação voltado ao turismo, vem o surgimento do que alguns autores chamam de educação turística ou educação para o turismo. Uma proposta educacional de abrangência macro, onde todos os sujeitos da sociedade possam estar sendo preparados para uma consciente atuação no setor de turismo, não interagindo de forma inconsciente, vítimas de manipulação e manobras políticas.

3.3. EDUCAÇÃO TURÍSTICA: INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA O RESGATE DA CIDADANIA?

Na medida em que os fluxos turísticos massificam-se e os espaços e as manifestações neles ocorridas sofrem alguns dos seus impactos, sofre impactos também um dos sustentáculos do turismo e da atividade turística: a busca por cultura¹³⁸, entretenimento e qualidade de vida. Uma possível consequência desta ameaça é que o turismo perde sua sustentabilidade, levando à derrocada negócios, empregos e qualidade de vida (quer do visitante, quer da comunidade local).

Considerar-se-ia, nesta altura, um pressuposto: o de que a educação é uma ferramenta imprescindível no combate à degradação ambiental e à devastação cultural, assim como aliada às ações para o desenvolvimento de estratégias para a reversão destes possíveis quadros, através da ação e mobilização colegiada e participativa.

Torna-se indiscutível a importância de se estudar o comportamento e movimentos dos atores do desenvolvimento do turismo no município, de forma individual e coletiva, ressaltando-se a busca de melhoria do chamado por Castilho (1999:166) “capital sócio-cultural”¹³⁹. Considerando-se que não apenas o “capital-

¹³⁸ Entendendo-se, aqui, cultura por manifestações populares das comunidades locais e qualidade de vida, muitas vezes alcançada em um espaço natural onde o meio ambiente torna-se pano de fundo de um lazer saudável longe do estresse e da poluição.

¹³⁹ Castilho (1999:166) diz que “Enquanto que o **capital material** refere-se ao montante monetário que os pobres possuem ou adquirirão no curso de sua vida e que investem neles mesmos com o objetivo de obter uma

material”, mas também o “capital sócio-cultural”, define as possibilidades de inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Os capítulos 25 e 36 da Agenda 21 enfatizam a importância da infância e da juventude, assim como a das promoções de ensino, conscientização e treinamento, em ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Norteiam também, as ações mundiais na luta pela sustentabilidade, sugerem uma reflexão sobre a sustentabilidade (e também a do turismo?) através da educação, tornando-a uma nova perspectiva de amortecimento dos impactos já tratados.

Impulsionando a escolha da temática da educação como importante meio de gestão de ambientes, inclusive o turístico, assim como a visão de que o investimento maior deve ocorrer na infância e na juventude, a Agenda 21 (1998:455) deixa esta questão clara, nas seguintes citações: A juventude representa cerca de 30 por cento da população mundial. A participação da juventude atual na tomada de decisões sobre o meio ambiente e desenvolvimento e na implementação de programas é decisiva para o sucesso em longo prazo da Agenda 21.

E ainda (Ibid., p. 533)

O Ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação de necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos.

Cabe salientar que há, no meio acadêmico, uma discussão sobre o sentido e a coerência etimológica do que se pretende ao utilizar a educação como instrumento de desenvolvimento de mudança de comportamento no turismo.

No caso deste estudo, o significado de educar condiz com a perspectiva de se formar um cidadão a partir da formação de sua personalidade. Daí, todos os demais princípios a serem apreendidos serão lastreados nesta personalidade formada. A

qualificação para exercer um trabalho (dinheiro para inscrição e frequência de um curso), o **capital sócio-cultural** refere-se ao conjunto dos conhecimentos e informações, bem como o da teia de redes de relações sociais

partir de então, o conhecimento a ser adquirido deve prepará-lo para lidar com os erros e as ilusões que possam vir adiante, evitando assim a cegueira do conhecimento.

É oportuno ressaltar, nesta altura, o que diz Morin (2000:19) quando trata dos saberes necessários à educação no futuro:

Todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão. A educação do futuro deve enfrentar o problema de dupla face do erro e da ilusão. O maior erro seria subestimar o problema do erro; a maior ilusão seria subestimar o problema da ilusão. O reconhecimento do erro e da ilusão é ainda mais difícil, porque o erro e a ilusão não se reconhecem, em absoluto como tais.

No mesmo sentido, Morin (ibid:13-18) ressalta os demais desafios que cabem, perfeitamente, na perspectiva de se educar um cidadão: os princípios do conhecimento pertinente, ensinar a condição humana, ensinar a identidade terrena, enfrentar as incertezas, ensinar a compreensão e desenvolver a ética do gênero humano.

Sim, os saberes são necessários a todos os seres e a todos os segmentos da economia (capitalista ou não). Apropriar-se dos princípios do conhecimento pertinente é acima de tudo estar antenado com as atualidades e suas emergências. E as emergências estão associadas à condição humana, as incertezas à necessidade de compreensão e à ética. Estes pressupostos da educação moderna vêm ao encontro das necessidades desta nova sociedade e de uma “educação voltada ao turismo”.

Expostos estes argumentos, e tendo como referência os pressupostos da educação e do desenvolvimento sustentável da atividade turística, uma abordagem a partir do estudo da importância e das possibilidades da gestão de ambientes turísticos, através de propostas educacionais, favorece e fortalece a construção dos ambientes turísticos.

e familiares acumuladas ao longo da história de vida de cada indivíduo”.

Não se quer, entretanto, impor às gerações a lógica massacrante do mercado que define, decide e determina os caminhos a serem seguidos pelos cidadãos. Neste sentido a educação será chamada à cena para garantir a cidadania em primeiro lugar. Pensar-se-á, sim, nas possibilidades e maneiras de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, mas acima de tudo deverá favorecer o aprendizado contra o predomínio do mercado na vida das pessoas (Demo, Ibid:21). Nesse sentido as oficinas e as diretrizes apontadas para a educação turística viabilizariam reflexões e ações desta natureza.

Cabe aqui lembrar que nos últimos dez anos os fenômenos das viagens e do turismo têm favorecido e fortalecido o crescimento econômico de vários municípios do Brasil, inclusive os pernambucanos. Quer sejam naturais ou culturais, religiosos ou econômicos, os municípios cadastrados no Roteiro de Informações Turísticas/RINTUR/2000 possuem algum atrativo que justificam demandas de pessoas para visitá-los. Entretanto, o mesmo turismo que traz o almejado desenvolvimento econômico e divisas financeiras, também é responsável por grandes impactos os quais se caracterizam por perda da cultura, devastação ambiental e desigualdades sociais, como já citados.

É perceptível a necessidade dos municípios turísticos de desenvolver e viabilizar a implementação de políticas de educação voltadas à atividade turística, que ao sensibilizar e favorecer a conscientização de suas populações, estimulem nelas a percepção de que é preciso preservar os seus atrativos e garantir o sustento das comunidades locais.

Neste sentido, alguns municípios brasileiros têm implantado programas de “conscientização”¹⁴⁰ para os moradores de cidades turísticas, baseados essencialmente na construção de uma matriz curricular que contemple uma “disciplina de turismo” nos seus currículos escolares. Esta implantação teria ocorrido a partir da interpretação equivocada de reflexões sobre “educação turística” que

¹⁴⁰ Um dos programas pioneiros e mais conhecidos é o TURISMO UM BOM NEGÓCIO PARA TODOS, realizado através de uma parceria entre o SENAC e a EMBRATUR. Este programa trata o turismo apenas como uma atividade econômica, panacéia na época atual e ainda prega-o como um bom negócio “para todos”. É voltado à iniciação escolar e aos novos empreendedores do setor turístico.

constam de alguns manuais de capacitação de agentes municipais para o desenvolvimento do turismo e dos manuais de municipalização do turismo.

No caso específico de Bezerras, a solução encontrada na primeira instância confronta-se com as idéias e necessidades de hoje, pois a educação para o turismo passou a ser tratada dentro dos muros da escola, restringindo assim as reflexões e possibilidades de mudança às professoras, bem como aos jovens e crianças em idade escolar.

Nestas circunstâncias, não são oportunizadas discussões sobre o turismo e suas conseqüências, boas e más, no âmbito da comunidade, tornando-se a mesma ignorante no entendimento do fenômeno e da atividade turística no seu município. As discussões ocorrem nas instâncias do poder público, contrariando o que lembra Swarbrooke (2000c:112),

Há um grande número de fatores que determinam se o resultado dos impactos socioculturais será positivo ou negativo num local específico, dentre eles: a força e a coerência da sociedade e da cultura locais; a natureza do turismo na localidade; o grau de desenvolvimento econômico e social da população local em relação aos turistas; as medidas tomadas, se for o caso, pelo setor público para administrar o turismo de modo a minimizar seus custos socioculturais.

Trava-se, então, uma batalha na qual, de um lado a escola super utiliza o turismo em suas atividades e, por outro, a população que não tem acesso à escola mas que, no entanto, necessita rever paradigmas relacionados ao turismo, e não tem em que se amparar na busca de conhecimentos, ficando alijada do processo de desenvolvimento local na sua complexidade.

Alijada das nevrálgicas discussões e detentora de poucos conhecimentos relativos ao turismo e ao incentivo e fortalecimento de atividades voltadas ao desenvolvimento do mesmo, não seria a população preterida de seu direito de opinar numa perspectiva de planejamento e gestão participativa do turismo e do meio ambiente? As conseqüências geradas seriam a omissão e a resistência?

De que forma, então, os atores do desenvolvimento do turismo – poder público, iniciativa privada e comunidade local – seriam, sistematicamente,

favorecidos com ações viabilizadas através de planos, programas ou projetos de educação turística numa perspectiva e educação comunitária?

Parte destes questionamentos a busca e identificação de ações voltadas à construção de um capital sócio-cultural que favoreça não apenas as crianças em idade escolar, mas a população como um todo.

Também não se defende aqui a concepção de educação voltada apenas ao ambiente, a defendida e chamada por muitos de “educação ambiental”. Até porque esta seria mais uma “educação para” como sugerem as propostas educacionais de educação sexual, educação para o trânsito e educação para a cidadania (Portuguez:2001:123). Na verdade, o que se pretende é rever os paradigmas educacionais e voltar as propostas para a preservação do indivíduo no ambiente no qual está inserido e para o qual deve voltar-se no sentido da preservação para o desenvolvimento sustentável.

O turismo é acima de tudo uma atividade consumidora de espaços, culturas, riquezas. A destruição destes espaços pressupõe a destruição dos meios de sobrevivência de algumas populações. Numa referência radical à questão da atividade turística como elemento de destruição do meio ambiente, lembramos a citação de Krippendorf (1975) sobre a massificação do Turismo como forma de destruição do meio, alegando que “o Turismo destruirá o Turismo”.

Não se pode deixar de lembrar que, se por um lado há uma tendência amparada pela legislação educacional¹⁴¹ que favorece ações voltadas para a educação do cidadão no sentido da convivência com os ambientes turísticos, tendo por consequência a sustentabilidade de regiões por meio destas ações, por outro, há também o ceticismo e o pessimismo dos estudiosos e interessados nas questões relativas ao turismo, à educação para o turismo e ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

Há, como ponte de ligação entre estes pólos, a possibilidade de reversão deste quadro conflitante, a partir da união das forças da educação e do conhecimento. Lembrando, neste sentido, o que diz Demo (ibid:16):

Ocorre que entre educação e conhecimento existe parceria necessária, insuficiente e controversa. *Necessária*, porque educação está sempre relacionada a saber pensar e à inovação, com base na capacidade de conhecer. *Insuficiente*, porque educação já não pode mais ser reduzida à cognição, tendo em vista as teorias da aprendizagem modernas e pós-modernas. E *controversa*, porque facilmente se ocultam os riscos do conhecimento, sobretudo quando ligado ao mero crescimento econômico ou à mera qualidade formal.

Poder-se-ia, então, transformar o conhecimento e a educação (quer seja referente ao turismo quer seja referente a todos os outros saberes necessários) em instrumentos para a mobilização social.

Ressaltando-se que não se trata de estabelecer “disciplinas de turismo”, mas da construção de planos, programas ou projetos – conforme sua amplitude – de Educação para o Turismo ou Educação Turística, numa perspectiva de enquadramento como temas transversais de ensino e contemplando a qualidade política¹⁴² da educação.

A urgência da construção de modelos ou parâmetros para educação em turismo se justifica na medida em que, a cada dia, o turismo avança as fronteiras das cidades, não garantindo por si só sua sustentabilidade. Segundo Rebelo (1999:89):

A educação das comunidades é uma necessidade, pois a cada ano, mais municípios brasileiros estão dependendo total ou parcialmente do turismo como fonte de renda. É uma alternativa de prevenção e superação dos impactos da atividade. Significa o reordenamento educativo das comunidades em função do dinamismo e inovação requerida pela demanda e potencial turístico existente.

¹⁴¹ É válido ressaltar que a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro (Lei nº 9.394, de 20/12/1996) favorece múltiplas atuações do processo educacional.

¹⁴² Demo (1997:18) diz que qualidade política significa a capacidade e competência do ser social de construir sua própria história, dentro das circunstâncias dadas. Liga-se fundamentalmente à questão dos conteúdos, dos fins da sociedade, passando sempre pela prática histórica concreta. Para atingir a prática, diz respeito à ideologia, porquanto não é possível acontecer fora do espaço histórico. A marca mais profunda e típica da história é a sua conotação política, no sentido de que revela a capacidade do ator social de não sucumbir às determinações objetivas e de potenciar as condições subjetivas. A ciência não aprecia esta conversa, porque arranha ostensivamente seu projeto formal, no horizonte da neutralidade axiológica. Entretanto, **qualidade política não exclui qualidade formal**, antes a supõe, como estruturação dada do pensamento humano.

No sentido de se estabelecer a forma como esta educação turística seria concebida e considerando que a mesma deve ser constituída do estudo de conteúdos, e não em disciplinas, é válido reforçar o que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN (1997:20) sobre o tratamento transversal de novos conteúdos, ou seja, “os conteúdos serem tratados de forma articulada com as diversas áreas do conhecimento”. Desta feita, a educação turística, poderia ser tratada como tema transversal, sem provocar grandes atropelos aos programas e matrizes curriculares.

Importante é lembrar que, através da educação turística, os indivíduos seriam levados a refletir sobre papéis sociais no processo de construção de sua cidadania. A mesma seria tratada em encontros de educação formal e informal, possibilitando aprendizagem de conceitos e participação em decisões. Como lembra Rebelo (1999:95),¹⁴³

- a educação formal tem a possibilidade de formar consciências turísticas, mão-de-obra para os serviços turísticos e especialistas, através da escola ou com apoio de outras instituições que colaboram nos cursos e níveis oficiais de ensino do país;
- a educação não formal tem possibilidade de qualificar o pessoal que presta serviços turísticos e de conscientizar os estratos da comunidade para com a atividade. É intencional, organizada, porém ofertada por outras instituições que não a escola, embora possa estar ligada a ela sem conferir grau de ensino oficial;
- a educação informal tem possibilidade de ser fonte educativa pela aprendizagem dos conceitos turísticos e atitudes corretas (pensamentos, sentimentos e ações), através da leitura, participação, observação, imitação do cotidiano, tanto como membro da comunidade receptora, quanto em situação vivencial de turista. [grifos da autora]

Nesta perspectiva, Bezerras tem buscado a garantia das três formas de educação para o turismo, citadas por Rebelo. A educação turística se desenvolve em Bezerras na rede escolar oficial numa perspectiva de educação formal, através

¹⁴³ Rebelo aqui citada como sendo uma precursora do estudo da educação turística no Brasil. O estudo da relação turismo x educação é recente e carece de referenciais científicos o que torna a referência das pesquisas desta autora de extrema relevância para a área de turismo. Desta feita é válido ressaltar que não se trata de conceituar classicamente tipos de educação mas classifica-las no contexto da educação para o turismo.

da discussão de temas relacionados com turismo, tais como empregabilidade, mercados de trabalho, inserção competitiva, entre outros, voltados aos jovens e adultos.

Esta dimensão ganhou um grande reforço quando da inauguração da Escola Técnica do Agreste/ETA, localizada nas margens da BR-232, km 103, distante 5km do centro da cidade, e que pretende transformar-se em um pólo educacional uma vez que atenderá às demandas de educação profissionalizante e técnica, de nível médio e pós-médio, de diversos municípios do entorno de Bezerros¹⁴⁴. Constitui-se em carros-chefe desta escola os cursos técnico-profissionalizantes nas áreas de Turismo e Hospitalidade, e Hotelaria e Alimentação.

Já para as crianças, precisamente as que estão no ensino fundamental, o programa de iniciação escolar para o turismo¹⁴⁵ intitulado “Embarque Nessa – turismo, patrimônio e cidadania”, encontra-se numa fase interessante de re-implantação¹⁴⁶.

No que se refere à educação não-formal é extremamente pontual a participação do município em programas de instituições como SENAC, Serviço Social do Comércio/SESC, SENAI, SESI, SEBRAE, Banco do Nordeste, além das Universidades Federal e Federal Rural de Pernambuco e a Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP.

Por sua vez, na perspectiva da educação informal, as oficinas do PNMT, como também as vivências relacionais dos cidadãos com excursões e visitantes, constituem-se numa grande sala de aulas sem paredes.

Tendo como ponto de interseção as bases e os fundamentos da pedagogia, assim como os conceitos e teorias do turismo, percebem-se afinidades e pontos em

¹⁴⁴ A ETA tem por objetivo atender os municípios de Cortês, Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Félix, Cumaru, Caruaru, Gravatá, Riacho das Almas, Sairé e São Joaquim do Monte;

¹⁴⁵ O Embarque Nessa é o programa de iniciação escolar concebido pela EMBRATUR e que visa a conscientização de crianças em idade escolar para o turismo.

¹⁴⁶ Trata-se de uma re-implantação do programa uma vez que em 1999, através da atuação de quatro alunos da Universidade Federal de Pernambuco, que se propuseram a transformar seu Trabalho de Conclusão de Curso numa experiência prática e real, o referido programa foi implantado em Bezerros sob a orientação desta autora. Na época foram atendidos e capacitados supervisores de ensino e professores, além de quinze adolescentes engajados no já existente projeto de “condutores mirins de turismo”, culminando com a realização de uma oficina interdisciplinar intitulada “São João na Terra dos Papangus”.

comum no estudo da Educação Turística, tendo em vista as possibilidades de intervenção de profissionais da área de educação na área de turismo e vice-versa. Desta feita o engajamento de profissionais de áreas distintas apenas contribuirá com a construção de idéias, princípios e diretrizes a serem seguidas pelos atores da comunidade.

A educação turística não é de todo uma utopia para a comunidade bezerrense. De forma sutil, mas significativa, o município tem caminhado no sentido dela. Além disto, os principais argumentos para a inserção/otimização de uma proposta de educação turística, ressaltando-se estas três esferas da educação, relacionam-se, ainda, segundo Rebelo (1999:90), com:

Autonomia municipal, uma vez que compete aos municípios através da Lei Orgânica, legislar, segundo o Art. 30 da nova Constituição, sobre os assuntos de interesse local, como turismo em municípios de vocação e desenvolvimento turístico; Municipalização do turismo, que a través do PNMT, quer desencadear um processo de mobilização e envolvimento dos setores, também da educação, para aproveitar as potencialidades turísticas para um desenvolvimento sustentável no Brasil; Problematização da educação turística, na medida em que a necessidade de educação da comunidade para o turismo fica mais evidenciada no período sazonal da atividade. Chega a ser senso comum trabalhar 3 meses para viver o resto ano. As conseqüências são a exploração, marginalização, prostituição, invasão, privação de liberdade, rejeição, imperialismo, subserviência e transladação cultural; e, os Enfoques da educação turística, considerando-se que as manifestações na literatura, sobre educação turística, permitem perceber três tendências de enfoque: a educação para o turismo, o turismo como atividade educativa e sua integração como benefício a setores da sociedade.¹⁴⁷

Considerando-se os elementos acima expostos, foi possível a confirmação das hipóteses construídas, quer sejam: o município de Bezerros já desenvolve de

¹⁴⁷ Segundo Rebelo (1999:93) a preocupação da educação para o turismo é importante alternativa de preservação e superação dos impactos da atividade. Ela se destina aos *estratos da população a serem educados*, tais como turistas (Krippendorf, 1989, OMT, 1994), comunidade receptora (Castelli, 1990, Spinelli e Cobo, 1991, OMT, 1994), *trade* turístico (Spinelli e Cobo, 1991, OMT, 1994), governantes (ibidem), escolares (Spinelli e Cobo, 1991, EMBRATUR, 1993), professores (OMT et al, 1995), profissionais (Ansarah, 1995); ao *sistema educativo turístico* (Campos, 1992, Sessa, 1995, Barret, 1995) e a *aspectos da educação turística*, tal como a educação ambiental (Pellegrini Filho, 1993, Ruschmann, 1994, OMT, 1994, Paiva, 1995); o turismo como atividade educativa antes mesmo de ser concebido na escola com esse nome já era tido como procedimento de ensino

forma assistemática ações e atividades voltadas à educação turística; parte da população local não possui conhecimentos necessários à um posicionamento consciente e crítico em relação à atividade turística, favorecendo a divisão da mesma em dois grandes grupos: os que aprovam e os que não aprovam o desenvolvimento do turismo no município e os que atuam diretamente e os que estão à margem da atividade turística no município; a municipalidade favorece o planejamento participativo, no entanto não estimula a gestão participativa do turismo e do meio ambiente, na medida em que não socializa com toda a comunidade, as reflexões e decisões produto das capacitações do programa de municipalização; as manifestações não sistematizadas de educação turística não atingem diretamente os principais atores: o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local e, por fim, o poder público local não dispõe de elementos ou indicadores de avaliação dos efeitos da educação turística no município.

A partir daqui, pode-se precipitar uma primeira conclusão, lembrando Ribeiro (1998:113) para quem a “educação se faz por meio da rede escolar, dos meios de comunicação de massa, das atividades sócio-culturais que se desenvolvem no dia-a-dia, e é instrumento fundamental para se alcançar melhor qualidade de vida urbana e consciência de cidadania”. A educação se faz na vivência diária e nas pequenas e rotineiras contemplações possíveis do nascer ao pôr do sol.

O processo educacional se faz a partir das representações sociais que o mesmo enseja e das múltiplas visões que se pode ter dele. A educação turística se faz através de seus atores-chave conscientes de seus papéis na condução da mobilização social para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Nesta perspectiva, vislumbra-se a problemática a ser investigada no município de Bezerras: como isso se deu no município? Há esta consciência em todos os seus sujeitos envolvidos no desenvolvimento do turismo? Estes sujeitos estão participando efetivamente deste processo? A escola/educação está beneficiando a sociedade ou os negócios de interesse turístico ou mesmo a legitimação dos poderes instituídos?

através da excursão e educação como benefício a outros setores da sociedade é relativa aos setores que estão se beneficiando da integração das duas disciplinas.

A educação turística está sendo efetivamente um instrumento de mobilização social para o resgate da cidadania?

O município de Bezerros iniciou a implantação do programa de educação turística intitulado Turismo, Patrimônio e Cidadania: EMBARQUE NESSA de forma discreta, mas pontual. Paulatinamente o processo educacional que tem por objetivo a sensibilização de crianças, adolescentes, jovens e adultos, para a importância do turismo não só como atividade econômica, mas também como uma possibilidade de resgatar a cidadania e favorecer a melhoria e manutenção da qualidade de vida da população, tem se desenvolvido e deixado suas marcas.

A avaliação contínua do programa¹⁴⁸ viabiliza seu processo de ampliação e retroalimentação, gerando novas formas de atuação.

¹⁴⁸ Em setembro de 2002 foi realizada em Bezerros realizou a II Mostra Pedagógica de Turismo com o objetivo de apresentar à população os resultados de um ano de trabalho da educação turística no município. A mostra é apresentada no *Vídeo Tape* em VHS parte integrante desta dissertação.

|

|

4. A CIDADE, O CIDADÃO E A CIDADANIA, NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS COM A EDUCAÇÃO TURÍSTICA

4.1. UMA BREVE ANTECIPAÇÃO METODOLÓGICA

A escolha dos procedimentos metodológicos para a realização deste estudo constituiu-se numa das mais difíceis e sofridas tarefas. Havia dois caminhos a serem seguidos; ambos de relevância para a ciência, mas distintos em seus métodos e técnicas.

A opção pela pesquisa com enfoque qualitativo deve-se a motivações especiais: em primeiro lugar por tratar-se de uma possibilidade de capturar a essência das informações fornecidas pelos pesquisandos e não apenas dados estatísticos; em segundo, pela formação da autora que, além de Turismóloga é Pedagoga, o que naturalmente a incitava ao aprofundamento da qualidade e não da quantidade de dados e referências; em terceiro e último lugar, pela influência das leituras e observações de textos e artigos do próprio orientador que, sendo geógrafo, optou pela investigação da essência do processo de produção do esforço pelo turismo.

Estas motivações foram alicerçadas em Triviños (1987/117) que afirma que as posições qualitativas baseiam-se especialmente na fenomenologia e no marxismo, enfatizando o enfoque crítico-participativo com visão histórico-estrutural. Assim, a mesma opção constitui-se numa proposta:

Dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade para transforma-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (Marx, Engels, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm, Harbemas, etc).

Além disso, as características da pesquisa qualitativa fortaleceram a decisão de escolha do método por suas particularidades¹⁴⁹. Estes fatores não só influenciaram, a autora, como consolidaram os caminhos e diretrizes a serem adotados, no futuro acadêmico, no campo da pesquisa em turismo.

A partir da definição deste modelo metodológico a ser adotado, a busca de referenciais teóricos naturalmente encaminhou-se para Augusto N. S. Triviños¹⁵⁰ e Maria Cecília de Souza Minayo¹⁵¹, esta alicerçada na obra de Laurence Bardin¹⁵², a qual também nos serviu de base teórico-metodológica. Além destes, Cláudio Castilho também forneceu subsídios para a construção da base teórica deste estudo.

Como instrumento de coleta de dados, foi determinada a entrevista semi-estruturada. Sobre entrevistas semi-estruturadas Minayo (1999:107) nos diz que são aquelas que combinam perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições pré-fixadas pelo pesquisador. Além da entrevista semi-estruturada a observação direta constituiu-se num segundo instrumento de coleta de dados.

Os dados aqui coletados e os sujeitos envolvidos estão espacial e temporalmente situados no “Programa Municipal de Qualificação Profissional”

¹⁴⁹ Segundo Bogdan (*apud* Triviños, 1987:128) a pesquisa qualitativa: 1º, Tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. [...] ressaltam a importância do ambiente na configuração da personalidade, problemas e situações de existência do sujeito; 2º, É descritiva. [...] a descrição dos fenômenos está impregnada de significados que o ambiente lhe outorga e como são produtos de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto; 3º, Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; [...] A investigação histórico-estrutural aprecia o desenvolvimento do fenômeno não só em sua visão atual que marca apenas o início da análise, como também penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico; 4º, Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; [...] Na pesquisa qualitativa com raízes no materialismo dialético [...] o fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência. Ele é real, concreto e, como tal, é estudado. Isto significa enfocá-lo indutivamente. Porém, ao mesmo tempo, ao descobrir sua aparência e essência, está-se avaliando um suporte teórico que atua dedutivamente, que só alcança a validade à luz da prática social; e, 5º, O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa. [...] A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialética, não ficou só na compreensão dos significados que surgiam de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simplista, superficial, estética.

¹⁵⁰ Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação, Ed. Atlas, 1987, SP.

¹⁵¹ O Desafio do Conhecimento, Ed. HUCITEC/ABRASCO, 6ª edição, 1999, RJ.

¹⁵² Análise de Conteúdo, Edições 70, 1977, Lisboa, Portugal.

executado, durante o ano de 2001, sob a coordenação do Diretor de Indústria e Comércio do município o Sr. Antônio de Brito Teixeira.

Os programas constantes do quadro a seguir foram viabilizados através de parcerias com o SEBRAE/Brasil Empreendedor, UFPE/Núcleo de Hotelaria e Turismo, EMBRAPA, SENAR, SENAI, Força Sindical, FCDL/Recife, CEDECOM/Pesqueira e ICT/Instituto Cultural do Trabalho. Os mesmos ocorreram nos seguintes pólos de educação do município:

- Estação da Cultura
- CEMAIC/Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente de Bezerros
- Escola de Música PapanMúsica
- Espaço Cultural Papangu
- Pólo Cultural da Serra Negra
- Pastoral da Criança de Bezerros
- Centro de Convivência dos Idosos

A partir do ano corrente, mais três espaços estarão hospedando cursos de qualificação no município:

- Escola Técnica do Agreste/BR-232
- Centro Regional de Artesanato/BR-232
- Condomínio de Cursos/FAT/SEPLANDS

É válido ressaltar que, além destes espaços e programas, está em pleno funcionamento no município, desde 1999, o projeto **EMBARQUE NESSA/Turismo, Patrimônio e Cidadania**, da EMBRATUR, que funciona, de forma itinerante, nas escolas definidas pela secretaria de educação do município e tem por objetivo principal a iniciação escolar para o turismo.

Em Bezerros, o projeto está vinculado à matriz educacional do município, o que tem gerado muitas controvérsias entre os estudiosos da educação turística, uma vez que o estudo do turismo pressupõe, acima de tudo, ações transdisciplinares.

O projeto de Iniciação Escolar para o Turismo, no Município de Bezerros – Pernambuco, tinha o seguinte formato original: Objetivos: Implantar o Projeto de Iniciação Escolar: Turismo, Patrimônio e Cidadania – EMBARQUE NESSA, nas Escolas de Ensino Fundamental do Município de Bezerros viabilizando: Favorecer reflexões que levem à conscientização sobre a importância sócio-econômica do turismo, enfatizando os benefícios para a comunidade, para os empresários e para o poder público local; Sensibilizar para a valorização e proteção do patrimônio natural e cultural de nosso país e conseqüentemente de nossas cidades; Incentivar o respeito ao turismo e ao turista; Mostrar aos jovens que o turismo é uma atividade geradora de grande diversidade de trabalho, motivando-os a pensar a opção por profissões ou atividades do setor; Preparar os estudantes para serem agentes multiplicadores do turismo na comunidade; Maximizar o Projeto de Condutores Mirins já existente no Município, tornando-o instrumento para o desenvolvimento do Turismo Pedagógico, elemento imprescindível para a continuidade e redimensionamento do projeto piloto de implantação. Metodologia: Para concretizarmos os objetivos aqui propostos adotamos uma metodologia participativa, efetivada através de oficinas objetivando a socialização de questionamentos e a busca de soluções para o desenvolvimento da educação para o turismo, numa perspectiva dialética (teórico-prática) e subsidiada por dados concernentes à realidade local.

Além do EMBARQUE NESSA o município é privilegiado por um programa sólido de qualificação profissional administrado pela Diretoria de Indústria e Comércio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Bezerros.

O programa está em funcionamento desde o ano 2000, mas apenas os dados inerentes à população atendida no ano de 2001 nos cursos de Turismo e Hotelaria são objeto deste estudo, conforme o quadro a seguir:

Tabela nº 07: Cursos Realizados em Bezerros no ano de 2001

Curso Realizado	Nº de Pessoas Atendidas
Recepcionista de Hotel	88
Camareira	20
Cozinheira	20
Espanhol Básico	50
Inglês Básico	48
Gestão de Pequenos Negócios de Artesanato	15
Gestão de Pequenos Negócios de Serviços de Alimentação	40
Marketing Turístico	20
Aperfeiçoamento para Gerentes de Hotéis	30
Cerimonial de Eventos	20
Ecoturismo	10
Garçom Básico	40
Gestão de Pequenos Hotéis e Pousadas	40
Turismo Rural	20
Gestão Ambiental	10
Associativismo	10
Hidroponia	40
Cultura do Algodão	40
Gerenciamento de Pequenos Negócios	400
Corte e Costura	40
Artesanato na Palha da Banana	30
Injeção Eletrônica	78
Informática Básica	400
Informática Gráfica	180
Informática Avançada	400
Legislação e Prática Trabalhista Previdenciária	25
Total de Pessoas Atendidas	2.114

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Bezerros, 2001

Do total de 2.114 pessoas atendidas pelo programa no município, 471 participaram de 15 cursos para a área de turismo (direta ou indiretamente). Destes 471 sujeitos envolvidos em cursos de qualificação para a área de turismo foi determinada uma amostra aleatória de 30 sujeitos representantes da comunidade local.

No que se refere à escolha dos sujeitos envolvidos e a fixação da amostra desta escolha, Triviños (1987:132) ressalta que:

A pesquisa qualitativa pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior de sujeitos envolvidos que participarão do estudo. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o

esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas, etc.), o tamanho da amostra.

Diante disto, e considerando-se a tríade do desenvolvimento do turismo sustentável, conforme Swarbrooke (explicitada no capítulo 03), foram escolhidos representantes do poder público, do empresariado e da comunidade local.

Do poder público foram selecionados 06 sujeitos, sendo: 02 da Secretaria de Saúde (o secretário e uma diretora da vigilância sanitária), 02 da Secretaria de Educação (a secretária e uma diretora do ensino fundamental) e 02 da Secretaria de Turismo (a secretária e o diretor de indústria e comércio).

Além destes, diversos outros sujeitos contribuíram com o estudo, entre eles o próprio prefeito do município, através de entrevistas, prestação de informações e colocando à disposição da autora documentos que favoreceram a construção deste estudo.

Do empresariado local, foram escolhidos 03 empreendedores no setor de turismo, todos proprietários: do Hotel Brisa da Serra, do Restaurante Erivaldo da Carne de Sol e da Panificação Laisbolos.

Da representação da comunidade local, foram selecionados aleatoriamente, 30 sujeitos dentro do grupo de pessoas capacitadas no ano de 2001, conforme a Tabela nº 07 sendo 10 empregados na hotelaria, 10 empregados em restaurantes e 10 empregados em transportes e entretenimento. Não se constituiu em objeto deste estudo todo o universo de treinandos atendidos em capacitações e cursos do município por uma série de fatores dos quais se destacam:

- A abordagem do estudo é eminentemente qualitativa. Desta feita o número de sujeitos seria grande demais para que se pudesse aprofundar a análise do conteúdo de suas falas.
- O tempo determinado para a realização dos trabalhos de campo, durante os estudos de mestrado, não nos permitiria uma análise que demandasse um período de tempo maior;

- Uma abordagem quantitativa apresentar-se-ia como objeto de estudos futuros, uma vez que o município desconhece a dimensão da empregabilidade que tais cursos e capacitações têm oferecido aos cidadãos.

No entanto, algumas condições mínimas foram estabelecidas para o delineamento do processo de escolha dos informantes. Segundo Spradley (*apud* Triviños, 1987:144), esses requisitos poderiam ser os seguintes, tomando como base geral o pensamento do autor citado:

- a) Antigüidade na comunidade e envolvimento, desde o começo, no fenômeno que se quer estudar;
- b) Conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que têm envolvido o foco em análise;
- c) Disponibilidade adequada de tempo para participar do desenrolar das entrevistas e encontros;
- d) Capacidade para expressar especialmente o essencial do fenômeno e o detalhe vital que enriquece a compreensão do mesmo.

Em quase sua totalidade, os requisitos acima foram atendidos pelos sujeitos escolhidos. Apenas a prefalada exiguidade de tempo exigiu esforços maiores tanto do pesquisador como dos pesquisados, uma vez que as visitas ao município, embora previamente marcadas e agendadas, ocorriam durante a semana e conseqüentemente, no decorrer das atividades corriqueiras dos mesmos. Isto, no entanto, não se constituiu em impedimento ou comprometimento das entrevistas realizadas. As representações do turismo para os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do turismo em Bezerros tornaram-se, então, claras.

4.2. AS REPRESENTAÇÕES DO TURISMO PARA ALGUNS DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Foram considerados, para a construção deste capítulo, dois conceitos em especial. O primeiro, o de representações sociais estabelecido por Castilho (2001a:48), dada a sua relação direta com o universo das representações que o turismo e a atividade turística ensejam:

[...] as representações sociais referem-se ao conhecimento específico, às imagens, às idéias e aos valores produzidos pelos homens na sua vida social, permitindo-lhes comunicar-se entre si e com o seu mundo, reinterpretando o espaço cotidiano atual e a partir do qual vivem e lutam por uma outra condição de vida.

A reinterpretação do espaço cotidiano, no município de Bezerros, vem modificando a vida do cidadão comum, quer seja através da reordenação física da infra-estrutura da cidade, com a conseqüente geração de emprego e renda, quer seja na construção de uma cidadania maior, consolidada nas ações voltadas à educação da população. Neste sentido, as representações do turismo em Bezerros estão alicerçadas numa possibilidade de mudança da condição de vida.

O segundo conceito, o de mobilização social, estabelecido por Toro, que como já visto no capítulo 3, diz que mobilizar é convocar voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados.

Este estudo buscou identificar as representações sociais do turismo e da mobilização social, na comunidade bezerrense envolvida diretamente com a atividade turística, como uma forma de se resgatar a cidadania. O instrumento de resgate estudado foi a educação turística em grande expansão no município e que vem transformando a vida de ex-agricultores, ex-feirantes, ex-desempregados em elementos ativos da cadeia produtiva do turismo, na medida em que os mesmos integram-se a programas de qualificação e após a realização de cursos de qualificação, encontram emprego e renda na atividade turística.

As categorias de análise estabelecidas foram **IMPORTÂNCIA, ENVOLVIMENTO, RESULTADOS e EXPECTATIVAS**, surgidas sem o prévio estabelecimento das mesmas mas fruto de classificação analógica e progressiva dos elementos (Bardin, 1977:119).

Neste sentido, é válido considerar a importância do surgimento natural destas quatro categorias. No que diz respeito à importância, o turismo de fato, vem modificando o cenário sócio-econômico de algumas comunidades. Estas modificações também podem ser físicas, com a melhoria da infra-estrutura, que não só atenderá à comunidade mas ao turista e ao turismo.

Quanto ao envolvimento, há uma contínua mobilização neste sentido. Muitos estão e sentem-se envolvidos com os demais segmentos da sociedade, no desenvolvimento do turismo, embora nem sempre eles tenham conhecimento da atuação dos outros e, ainda, porque o turismo é visto como uma forma de re-legitimação das classes dominantes.

No que diz respeito aos resultados obtidos em sua totalidade são considerados positivos e concretizados através da possibilidade de “ter” e “poder” gerado pelo emprego e pela renda. Entretanto, estes resultados apresentam-se de “formas” diferenciadas: para o poder público ocorre através da legitimação do poder político; para o empresariado através do lucro obtido com o turismo e os turistas e para a comunidade local através do trabalho ou da renda.

Finalmente, as expectativas são as de manutenção do *status quo* alcançado, o crescimento profissional através da qualificação e a possibilidade de legado aos filhos, de uma herança positiva quanto a usufruída nos dias de hoje.

Além de ser o discurso predominante, a dimensão de importância do turismo estabelece sentimentos tão profundos que o mesmo passa a ser visto e tratado como uma entidade ou um ser capaz de solucionar todos os problemas da comunidade. Impressionante é a unanimidade da população, nos três segmentos envolvidos, em dizer que o turismo foi a melhor coisa que aconteceu a Bezerros e que se constitui em sua atividade mais importante, ainda que seja sazonal.

Por sua vez, a organização da sociedade, no sentido das ações de planejamento do turismo, se dá a partir das ações conjuntas oriundas das decisões

da tríade do desenvolvimento sustentável do turismo: poder público, empresariado e comunidade local. Há um clima de simpatia e boa vontade em relação ao turista e ao atendimento das necessidades do mesmo, e considerando-se a simpatia e a boa vontade cabe lembrar Yázigi (1999:08) quando alerta que a simpatia não substitui a organização do espaço turístico. Espaço este visto como a relação entre os sistemas dos objetos e os sistemas das ações (Santos, 1996:81). Estas relações estabelecem o nível de envolvimento e percepção do envolvimento de cada um dos cidadãos.

É nesta perspectiva que a percepção do nível de envolvimento apresenta-se em todas as suas dimensões. Para Wettstein (1992:206):

Os movimentos sociais têm interessado a massas da população usualmente alheias às lutas coletivas. Ao mobilizá-las, cumprem um papel de grande importância, a ponto de levar-nos a afirmar que, no presente momento, propiciam os mecanismos mais efetivos de afirmação da sociedade civil.

Neste sentido, quando questionados sobre a quem pertencia a responsabilidade pelo desenvolvimento do turismo em Bezerras, responderam os entrevistados:

Para I.B.N., (Representante do Poder Público),

O povo. A consciência do povo, porque quem faz o turismo não é o prefeito, não são as escolas como muitos pensam, a responsabilidade está na escola, na prefeitura, está num conjunto. Não basta só o querer público ou o querer político para que o turismo aconteça, tem que existir o interesse da população.

Para J.P.M., (Representante do Empresariado),

É a população toda em geral. E principalmente o governo da cidade.

Para W.G.A.S., (Representante da Comunidade),

Em primeiro plano, o prefeito. Agora, só que o prefeito para isso precisa de um empurrãozinho do secretário de turismo e de alguns líderes. Líderes da comunidade, chefes de bairros, que poderiam chegar lá e dizer 'Dr. Samuel [o prefeito], a gente quer isso, isso e isso. Quer uma aula por semana de hotelaria; quer uma aula por semana de como atender bem o turista; quer uma aula por semana de língua estrangeira pra saber atender um estrangeiro aqui'. [destaque nosso].

Estes posicionamentos devem-se ao processo de conscientização da comunidade, parte integrante do programa de municipalização. Os sujeitos envolvidos no processo têm a clareza da importância da população como um todo na tomada de decisões e organização do turismo. Os que não acompanharam a implantação do programa, ou os que não fazem parte de associações de classe que se fizeram presentes nas discussões estão alheios a esta representação, como é o caso de

J.M.M., (Representante da Comunidade), que disse:

Eu acho que primeiramente o prefeito, e segundo os secretários.

Diante destas percepções estabelecidas, a mobilização social constitui-se, segundo Toro (1995), de **imaginário**, **reeditor**, **produtor social** e **acordo**. Estes quatro ícones manifestam-se em Bezerros através do 'desejo de tornar Bezerros uma grande cidade turística oportunizando o desenvolvimento local', a 'atuação dos sujeitos envolvidos da população comum', 'atuação do poder público local (em especial a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo) e 'trabalhar em conjunto no sentido da educação da população'.

Para o autor, mobilizar é somar singularidades. Toda mobilização envolve pessoas concretas e instituições concretas, mas busca construir, de alguma forma, uma globalidade ou uma universalidade. Mobilizar significa ter uma percepção em algum sentido universal das coisas singulares. De fato, há um sentido universal voltado ao desenvolvimento do turismo em Bezerros.

Segundo Toro (1995:28) a construção do imaginário constitui-se no primeiro passo da mobilização social:

Criação ou formulação de um *imaginário*. Este é o problema da paixão [...]. A forma como a paixão se mobiliza não é através da lógica, mas sim através de imagens e representações.¹⁵³ [...] uma sociedade que consegue entender e formular o que tem a fazer, inicia sua ação pelo primeiro passo que é a transformação das metas em um *imaginário*. Assim, quando uma sociedade é capaz de entender um objetivo como comum, prioritário para o conjunto dos atores que a formam, converte-o em *imaginário*. Ou, se raciocinarmos em sentido oposto, quando o *imaginário* – que pertence à esfera das expectativas, da esperança coletiva de uma sociedade – é proposto, esse imaginário consegue mover essa sociedade.

Desta feita, as representações do turismo para os três sujeitos abaixo consolidam a certeza de que há uma paulatina construção de imaginários.

Para R.M.S.M., (Representante do Poder Público),

O turismo aconteceu primeiro como um sonho. Hoje é uma realidade, uma realidade que precisa se firmar. Que nós vamos dizer que temos 10% do que nós sonhamos para o nosso município. Mas são 10% que estão sedimentados. Que seja qual for o governante, ele vai ter que dar prioridade a essa pauta, porque na verdade o turismo está, hoje, na cabeça de cada bezerrense.

Esses bezerrenses vão, portanto, calcar-se no turismo para orientar-se, pensar e tomar atitudes na sua existência.

E.J.S., (Representante do Empresariado), diz que

¹⁵³ Toro (1995:29) diz que “Os políticos, nesse aspecto, têm sido muito espertos. Seguem uma velha tradição. Sempre digo que o melhor agente de toda história foi Moisés: ‘eu os levarei a uma terra que emana leite e mel’ (Êxodo 3:17). Isto é perfeito. Sigamos o raciocínio de Moisés. Ele foi formado na Harvard de então – com o intuito de tornar-se faraó – o Templo dos Sacerdotes de Amós, um lugar do mais elevado espírito, conhecimento e sofisticação da época. Descobre-se, em determinado momento, que Moisés não é egípcio, mas que pertence a um povo distinto, que depois seria chamado de Judeu. Moisés já tinha dados suficientes, capacidade de análise e estratégia bastantes para saber que teria de remover seu povo do Egito, caso quisesse, com um grupo de escravos, fundar uma nova nação. Não podia explicar-lhes como seriam os problemas da travessia do deserto, como seria o

O Turismo é coisa mais importante do mundo. É a coisa mais importante para o meu município porque é no turismo que a gente tem trabalho, que a gente tem dignidade, que a gente tem renda, que a gente consegue levar o nome de Bezerros até para o exterior [...] então o turismo é a força de expressão do desenvolvimento do mundo inteiro, principalmente de minha cidade que acolheu o turismo com carinho [...] e vem ganhando com isso.

Já para R.N.P., (Representante da Comunidade),

Hoje o turismo representa para mim o desenvolvimento da cidade e o meu desenvolvimento.

Nesta perspectiva, lembramos Castilho (2001b:14), que diz que

A difusão da idéia e da imagem do turismo como atividade promotora do desenvolvimento urbano engendra representações do turismo como uma atividade que cria e que mexe com a estrutura dos empregos e das ocupações – permanentes ou temporárias – no conjunto da economia urbana local, graças à flexibilidade dessas ocupações seja no domínio da sua organização funcional, seja naquele do engajamento de trabalhadores, e tudo isso associado ao próprio potencial da cidade para a expansão do setor de turismo.

Num contexto social em que a falta de ocupação desestrutura famílias e comunidades, gerando a pobreza e o desemprego, este imaginário representa tranqüilidade, possibilidades e esperança. O turismo é visto e imaginado como um ideal a ser alcançado em função das benesses que produz. Apenas J.R.L (Representante do poder Público) ressaltou um aspecto negativo do turismo, não descartando, no entanto, o lado positivo do mesmo.

Uma parte negativa do turismo é a questão da invasão... da invasão local. Se você não tiver um controle, se você não dinamizar isso, no sentido de você ter uma superlotação... no caso do Carnaval, aqui, a gente já está sentindo que tem uma superlotação.

problema das lutas internas no deserto. Simplesmente oferece-lhes um imaginário: 'eu os levarei a uma terra que emana leite e mel'. E assim se constituiu a grande nação do povo de Israel".

O segundo passo é a identificação de reeditores. Para uma melhor compreensão do que sejam os reeditores, retomamos Toro (1995:33) que diz:

A mobilização social, para que seja factível e de fácil condução, se faz através de **reeditores**. [...] 1) trata-se de uma pessoa que tem público próprio – descrição sociológica; 2) é uma pessoa que pode negar, transmitir, introduzir e criar sentidos – descrição semiológica ou cultural; e 3) o *reeditor* é alguém capaz de modificar as formas de pensar, sentir e atuar de seu *entourage* – capacidade pedagógica, falando em termos de pessoas, ou sua capacidade de Paidéia¹⁵⁴, falando em termos de sociedade.

Em Bezerros, estes reeditores encontram-se em todas as esferas de todos os segmentos sociais. Exemplo disto é a participação pontual e efetiva dos mesmos no processo de construção das diretrizes e estratégias a serem seguidas após a realização da 1ª Oficina do PNMT, que teve como sujeitos ativos e participativos os representantes de associações de moradores e de classes, representantes do comércio local, imprensa, instituições de ensino, Polícia Militar, representantes de hospitais, empresários de hotelaria, lazer, alimentação e transporte (Mototaxistas), além de diversos artistas locais. Estes se constituem em monitores e multiplicadores do programa de municipalização do turismo em Bezerros, seus reeditores.

Para os citados sujeitos, estes reeditores são as pessoas envolvidas diretamente com o desenvolvimento do turismo em Bezerros: o prefeito, os secretários, mas também os empresários e a comunidade (o povo). No entanto é importante ressaltar que a implantação do PNMT, como o divisor de águas e marco referencial da entrada de Bezerros no turismo, está no imaginário de apenas os representantes do poder público local e dos empresários. A comunidade, embora participante do processo, não percebe o PNMT como o marco da entrada de Bezerros no turismo.

¹⁵⁴ Segundo Toro (1995:33) “A palavra paidéia, inventada pelos gregos, expressa justamente os atos educativos e pedagógicos que são exercidos sobre toda a sociedade. Quando um ditador toma o poder e manda fuzilar 14 pessoas importantes, está realizando um ato de paidéia: está dizendo a todos como têm que se comportar frente a ele”.

Para M.J.G.P., (Representante do poder Público), quando questionado sobre a existência de algum marco relativo à entrada de Bezerras na atividade turística, disse:

O turismo, ele começou a ser mais enfatizado, ele adquiriu estrutura depois da implantação do PNMT[...] faltava justamente um programa nacional de municipalização do turismo. Faltava essa idéia da gente reunir esses segmentos, discutir a proposta, pra dali a gente ter encaminhamentos que fossem voltados para o desenvolvimento do turismo.

O terceiro elemento a que Toro (1995:34) se refere é o produtor social. Segundo o autor:

[...] **produtor social**: trata-se de uma pessoa ou uma instituição com capacidade legítima, técnica e econômica de fazer uma proposta [...] à comunidade. O *produtor social* tem a característica de um produtor: ele tem a idéia, organiza as equipes técnicas, organiza as finanças, seleciona os atores. No caso da mobilização social, o *produtor social* pode fazer isso, mas deve fazer outras coisas também. De alguma forma, deve interpretar a intenção de sentidos que se quer imprimir a um imaginário específico.

Estes produtores são representados pelo poder público presente nas oficinas e são responsáveis pela dinamização do trabalho dos reeditores. Embora a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo seja o principal dos produtores sociais, neste caso específico a mesma conta ainda com a atuação das Secretarias de Obras, Agricultura e Meio Ambiente, Serviço Social e Cidadania, Educação e Saúde.

O quarto, e último, elemento é o acordo estabelecido entre as partes, mais precisamente entre os produtores sociais que, voltados a um único objetivo, qualquer que seja, otimizam os resultados e minimizam os esforços e recursos demandados. Segundo Toro (1995:36)

Uma forma de articular todas as forças, otimizando os resultados, é fazer com que os produtores sociais façam um **acordo**. Já que a população [...] é una, seus reeditores e suas

respectivas populações, de diferentes maneiras, atuariam com menos recursos e mais eficiência. [...] um acordo fundamenta-se no diálogo.

O acordo estabelecido em Bezerros é o desenvolvimento do município através da execução de planos, programas e projetos de educação para o turismo. É a ação em prol da sensibilização da população para que a mesma se conscientize de que não é possível seguir adiante sem estar preparado.

Desta feita a mobilização social só acontece quando: constroem-se imaginários, identificam-se e instrumentalizam-se os reeditores e geram-se processos de coletivização, dentro de seus reeditores, através do estabelecimento de acordos.

Para Santos (2000:21)

As massas, de que falava Ortega y Gasset na primeira metade do século [passado] (*La rebelión de las masas*, 1937), ganham uma nova qualidade em virtude da sua aglomeração exponencial e sua diversificação. Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade. Junte-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança.

Por sua vez, as relações entre os sujeitos envolvidos com o turismo e com as propostas de educação turística favorecem a construção de algumas outras representações, muitas delas não condizentes com as necessidades e perspectivas da comunidade local e, em muitos casos, tendenciosas quanto ao discurso estabelecido pelas classes hegemônicas que buscam determinar as diretrizes de atuação e investimentos em favor dos seus próprios interesses em detrimento das diretrizes prioritárias e estabelecidas no coletivo.

Cabe lembrar, neste ponto, as recomendações de Krippendorf (1989:185) em relação ao desenvolvimento harmonioso do turismo, uma vez que as representações do turismo, em sua grande maioria, entram em rota de colisão com este alerta do autor:

- Não considerar o desenvolvimento do turismo como um fim em si ou panacéia universal;
- encorajar uma estrutura econômica diversificada – evitar a monocultura;
- manter em mãos nativas o controle do solo;
- orientar os investimentos e capitais destinados ao turismo;
- destacar e cultivar o caráter local e nacional;
- praticar um marketing turístico honesto e responsável;
- treinar melhor os responsáveis pelo turismo.

O discurso do turismo como panacéia universal, proferido pelas classes política e empresarial, ocorre paralelamente à construção de representações referentes à necessidade de inserção de pequenas populações no universo global, como condição para o desenvolvimento local.

Esta postura tem se constituído num dos fatores de grande preocupação para os estudiosos do turismo apresentado como uma fábula. Como diz Santos (2000:19):

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Neste sentido, o discurso do desenvolvimento do turismo constitui-se num elemento chave na tentativa de homogeneização e estímulo ao consumo. Consumo este que vai da compra de produtos à compra da cultura, passando pela compra da paisagem e gerando uma perda irreparável da identidade e singularidade dos locais.

Yásigi (1999:24) ressalta justamente o contraponto da fábula quando diz que o mundo contemporâneo está a reclamar amplos, exaustivos debates de reconstrução da identidade nacional e dos lugares em suas singularidades.

Diante disto a identidade e singularidade proporcionam uma considerável visibilidade de cidades turísticas que têm nos atrativos naturais e culturais o diferencial na sua oferta turística. É de grande importância para a continuidade dos

fluxos de turistas a manutenção da cultura local que, por conseqüência, manterá a economia local aquecida. A dimensão da relação entre Bezerros e o turismo é vista nesta perspectiva como um avanço na exposição e visibilidade externa do município.

Para M.J.G.P., (Representante do Poder Público),

Eu acho que hoje nós avançamos muito. Passamos a ser conhecidos não só em nível de Pernambuco, mas porque não dizer em nível internacional também?

R.M.S.M., (também Representante do Poder Público), ainda diz, referindo-se à visibilidade alcançada pelo município:

Nós não somos mais anônimos.

Sim, o turismo tem proporcionado crescimento e desenvolvimento econômico, mas em que proporção e a que preço? Krippendorf tem razão quando diz que não se deve deixar que o turismo se transforme em uma nova monocultura. Numa retrospectiva de um passado recente da economia produtiva do País está claro que as monoculturas foram um grande equívoco e que as regiões que as estabeleceram sobre elas foram as que menos se desenvolveram. Uma monocultura da atividade turística não pode ser vista como substitutiva da monocultura da cana-de-açúcar no nordeste do Brasil.

É válido reforçar esta recomendação, lembrando o que diz Castilho (2001b:01):

[...] a dinâmica do território local, apresentada como resultado de ações conjuntas de empresários e administradores públicos, cria imagens e re-apresentações de um espaço que se desenvolve e que por seu turno, possui um potencial para o engajamento das populações locais no setor formal, isto como uma *panacéia* para a solução das questões atinentes às desigualdades sócio-espaciais; [grifo nosso].

O que tem ocorrido, em grande escala, é a disseminação da idéia desta nova “monocultura” como salvadora. Diante disto, os sujeitos envolvidos têm um papel

importante na construção deste desenvolvimento se o que se quer é um desenvolvimento calcado no crescimento econômico e social com a legítima participação de todos os sujeitos da sociedade, não apenas dos que lançam mão de oportunismos em prol de causas próprias, muitas vezes operando na ilegalidade. Não é pertinente ao conceito de desenvolvimento sustentável do turismo nem a monocultura nem a concentração de renda nas mãos de poucos. E é nesta perspectiva que se estabelece a importância da definição de políticas públicas claras, justas e equitativas. Neste sentido Yázigi (1999:22) ressalta que

Na falta de políticas detalhadas para cada caso, a clandestinidade se instala sob a forma do pequeno capital, com a exploração de comércios dentro das reservas que auferem benefício do ponto público (isto é, do chamado capital morto ou de todos investimentos do Estado), sem trazer qualquer recompensa no interesse social. Aliás, o mais comum é que, com falta de concorrências públicas, se transformem em empreendimentos milionários sem trazer qualquer retorno social.

As incertezas concernentes às soluções para o futuro fortalecem o sentimento de que sós, os homens não chegarão a lugar nenhum e que a parceria torna-se de extrema importância para os processos, principalmente os relacionados ao exercício do poder público (Toro, 1995:27). Em Bezerros, o papel do poder público está claro para os demais sujeitos e os mesmos o vêem como mola propulsora das ações mobilizadoras. Seu principal papel é o de articulador das ações que viabilizarão o desenvolvimento local como um todo. Para Castilho (2001b:20),

O engajamento dos segmentos sociais médios e pobres da sociedade local no mercado de trabalho formal é função de iniciativas individuais e do Estado. As primeiras variam conforme a situação geográfica e as habilidades individuais de cada um – a qualificação e as experiências práticas adquiridas – acumuladas no curso da história de vida de cada um e dependendo das condições materiais e socioculturais dos interessados, bem como da maneira mediante a qual suas redes sociais – relações sociais e familiares – de informações são utilizadas e conectadas com a estrutura das chances existentes *in loco*. Por seu lado, o Estado desempenha seu papel à medida que ele intervém diretamente na promoção da cidade, a partir da gestão urbana calcada hoje no empreendedorismo, no exterior, bem como na

dinâmica do mercado de qualificação para o trabalho numa atividade ligada ao setor formal da economia urbana.

As diretrizes e medidas propostas nas oficinas do PNMT pressupõem ações globais e individuais no sentido do desenvolvimento sócio-econômico local. Se, por um lado, o poder público viabiliza a infra-estrutura básica (saneamento, água, iluminação pública etc.) necessária ao incremento do investimento dos empresários locais, estes investirão e, por conseguinte contratarão a mão-de-obra necessária à condução de seus negócios. Por sua vez, o cidadão que queira empregar-se na atividade turística deverá buscar qualificar-se para isso e poderá fazê-lo, assumindo os custos ou transferindo-os para o governo ou organizações não governamentais mantidas pelo mesmo. Desta forma, dá-se a dinâmica do turismo em Bezerros, hoje. Para Castilho (ibid:14),

A difusão da idéia e da imagem do turismo como atividade promotora do desenvolvimento urbano engendra representações do turismo como uma atividade que cria e que mexe com a estrutura dos empregos e das ocupações – permanentes ou temporárias – no conjunto da economia urbana local, graças à flexibilidade dessas ocupações seja no domínio da sua organização funcional, seja naquele do engajamento de trabalhadores, e tudo isso associado ao próprio potencial da cidade para a expansão do setor de turismo.

E é nesta perspectiva que os resultados do turismo são percebidos pelos cidadãos. O turismo tem gerado emprego e renda para o município. Quer sejam formais ou informais os empregos na atividade turística surgem de forma a minimizar os impactos provocados pela diminuição das possibilidades que a evasão das indústrias e enfraquecimento do comércio local provocaram em Bezerros.

Os resultados da chegada do turismo organizado e sistematizado em Bezerros, assim como as mudanças que esta chegada provocaram na vida da população local, são vistos e expressos como desenvolvimento, emprego e renda.

Para I.B.N., (Representante do Poder Público), os resultados da chegada do turismo em Bezerros carecem de um olhar mais profundo:

Eu considero que sim. Porque ele abriu os espaços ao trabalho individual, deu condições a uma atividade financeira diferente, favorece a renda local e seria bom que isso não fosse só uma vez por ano [no carnaval] que fosse uma coisa permanente, aí a gente iria perceber mais nitidamente a importância dele para a cidade.

Para J.M.M., (Representante da Comunidade),

Minha vida mudou e muito. Quando eu trabalhava na agricultura [antes de trabalhar com o turismo cultivava tomates] minha renda era muito pouquinha e às vezes faltava até o pão dentro de casa. E hoje, graças a Deus, eu trabalho e tenho o meu salário. E todo mês eu tenho como me virar e resolver as coisas para mim e para os meus filhos [...] Os meus filhos se orgulham de mim hoje. (choro) [nota da autora].

Já R.N.P., (também Representante da Comunidade), diz que

Houve uma modificação de status. Hoje eu sou um membro de uma sociedade porque hoje eu sou gerente de um hotel, de um hotel que é conceituado bom, o melhor, então houve um aumento de status [...] porque eu não exercia [...] eu sou um membro da sociedade, da comunidade, mais ainda não exercia algo de concreto na sociedade.

Estas repercussões no âmbito da vida pessoal estão associadas a uma ampla inserção dos sujeitos envolvidos em programas de qualificação profissional nas mais diversas áreas. Todos os programas objetos deste estudo são gratuitos e ministrados em espaços que se constituem, hoje, pólos locais de educação turística (ver página 125) e estão disponíveis a toda a comunidade; no entanto, percebe-se a tendência natural de ‘encaminhamentos’ de apadrinhados aos cursos em alguns dos casos como o de J.M.M., (Representante da Comunidade) que, quando questionado se havia recebido alguma ajuda para realizar o curso que havia feito, disse:

Foi o prefeito [...] ele deu uma ordem e eu consegui. Eu pedi para ele, ele me deu um cartãozinho.

É interessante o registro de que a população desconhece a existência dos 10 pólos educacionais, onde a educação turística ocorre no município; muitas vezes lembrando apenas o local onde ocorreram os cursos que realizaram. Algumas das entrevistas realizadas ocorreram nos locais onde haviam acontecido cursos de qualificação para o turismo e o entrevistado não fazia a associação entre os cursos oferecidos e o local onde estava, no momento da entrevista.

Quanto aos resultados do município após a implantação do PNMT estes são muitos e causam orgulho e satisfação aos moradores, além de terem colocado o município numa posição de 'modelo de sucesso' no programa em nível nacional. Estas mudanças vêm ocorrendo gradativamente, desde 1996, quando o programa foi implantado. Com a sensibilização e conscientização de diversos segmentos da sociedade civil organizada ocorreu, de marcante e importante, o resgate e a valorização dos artistas e artesãos locais.

Por sua vez, talentos foram descobertos e inseridos no processo de municipalização e planejamento do município. Das ações ocorridas destacam-se¹⁵⁵:

- Investimento na profissionalização dos bailarinos do Balé Popular Papanguarte (adultos), que passou a viajar pelo Estado e pelo País, divulgando a cultura local;
- Criação de dois novos grupos artísticos: o Pangu-Perna de Pau (adolescentes) e o Folkpopular (infantil), com o objetivo de iniciar as crianças e adolescentes nas artes cênicas e plásticas e ainda garantir a continuidade do Balé Popular Papanguarte;
- Criação das oficinas de canto e música e descoberta de novos valores, através da escola de Música Papamúsica;
- Constituição de diversas associações de classe (de bares e restaurantes, pousadas e hotéis, artesãos etc.);
- Criação de uma página do município, na WEB, com o objetivo de divulgar o município e seus atrativos através da rede de computadores.

¹⁵⁵ Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Bezerros.

O endereço da home-page: www.bezerros.pe.gov.br e ainda a constituição do endereço eletrônico do município: pmb@supranet.com.br;

- Criação do Espaço Cultural Papangu, para exposição e venda de artesanato local;
- Melhoria do acesso a Serra Negra, com a construção de um calçamento; (vale ressaltar que o acesso à Serra não foi totalmente calçado. Existem trechos perfeitamente transitáveis em seu estado natural);
- Construção do Pólo Cultural da Serra Negra, um complexo composto pela Vila de Produção (agricultura hidropônica), Anfiteatro e Quadra Poliesportiva;
- Sinalização turística nas praças, com placas talhadas e pintadas por artistas e artesãos locais;
- Melhoria da limpeza urbana, com a distribuição de coletores de lixo caracterizados com Papangus;
- **Implantação do Programa Municipal de Qualificação Profissional;**
- Aumento do número de leitos disponíveis na rede hoteleira. Hoje são 350 leitos e estão em fase de acabamento, para a inauguração, dois novos hotéis;
- **Inserção da disciplina “Turismo” na grade curricular de ensino, numa perspectiva da educação turística;**
- Formação do Conselho Municipal de Turismo;
- **Implantação do Programa de Iniciação Escolar para o Turismo “EMBARQUE NESSA: Turismo, Patrimônio e Cidadania” da EMBRATUR.**

Todas estas ações foram efetivamente realizadas pelo município, dentro do programa de municipalização e constam dos relatórios oficiais das oficinas escritos pelo moderador do PNMT em Bezerros.

Na perspectiva de futuro, as expectativas dos produtores sociais e reeditores do PNMT estabeleceram, para o município, a solução de algumas problemáticas locais e a construção da “Bezerros turística”, através das seguintes diretrizes a serem seguidas¹⁵⁶:

- Infra-estrutura cultural, social, econômica e política ampliada;
- Planejamento elaborado numa perspectiva de valorização ambiental, ecológica e de preservação da cultura local;
- Campanhas de *marketing* em execução;
- Infra-estrutura adequada ao aumento da capacidade de carga;
- Calendário turístico e cultural definido;
- Instalações de lazer e culturais melhoradas para exposições e eventos (museus, teatros, cinemas e parques);
- Rede hoteleira ampliada e melhorada;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico;
- Reconhecimento dos artistas e artesãos locais a nível local, regional, nacional e internacional (no início de 2002 uma pequena representação de artistas esteve em Paris expondo obras, artesanato e a cultura de Bezerros);
- Emprego e renda aumentados;
- Meio ambiente preservado e patrimônio histórico-arquitetônico resgatado e preservado (havia no município uma tendência a ‘modernização’ das fachadas das residências com uma significativa perda de características de casarios do início da fundação da cidade);
- Conclusão do inventário turístico do município;
- Criação do Centro Regional de Artesanato (em fase de acabamento para inauguração).

¹⁵⁶ Relatório da Oficina de 1ª fase do PNMT, p. 19.

No âmbito da comunidade local, as expectativas também estão associadas ao futuro numa contínua busca de melhoria para a manutenção dos benefícios alcançados. Uns atuando na área do turismo, outros usufruindo o que o presente lhes tem favorecido, porém numa outra perspectiva de vida. De certa forma, as falas expressam satisfação com o presente e expectativas positivas do futuro. Estas representações ensejam os significados fortes que o programa de municipalização favorece, quer estes sejam conscientemente percebidos ou não.

Para I.B.N., (Representante do Poder Público)

Tem que ser uma coisa sólida né? [sic] Você não pode viver de momentos, não pode esperar pelos eventos ocasionais da cidade que mora, você tem que ser uma pessoa persistente, uma pessoa que batalhe a vida, por uma condição de sobrevivência sólida, que não dependa apenas de situações temporárias.

Para E.J.S., (Representante do Empresariado),

O futuro já começou. [...] porque há uns três anos atrás a gente via Bezerros com um potencial turístico muito grande, mas que as pessoas não estavam preparadas para investir no que ela oferecia [...] de três anos para cá começou este trabalho feito com as parcerias da prefeitura, do CDL, do SEBRAE, o PNMT. A prefeitura conseguiu trazer o PNMT e o PNMT trouxe o trabalho.

Para J.M.L.S., (Representante da Comunidade),

Tornar-me mais cidadão, como eu sou. Mais conhecido. Talvez abrir um negócio, um negócio próprio. [...] porque se a gente conseguir pra frente abrir uma loja, um comércio, quem saber ter uma agênciazinha de turismo... Uma coisa pra ficar conhecida, a gente sempre trabalhar pra mostrar às pessoas como ela é e os costumes daqui.

Para M.J.P.N., (Representante da Comunidade),

O futuro para mim, eu quero mais é largar esta função de garçoneiro e voltar a ser dona da minha casa.

A consciência de que a manutenção do emprego e a renda dependem do combate à sazonalidade e de que é necessário que se continue buscando aprimorar os conhecimentos fortalece a imagem do turismo como uma possibilidade e não como fábula ou perversidade. No entanto, é válido ressaltar o contido na última fala, a da garçonete, que não quer continuar na atividade, mas sim voltar à vida de dona de casa. De fato o turismo traz possibilidades, mas muitas delas apresentam-se no desejo dos sujeitos apenas como a simples possibilidade de retorno.

Castilho (2001a:55), todavia, alerta que parece-nos que o discurso da globalização do turismo está ancorando-se, mecanicamente e sem oposições bem definidas, nas metas das pessoas como um valor positivo para todos os cidadãos, sem nenhuma distinção social, ideológica e espacial.

Fatos e falas como as anteriores favorecem a percepção de uma visão positiva da questão da cidadania resgatada no município de Bezerros. No entanto, sinalizam para a necessidade de revisitação de alguns conceitos e até alguns paradigmas, a fim de que as representações do turismo, para os sujeitos envolvidos, não se tornem em posicionamentos maniqueístas.

|

|

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, e após a convivência de três anos com a população do município de Bezerros, pode-se concluir dizendo que algumas das hipóteses levantadas confirmaram-se. Antes destas confirmações é válido ressaltar o que diz Yázigi (1999:25):

Somente muitas pesquisas de campo, em profundidade, poderão ajudar a reunir subsídios para a construção de uma teoria do que deva ser o planejamento [...] do turismo no Brasil; pesquisas que alimentem debates políticos. As teorias que vêm sendo formuladas em países desenvolvidos não podem ser generalizadas para o Brasil, já que aqui nos defrontamos com as agudezas [...] que lhe são estranhas.

O PNMT (brasileiro) foi concebido à luz das orientações da OMT para todo o mundo o que implica numa reflexão sobre a massificação de uma metodologia e a tentativa de unificação de procedimentos. Decerto não se aplicou no País, *ipsis literis*, a metodologia de planejamento participativo para a formação de multiplicadores locais. As características brasileiras estão sendo priorizadas mas em todo o País o PNMT é visto como uma 'religião cheia de seguidores devotos que perseguem seus preceitos como a dogmas'¹⁵⁷.

A dinâmica de expansão da educação turística no município de Bezerros parte da consciência do poder público ao investimento do empresariado local, passando pela população que 'pagando ou não pagando' tem buscado a qualificação para inserir-se na cadeia produtiva do turismo.

Esta dinâmica repercute na comunidade através da melhoria da qualidade de vida, não se constituindo efetivamente em mobilidade social ou mudança social, mas favorecendo a aquisição de bens, ao usufruto dos espaços turísticos em benefício de seu próprio entretenimento e a construção de sonhos calcados num imaginário que tem um futuro melhor como meta. Todas estas representações alicerçadas na maior

delas, a de que só com a mobilização da população e a educação do povo se conseguirá chegar lá [a cidade turística que desejam e a uma vida confortável].

Por sua vez, a relação poder público local, empresariado e comunidade, tem se dado numa perspectiva de colaboração, mas ainda preservadas as representações de hegemonia das classes dominantes. Castilho (2001a:57) ressalta que

[...] para a concretização do desenvolvimento sócio-espacial, deve-se considerar, ao mesmo tempo 'os empresários + os trabalhadores', 'os empresários formais' + 'os empresários informais', 'os trabalhadores formais' + 'os trabalhadores informais', no âmbito não somente das possibilidades da geração de ocupação, emprego e renda, como também da construção da cidadania para todos.

A comunidade, através de seus representantes, questiona os planos do governo, sugere práticas e intervenções e cobra resultados e espaço para participação; todavia, ainda muito timidamente e apenas através da 'vozes ativas' presentes em seus meios.

Lamentavelmente o programa não prevê, e não instrumentaliza seus participantes de ferramentas para o desenvolvimento de pesquisas, muito menos ainda a concepção de indicadores de avaliação. Por conseguinte a avaliação de resultados efetivos se restringe ao levantamento do que foi realizado após os anos de trabalho no projeto de municipalização. Seria objeto de uma nova intervenção da autora a mediação, junto ao município, na concepção de instrumentos de avaliação baseados em indicadores sócio-culturais, ambientais e econômicos.

Na perspectiva de definição do perfil de Bezerros como uma cidade turística e considerando o diagnóstico socioeconômico de um plano turístico, ressaltamos o que diz Magalhães (2002:146) quando sinaliza que o mesmo não deve apoiar-se exclusivamente nos aspectos turísticos pertinentes à área econômica:

¹⁵⁷ Fala da Coordenação Nacional do PNMT, Sra. Ana Maria Marcondes, em seminário no Centro de Convenções de Pernambuco, início de 2001, dirigindo-se ao Prefeito da Cidade de Moreno-PE.

Geração de empregos – A implantação de equipamentos turísticos que não geram empregos localmente não deve ser prioritária. Essa geração deve ser analisada direta e indiretamente.

Geração de renda – O turista é consumidor de produtos e serviços locais que serão beneficiados com o incremento do fluxo, se esse consumo se der no local da produção turística.

Infra-estrutura urbana – É outra coisa a ser abordada, pois muitas vezes fluxo turístico sazonal obriga a pesados investimentos em saneamento, abastecimento, transporte, comunicação, serviços de saúde, segurança, fiscalização, entre outros, os quais permanecem ociosos maior parte do ano. Assim, o custo dessa infra-estrutura excedente recai, injustamente sobre os ombros da população local.

Investimentos privados – É necessário analisar os investimentos privados que serão atraídos para o setor turístico local, a fim de verificar se compensam as demandas de serviços públicos que tais empreendimentos exigem. Dessa maneira, a eventual adoção de uma política de redução ou isenção de impostos deve ser criteriosamente analisada, em termos de custo e benefício sociais, para evitar que as receitas locais sejam menores que as despesas.

Abastecimento – O incremento dos fluxos turísticos cria uma série de novas demandas de produtos e serviços que, à medida que são oferecidos localmente, ampliam a geração de renda e emprego na região. Mas se esse incremento implica na importação dos produtos e serviços, os benefícios para a comunidade local podem não ser vantajosos.

Nesta perspectiva, surge a necessidade de novas investigações fundamentadas numa proposta avaliativa, através de indicadores. As mesmas concretizam-se, através das seguintes problemáticas:

- Como se dá a inserção do universo de pessoas qualificadas através do Programa Municipal de Qualificação, na economia local e regional?
- Qual a participação efetiva dos mototaxistas em atuação no município, no transporte de turistas?
- De que forma as pessoas empregadas no turismo matêm a retroalimentação de sua formação profissional ou carreira?
- Em que medida o artesanato local é um produto competitivo e em que abrangência?
- Quais as demandas de novos cursos na avaliação dos empresários locais?

- Quais indicadores de avaliação contínua poderão subsidiar a renovação de ações e investimentos?

Estes seriam os primeiros passos para novas pesquisas. Algumas delas já percebidas como urgentes para o poder público e empresariado local. Contudo, a realidade estudada mostra-se em franco processo de desenvolvimento. A manutenção do município no cenário do turismo regional, local e nacional é a meta de todos os envolvidos, a maioria deles buscando a melhoria da qualidade de vida.

O turismo como fábula tem paulatinamente se transformado em possibilidades para o município de Bezerros. De certa forma, proporcionando gradativamente a diminuição de seus efeitos perversos, mas ainda muito distante do “desenvolvimento para todos” que o discurso da panacéia ainda prega.

BIBLIOGRAFIA

ALBALA-BERTRAND, Luis (Org.). *Cidadania e educação rumo a uma prática significativa*. Campinas: Papirus/Brasília, UNESCO, 1999.

ANDRADE, José Vicente. *Turismo fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1992.

ANDRADE, Lícia. *Oficinas ecológicas – Uma proposta de mudanças*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANDRADE, Rui Otávio B. de et al. *Gestão ambiental – Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Makron Books, 2000.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). *Turismo segmentação de mercado*. São Paulo: Futura, 1999.

_____. *Turismo: como aprender, como ensinar*. vol. 2. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2001.

AOUN, Sabáh. *A procura do paraíso no universo do turismo*. Campinas: Papirus, 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Bezerros. Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., s/data.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Manual de Impactos Ambientais. Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., 1999.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Rádio Nordeste – O empreendedor e as oportunidades do turismo sustentável. V. 5. Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente – As estratégias de mudança da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação do estudo do turismo*. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. (Org.). *Redescobrimo a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 4. ed. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2001.

_____. _____. 5. ed. São Paulo: SENAC/São Paulo, 1999.

BENNING, Mário Roberto Salgado. *Dos currais aos chalés: a formação de uma cidade turística – Gravatá – PE*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2001.

BEZERROS. Dossiê do Centro Regional de Produção. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Bezerros, 2001.

BEZERROS. Lei Orgânica do Município de Bezerros. Câmara Municipal de Bezerros. Pernambuco, 1990.

BEZERROS. Plano de Desenvolvimento Municipal. Exercício 2000. Bezerros: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, s/data.

BEZERROS. TREINAMENTO DE MONITORES MUNICIPAIS DE BEZERROS – Pernambuco. Relatório da 1ª Fase. Bezerros: (mimeografado), 1997, Mardônio Botelho.

BEZERROS. TREINAMENTO DE MONITORES MUNICIPAIS DE BEZERROS – Pernambuco. Relatório da 2ª Fase. Bezerros: (mimeografado), 1997, Mardônio Botelho.

BISSOLI, Mª Ângela M.A. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 1999.

BITOUN, Jan. *A política de saúde e as inovações na gestão local*. s/data.

_____. *A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas?*, s/data.

BONALD, Olímpio. *Planejamento e organização do turismo*. 3. ed. Recife: FASA, 1995.

_____. *Elementos do plano e do projeto em turismo*. Série Didática. Recife: FASA, 1999.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. São Paulo: EDUCS, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Estatísticas de Turismo. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão, Brasília: Gráfica do Senado, 2000.

BRASIL. Programa Nacional de Municipalização do Turismo/PNMT. Versão II. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1995.

BRASIL. Senado Federal. Agenda 21. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992.

CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS HISTÓRICAS DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DE PERNAMBUCO, Coleção documentos históricos municipais – 2, Recife, FIAM, 1994.

CANTO, Andreza. et al. *Roteiro histórico e cultural de Bezerros*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Núcleo de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco. UFPE. Recife. 1999.

CASASOLA, Luís. *Turismo y meio ambiente*. México: Editorial Trillas, 1998.

CASTILHO, Cláudio J. M. *Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico*. Revista de Geografia. Recife: UFPE-DCG/NAPA, v. 15, nº 01, jan./dez. 1999.

_____. *Tourisme et mobilité, socio-géographique de pauvres à Recife/Brésil*. Tese (Doutorado) Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL), Université Paris III, Sorbonne Nouvelle, Paris, France.

_____. *Turistificação de espaços da cidade do Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local*. Revista Espaço e Geografia. Brasília: Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília Ano 03, nº 01, 2000.

_____. *Espaço turístico e representações sociais: permanência ou mudança da realidade existente?*. Caderno do Centro e Estudos e Ação Social/CEAS, Salvador: Janeiro/Fevereiro, 2001, nº 191.

_____. *Comércio e turismo: o seu rebatimento no processo de produção do espaço em Recife*. Revista de Geografia. Recife: UFPE-DCG/NAPA, v. 17, nº 02, jul./dez. 2001.

CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

_____. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CHADWICK, Clifton e OLIVEIRA, João B. A. de. *Aprender e ensinar*. São Paulo: Global, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2000.

CURRIE, Karen. (Org.). *Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática*. São Paulo: Papirus, 1998.

DEMO, Pedro. *Cidadania menor – algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. *Desafios modernos da educação*. 7. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Educação e desenvolvimento*. Campinas: Papirus, 1999.

_____. *Educar pela pesquisa*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. *Política social do conhecimento – sobre futuros do combate à pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Conhecer e aprender – sabedoria dos limites e desafios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DENCKER, Ada de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FARIA, Doris & CARNEIRO, Kátia S. *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Brasília: UNB, 2001.

FARIA, Ivani Ferreira, (Coord.). *Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local*. Manaus: EDUA, 2001.

FAZENDA, Ivani C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

FERRAZ, Joandre Antônio. *Regime jurídico do turismo*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1992.

FERREIRA, Nilda Tevês. *Cidadania, uma questão para a educação*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FICANDO PARA TRÁS – Um boletim da educação na América Latina, PREAL, 2001.

GASTAL, Suzana. *Turismo: 9 propostas para um saber fazer*. 2. ed. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra: *Textos em representações sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUEVARA, Arnaldo José de H. et al. *Conhecimento, cidadania e meio ambiente*. 3. ed. São Paulo: Fundação Petrópolis, 1998.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio* In: Espaço & Debates 39 – Cidades: Estratégias Gerenciais, Revista de estudos Regionais e Urbanos, Ano XVI, 1996.

HAZIN, Ana Lúcia et al. *Turismo e mão-de-obra entre o real e o ideal*. Recife: FUNDAJ/UNICAP, 2000.

IBGE. Bezerros – Pesquisa de Informações Básicas, capturadas em www.ibge.gov.br em 12 de janeiro de 2001.

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO DE PORTO ALEGRE – Política Municipal de Turismo, Prefeitura de Porto Alegre, s/data.

IGNARRA, Luís Renato. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO TURISMO. Município de Potencial Turístico: orientações às prefeituras. Brasília: EMBRATUR, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Programa Nacional de Municipalização do Turismo/PNMT. Brasília: EMBRATUR, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Política Nacional de Turismo. Brasília: MICT/EMBRATUR, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Turismo, educação e cidadania. Brasília: Fundação Demócrito Rocha/Universidade Aberta, s/data.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Turismo, patrimônio e cidadania: Embarque Nessa. Brasília: Fundação Demócrito Rocha/Universidade Aberta, s/data.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Turismo um bom negócio para todos. Brasília: SENAC/Nacional, s/data.

IRVING, Marta de Azevedo & AZEVEDO, Júlia. *Turismo – O desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

I SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Recife, Anais, 1997.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública – a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KLOETZEL, Kurt. *O que é meio ambiente*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

KRIPPENDORF, Jöst. *Sociologia do turismo – Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, Beatriz H.G. & MILONE, Paulo C. *Turismo teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LAGO, Antônio & PÁDUA, José Augusto. *O que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEMONS, Leandro. *Turismo: que negócio é esse? – Uma análise econômica do turismo*. São Paulo: Papyrus, 1999.

LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald E. *Ecoturismo – Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC/Nacional, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCHIARI, M^a Tereza D.P. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2000.

MACHADO, Nilson José. *Cidadania e educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

MAGALHÃES, Cláudia. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

MELO E SILVA, Signe D.C. e PIMENTEL, Carlos Eduardo P. *Turismo, Patrimônio e Cidadania – Embarque Nessa: um olhar sob as perspectivas da educação para o turismo no Município de Bezerros – Pernambuco* In: Simpósio de Trabalhos Técnico-Científicos do XXI ENBETUR, Fortaleza/CE, maio/2001;

_____. et al. *Educação turística, ambiental e patrimonial: limites, possibilidades e representações para o professor leigo*. Monografia (Pós-graduação *latu sensu*), apresentada ao VII Curso de Especialização em Administração Escolar e Planejamento educacional, Recife, UFPE, 2001.

_____. *Educação Turística: de sensibilizar a consciência do fazer, o que andamos realizando – Uma análise das políticas públicas de conscientização turística em municípios pernambucanos* In: 4ª Jornada de Iniciação Científica da UNICAP/Programa Institucional de Base para a Iniciação Científica/PIBIC, ANAIS no prelo, Recife/PE, agosto/2002;

_____. *Turismo, Patrimônio e Cidadania: um projeto para a sustentabilidade do turismo no interior de Pernambuco* In: Revista Turismo e Desenvolvimento, da União de Faculdades da Organização Paulistana Educacional e Cultural – UNIOPEC, Campinas/SP, junho/2001, ISSN 1519-4744.

_____. e CARVALHO, Roberta C., *São João na Terra dos Papangus – Transdisciplinaridade no Lazer: o lúdico e a cultura popular* In: 2ª Mostra de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão UNICAP, ANAIS: p. 283, Recife/PE, agosto/2001;

_____. *Educação Turística: de uma possibilidade acadêmica e de responsabilidade social a um modelo de gestão para municípios turísticos* In: Simpósio de Trabalhos Técnico-Científicos do XXI Congresso Brasileiro de Turismo, Foz do Iguaçu/PR, maio/2002.

MIDLIN, Betty. *Planejamento no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MINAYO, M^a Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais. MEIO AMBIENTE E SAÚDE. Brasília: MEC, 2000.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Manual de Municipalização do Turismo/Versão Preliminar. Brasília, 1994.

MOESCH, Marutschka. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sérgio & RODRIGUES, Sérgio. *Turismo – planejamento integral*. Bauru: EDUSC, 2001.

MORAIS, Ednéia Nemésio. *Pousada Canto da Serra – Projeto de Implantação de um Empreendimento Rural na Serra Negra – Bezerros – PE*. Monografia (Pós-graduação *latu sensu*), apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento Turístico, Recife, FCAP/UPE, 2002.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação no futuro*. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.

NOSSO FUTURO COMUM – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2ª ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OFICINA DE TRABALHO: Incremento da renda e políticas públicas, Brasília, UNICEF/SAS/IPEA, 1996.

OFICINA DE 3ª FASE, PASSO “2” – MONITORES MUNICIPAIS – BEZERROS, MICT/EMBRATUR, (mimeografado), 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Código Mundial de Ética do Turismo. Madri: OMT: s/data.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Manual de Ecoturismo. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Brasília: EMBRATUR, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Manual de Municipalização do Turismo. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Brasília: EMBRATUR, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Educando Educadores em Turismo: Manual de Educação em Turismo e Hospitalidade. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DEL TURISMO. Compêndio de Estatísticas del Turismo. Madri: OMT, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Guia para treinamento dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e monitores municipais. Brasília: EMBRATUR s/data.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. *Educação ambiental – Reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PELLEGRINI, Américo Filho. *Ecologia, cultura e turismo*. São Paulo: Papirus, 1993.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado/BDE, Recife: Condepe/Fisepe, 2001.

PERNAMBUCO. Bezerros. Perfil Municipal, Recife: FIDEM, 2001.

PERNAMBUCO. Bezerros. Série Monografias Municipais, Recife: FIDEPE, 1983.

PERNAMBUCO. Enciclopédia dos Municípios do Interior de Pernambuco. Recife: FIAM, 1986.

PERNAMBUCO JÁ – Programa de Governo para mudar Pernambuco, Síntese para discussão. Recife: Comitê Pernambuco Já, s/data.

PERNAMBUCO. Parâmetros Curriculares Nacionais. Convívio Social e Ética – MEIO AMBIENTE. Recife: SEED/PE, 1997.

PERNAMBUCO. Perfil Municipal do Interior de Pernambuco. Recife: FIAM, 1994.

PERNAMBUCO. Pernambuco em Dados. Ano 2000. Recife: Condepe, 2001.

PERNAMBUCO. Pernambuco em Dados. Ano 2001. Recife: Condepe, 2001.

PERNAMBUCO. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Pernambuco. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esporte, 1999.

PINTO, Antônio C. B. *Turismo e meio ambiente – Aspectos jurídicos*. Campinas: Papyrus, 1998.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca, 2001.

_____. *Turismo um bom negócio*. vol. 4, Fortaleza, Banco do Nordeste, 2002.

REBELO, Salete Mocelin, Plano Municipal de Educação Turística/PMET Um Modelo para os Municípios Brasileiros de Potencial Turístico In: *Turismo Visão e Ação*, V. 1, N. 2, p. 89-103, Out. 1998.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Maurício Andrés. *Ecologizar – Pensando o ambiente humano*. Belo Horizonte: Rona, 1998.

RODRIGUES, Adyr Balastri, *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*, 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Turismo e geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável – A proteção ao meio ambiente*. São Paulo: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SEBRAE. Bezerros – Série Artesão e Artesanato, Recife: SEBRAE/PE, 2000.

SEBRAE. Programa Nacional de Turismo. Brasília: SEBRAE/Nacional, 1996.

SEBRAE. Xilogravuras de Bezerros. Recife: Comunidade Solidária/SUDENE/SEBRAE/PE, s/data.

SILVA, Luiz Heron, (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Daniela Paula Lima Bezerra. *Bezerros – Promovendo a cultura da “Terra do Papangu”*. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Públicas, Recife, UNICAP, 1999.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceito e impacto ambiental*, vol. 1, São Paulo, Aleph, 2000.

_____. *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. vol. 2. São Paulo: Aleph, 2000.

_____. *Setor público e cenários geográficos*. vol. 3. São Paulo: Aleph, 2000.

_____. *Gestão e marketing*, vol. 4, São Paulo: Aleph, 2000.

_____. *Turismo cultural, ecoturismo e ética*. vol. 5. São Paulo: Aleph, 2000.

TORO, Bernardo, *Mobilização Social: uma teoria para a universalização da cidadania* In: Comunicação e Mobilização Social – Série Mobilização Social. V. 1. Universidade de Brasília, 1995.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Turismo e qualidade tendências contemporâneas*. Campinas, Parirus, 1993.

_____. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. São Paulo: Papirus, 1998.

_____. *A importância da educação para o turismo* In: LAGE, Beatriz e MILONE, Paulo. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. (Org.). *Turismo: como aprender e como ensinar*. vol. 1. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGOLINO, José R. de O. e MONTEIRO NETO, Aristides. *Desafios do desenvolvimento em Pernambuco*. Pernambuco: Banco do Nordeste, 1998.

VERY, John. *O olhar do turista – Lazer e viagens em sociedades contemporâneas*. São Paulo, Studio Nobel/SESC, 1996.

VIEIRA, Paulo F. (Org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

WETTSTEIN, German. *Subdesenvolvimento e geografia*. tradução Rosina D'Angina. São Paulo: Contexto, 1992.

WORD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL-WTTC, *Tourism Trends: worldwide an in Américas*. Madri: OMT, 1999.

YÁSIGI, Eduardo. *Turismo uma esperança condicional*. São Paulo: Global Universitária, 1999.

_____. *A alma do lugar – turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

ANEXO Nº 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM BEZERROS - PERNAMBUCO **A expansão da educação turística numa perspectiva de resgate da cidadania**

ENTREVISTA DE CAMPO

PODER PÚBLICO:

1. Nome:
2. Atividade/Local de Trabalho:
3. Cargo/Função que exerce:
4. Há quanto tempo exerce a atividade:
5. O que fazia antes da atividade atual (duas referências):
6. Fale-me sobre Bezerros:
7. E o turismo? Fale-me sobre ele:
8. Qual a relação entre o turismo e Bezerros?
9. O que é necessário para se trabalhar com turismo e turistas?
10. Bezerros está pronta para o turismo? Por que?
11. Como se dá o turismo em Bezerros?
12. Qual a sua postura diante do turismo em Bezerros?
13. Quem é responsável pelo turismo?
14. De que forma os responsáveis pelo turismo devem atuar?
15. Bezerros entrou no circuito do turismo de Pernambuco? Por que?
16. Houve um marco de entrada de Bezerros no cenário turístico?
17. Como se dá a sua gestão na perspectiva do turismo em Bezerros?
18. E o futuro de Bezerros? Como será?
19. Existem parcerias nas ações voltadas ao turismo em Bezerros? Quais são os parceiros? Exemplifique:
20. O turismo trouxe algo a Bezerros? O que?

ANEXO Nº 02

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM BEZERROS - PERNAMBUCO **A expansão da educação turística numa perspectiva de resgate da cidadania**

ENTREVISTA DE CAMPO

EMPRESARIADO LOCAL:

1. Nome:
2. Atividade/Local de Trabalho:
3. Cargo/Função que exerce:
4. Há quanto tempo exerce a atividade:
5. O que fazia antes da atividade atual (duas referências):
6. Fale-me sobre Bezerros:
7. E o turismo? Fale-me sobre ele:
8. Qual a relação entre o turismo e Bezerros?
9. O que é necessário para se trabalhar com turismo e turistas?
10. Bezerros está pronta para o turismo? Por que?
11. Como se dá o turismo em Bezerros?
12. Qual a sua postura diante do turismo em Bezerros?
13. Quem é responsável pelo turismo?
14. De que forma os responsáveis pelo turismo devem atuar?
15. O que é necessário ao profissional para atuar no turismo?
16. Como aconteceu seu investimento no turismo em Bezerros?
17. Como se dá sua atuação junto aos seus funcionários no sentido do turismo em Bezerros?
18. Como empresário você trabalha sozinho nas ações de investimento no turismo em Bezerros?
19. Existem dificuldades para se atuar no turismo em Bezerros? Quais?
20. Existem parcerias nas ações voltadas ao turismo em Bezerros? Quais são elas?

ANEXO Nº 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM BEZERROS - PERNAMBUCO **A expansão da educação turística numa perspectiva de resgate da cidadania**

ENTREVISTA DE CAMPO

COMUNIDADE LOCAL:

1. Nome:
2. Atividade/Local de Trabalho:
3. Cargo/Função que exerce:
4. Há quanto tempo exerce a atividade:
5. O que fazia antes da atividade atual (duas referências):
6. Fale-me sobre Bezerros:
7. E o turismo? Fale-me sobre ele:
8. Qual a relação entre o turismo e Bezerros?
9. O que é necessário para se trabalhar com turismo e turistas?
10. O turismo trouxe alguma coisa para Bezerros? O que?
11. O que Bezerros tem a oferecer a quem vem visitá-la?
12. Você mostraria Bezerros a qualquer visitante que seja? Por que?
13. Quem é responsável pelo turismo em Bezerros?
14. Porque você está trabalhando na área do turismo?
15. Trabalhar na área de turismo trouxe alguma coisa para você ou sua família?
Exemplifique:
16. Existe em Bezerros locais próprios para qualificar pessoas para atuar na área de turismo? Cite 03:
17. O que você faz/fez para trabalhar na área de turismo?
18. Quem ajudou/ajuda você a realizar cursos de qualificação para a área de turismo? Como ajudou/ajuda?
19. O que você deseja a Bezerros?
20. O que você espera do seu futuro?